



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NPGeo

VENOZINA DE OLIVEIRA SOARES

**A TERRITORIALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA NO PLANALTO DA
CONQUISTA/BAHIA: TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES NO
ESPAÇO AGRÁRIO**



SÃO CRISTÓVÃO - SE
2011

VENOZINA DE OLIVEIRA SOARES

**A TERRITORIALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA NO PLANALTO DA
CONQUISTA/BAHIA: TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES NO
ESPAÇO AGRÁRIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Celso Donizete Locatel

SÃO CRISTÓVÃO - SE
2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Soares, Venozina de Oliveira

S676t A territorialização da cafeicultura no Planalto da
Conquista/Bahia: Transformações e contradições no espaço agrário
/ Venozina de Oliveira Soares. – São Cristóvão, 2011.179 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-
Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Celso Donizete Locatel.

1. Geografia agrícola – Planalto da Conquista – Bahia. 2.
Café – Cultivo. 3. Agroindústria. I. Título.

CDU 913:633.73(813.8)

VENOZINA DE OLIVEIRA SOARES

**A TERRITORIALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA NO PLANALTO DA
CONQUISTA/BAHIA: TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES NO
ESPAÇO AGRÁRIO**

Dissertação de mestrado submetida à apreciação da banca examinadora
constituída pelos doutores:

Prof. Dr. Celso Donizete Locatel (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dr. José Eloízio da Costa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

VENOZINA DE OLIVEIRA SOARES

Aprovado em 06/07/2011



Fonte: Revista Cafeicultura

*"Um homem é o que ele lê,
come e bebe na vida.
Logo, deve escolher a melhor leitura,
a melhor comida e a melhor bebida, o café..."*
Johann Wolfgang von Goethe

Este trabalho é dedicado às pessoas que mais amo e que representam o que há de melhor na minha vida...

De maneira muito especial, à minha mãe, D. Maria Ribeiro, pela sabedoria e a competência com que criou e orientou quatorze filhos, pelo incentivo e a alegria sempre constantes, pelo amor e o carinho dedicado a nós e pela dignidade com que nos conduziu para a vida!

À D. Zulmira, (in memoriam) pelo incentivo que me foi dedicado para a realização desse sonho, por tudo de bom que representou em minha vida e na vida dos meus filhos.

Aos meus filhos, Rodrigo, Ricardo e Renato, porque são a razão da minha inspiração e da minha alegria!

Ao meu companheiro Joci, pelo apoio incondicional!

Aos meus netos, Raoman, M^a Eduarda, Raira, Hanna e Renato Filho, que nasceu em meio a essa trajetória, carecendo mais dos meus cuidados, atenção e afeto.

Às minhas irmãs, Gerúzia, Eliete, Elvira, Gerenice, Mirian, Candida e Maria. Mulheres de luta, que não medem esforços para o alcance dos ideais. Todas compartilharam esse sonho comigo, me apoiando, incentivando e me fortalecendo com orações fervorosas, energia positiva, acreditando em mais uma realização da minha vida, como fazemos sempre umas com as outras. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Um reconhecimento comum, eu diria, sem hierarquia, para agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho:

Ao meu orientador, professor Celso, pela competência da orientação, pela confiança quando acreditou e me aceitou como orientanda. Sempre dedicado e preocupado com a realização, a qualidade e o resultado deste trabalho. Você foi imprescindível! Muitíssimo obrigada!

Aos trabalhadores do café, quais são os mais vulneráveis dessa cadeia produtiva, porém, imprescindíveis nesse processo!

Aos amigos Vilomar e Andrecks, pelo imensurável companheirismo e o aconchego do acolhimento. Juntos, enfrentamos a seleção, passo a passo, etapa por etapa, eles como doutorandos, eu como mestranda. Juntos, dividimos alegrias, dúvidas, ansiedades..., viajamos muito e ainda tivemos a oportunidade de nos conhecer melhor, aprimorar a convivência e fortalecer nossa amizade!

Aos seus filhos Camilo, Lara e Davi, pelo acolhimento e o carinho com que me trataram no aconchego do lar, obrigada!

A Gabriela, pela bela amizade que construímos durante essa caminhada, por tudo que compartilhamos nos momentos de alegria, de dúvidas! Pela ansiedade que vivenciamos naquelas horas de carência na

cidade de Aracaju. Por tudo de bom que existe hoje entre nós. Amiga, muito obrigada!

Aos amigos que fiz em Aracaju, Laércio e Gleise, Ana Fontinelli e Adelli, pelo apoio e o carinho dedicada a mim, muito obrigada!

Às minhas sobrinhas, Ana, Lu, Paty, Dea, Val, Carol, Caty e Pry, pelo apoio que me prestaram e porque compartilham dos mesmos ideais, buscando sempre a realização e o aperfeiçoamento profissional.

Aos meus irmãos Enock, Gesiel, Aparício e Agenor, porque nos motiva a enfrentar a vida e a buscar o aprimoramento profissional.

À minha cunhada e amiga Jocilda Barros, que muitas vezes abdicou de seus afazeres para estar com a minha família na minha ausência durante os estudos.

Ao professor Eloísio, coordenador do NPGeo, pelo apoio.

À professora Josefa Lisboa, pela brilhante contribuição com a teoria das políticas públicas, pelos conselhos e o acolhimento.

À professora Alexandrina, pela grandiosa contribuição teórica, seja da questão agrária, seja do método da Geografia. Sua presença foi marcante nessa caminhada. Obrigada!

À professora Rosemeri Melo, pela competência e a valiosa contribuição!

Ao professor Marco Mitidiero, que contribuiu significativamente para com a realização da pesquisa de campo! Valeu, obrigada!

À professora Vera França, que nos despertou para o “Novo”!

À professora Guta, pela dedicação e o carinho para conosco!

Aos demais professores do Núcleo, que contribuem para a realização e o sucesso da pós-graduação em Geografia.

Aos professores da UESB, Espedito, Meirilane, Edvaldo e Altamar, obrigada! O apoio de vocês foi imprescindível durante a pesquisa de campo e na construção dos mapas.

Ao amigo e professor do CEFET, Jacson Tavares, pelo apoio e a contribuição, obrigada.

A Everton, secretário do Núcleo, sempre prestativo e dedicado, um membro de excelência no NPGeo, a você, muito obrigada!

Na pessoa do companheiro Ilário, agradeço aos demais colegas da turma, valeu pela aprendizagem e pelos momentos que compartilhamos e vivenciamos nessa caminhada.

SEDE DE PODER
(Renato de Oliveira Soares)

**Sempre existe um caminho eu sei
Mas não pude entender
Os homens são estanhos
Alguns matam por prazer**

**Bilhões correm manipulando os homens eu sei
Que a guerra continua cruel por sede de poder
Esquecem dos direitos humanos, esquecem até quem somos
Não se lembram da existência de Deus**

**E todos os nossos sonhos
São deixados de lado
Pelas mãos dos hipnotizados**

(Refrão)

**Pensem nos seus homens lutando
Suas mulheres a chorar
Pensem nos seus jovens morrendo
Seus amigos a gritar
Socorro, não agüento mais
Olha o sangue que está jorrando
Veja o medo que estão criando**

RESUMO

Este estudo tem a finalidade de analisar a Territorialização da Cafeicultura no Planalto da Conquista/Bahia, considerando a oposição agronegócio X campesinato. A pesquisa contemplou os seis principais municípios produtores de café do Planalto: Vitória da Conquista, Barra do Choça, Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Planalto e Poções. Além das abordagens teóricas, foram analisadas as transformações e contradições promovidas no espaço agrário; as políticas públicas implementadas para o setor agrícola, em especial as que estão relacionadas à cafeicultura; a questão do trabalho e a mão-de-obra empregada na cafeicultura; bem como as principais consequências da territorialização da cafeicultura nesse contexto. A pesquisa permitiu a análise dos contrários, para que se compreendesse a territorialização do capital a partir da atividade cafeeira. As categorias de análise que deram suporte ao trabalho foram o “espaço” e o “território”. Os principais elementos da questão empírica deste trabalho foram fundamentados e respaldados com a pesquisa de campo. Em todos os municípios foi identificada uma estrutura fundiária com acentuada presença de pequenas unidades produtoras de café, conduzidas, evidentemente, por lavradores/camponeses, que convivem com os grandes e médios empreendimentos do agronegócio, ora desenvolvendo as atividades na sua pequena lavoura, ora vendendo sua força de trabalho nas grandes propriedades de café. A jornada dos trabalhadores volantes varia de 10 a 12 horas por dia, com um intervalo de aproximadamente uma hora para o almoço. Esse intervalo é formal porque na maioria das vezes não é utilizado para descansar, pois o trabalhador sacrifica-o para colher uma quantidade maior de café, tentando aumentar a produção. Também foi constatado que 64,1% desses trabalhadores procedem de outros municípios, isto é, eles realizam uma migração sazonal entre os municípios durante todo o período da colheita, pois vão em busca das propriedades que oferecem condições de melhoria salarial, ou seja, uma produção maior de café. Dos trabalhadores entrevistados, constatou-se que 81% possuem casa própria, porém, a maioria não possui infra-estrutura adequada, fator que reflete diretamente na má qualidade de vida desses trabalhadores. Quanto à escolarização, 70% têm o primário incompleto, 18% são analfabetos e apenas 2% têm o 2º grau. Assim, a maioria não tem conhecimento dos seus direitos e não reivindicam por melhorias trabalhistas. Constatou-se, também, que o acelerado crescimento demográfico teve como resultado o inchamento urbano e o conseqüente aumento dos problemas socioeconômicos, devido à falta de infra-estrutura e investimentos em políticas públicas necessárias. Isto, porque as políticas públicas implantadas no Planalto estão voltadas basicamente para sustentar a cadeia produtiva do café, (como os investimentos do PRONAF, a criação de Conselhos de classes, Bancos, Secretarias e órgãos ligados a todas as esferas governamentais), carecendo, portanto, de maior atenção para a diversificação da produção agrícola local e outras políticas de investimento no setor agrário como um todo.

Palavras-chaves: Territorialização; Cafeicultura; Questão Agrária; Agronegócio; Campesinato.

ABSTRACT

This study aims to analyze the territorialization of Coffee Culture in the plateau of conquista, Bahia, considering the opposition agribusiness X peasantry. The research included the six major coffee producing districts of the Plateau : Vitória da Conquista, Barra do Choça, Ribeirão do largo, Encruzilhada, Planalto e Poções. Besides the theoretical study, we evaluated the changes and contradictions that have been promoted in agrarian space, the public policies for the agricultural sector, particularly those related to coffee production, the question of labor and manpower employed in the coffee, well as the main consequences of coffee in the territorial context. The study allowed the analysis of the contrary, that they understood the territorial capital from the coffee activity. The categories of analysis that supported the work were the "space" and "territory". The main elements of the empirical question of this study were justified and supported by field research. In all districts a land structure was identified with extensive concentration of small units that produce coffee, led of course by farmers / peasants, who live with the large and medium enterprises in agribusiness, now developing its activities in the small farming, now selling its manpower in the larger coffee farms. The journey of wheels' workers ranging from 10 to 12 hours a day, with a range of approximately one hour for lunch. This range is formal because in most cases is not used for rest, the worker sacrifices to collect a larger amount of coffee, trying to increase production. It was found that 64.1% of these workers coming from other municipalities, that is, they do a seasonal migration between municipalities throughout the sampling period, as will the search for properties that offer better conditions of wage, in other words, a greater production of coffee. Workers interviewed, found that 81% own their own homes, but most do not have adequate infrastructure, a factor that directly reflects the poor quality of life for workers. As for schooling, 70% have incomplete primary, 18% are illiterate and only 2% have the second degree. Thus, most are unaware of their rights and do not claim for improvements and labor rights. So dodge the situation, highlighting these facets, given the need to survive the dynamism of the capitalist mode of production, which contributed decisively to determine the relationship of subordination of the rural working class. It was noted also that the quickly population's growth has resulted in swelling and the consequent increase of urban socioeconomic problems, due to lack of infrastructure and investments in required public policies. This is because the public policies implemented in the Plateau are geared primarily to support the productive chain of coffee (PRONAF investments, the creation of Class Councils, Banks, Offices and agencies linked to all levels of government), lacking, therefore, greater attention to the diversification of agricultural production and other local investment policies in the agricultural sector in general.

Key Words: Territorialization; Coffee culture; Agribusiness; Peasantry; Agricultural Area

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Região Econômica – Sudoeste da Bahia	31
Figura 2 - Localização Geográfica da Área em Estudo.....	33
Figura 3 – Bahia: Grupos de área dos estabelecimentos agropecuários (%), 2006.....	69
Figura 4 – Bahia: Área ocupada pelos grupos de estabelecimentos agropecuários (%), 2006.	70
Figura 5 – Planalto da Conquista – Áreas de Cultivo de Café- 2010.....	93
Figura 6 - Setores de atividades econômicas predominantes nos municípios de Barra do Choça, Ribeirão do Largo, Planalto, Poções e Encruzilhada	94
Figura 7 - Sazonalidade da oferta de trabalho na cafeicultura na região do Planalto da Conquista.....	95
Figura 8 - Local de residência dos proprietários rurais (cafeicultores) do Planalto da Conquista – 2010	96
Figura 9 - Situação do trabalhador entrevistado nas fazendas de café do Planalto da Conquista – 2010	97
Figura 10 – Estufa de Secagem de café: Unidade de Produção Camponesa no Município de Planalto	100
Figura 11 – Estufa de Secagem de café: Unidade de Produção Camponesa no Município de Barra do Choça,	101
Figura 12 – Estrutura para o trato pós-colheita do café - Pequena unidade de produção / Planalto/Ba	101
Figura 13 – Estrutura para o trato pós-colheita do café - Pequena unidade de produção / Barra do Choça/Ba	102
Figura 14 – Terreiro secador – grande propriedade no município de Barra do Choça/BA .	102
Figura 15 – Parte interna da usina de beneficiamento – grande propriedade / Barra do Choça/BA	103
Figuras 16 - Despolpador de café c/ tanques de degomagem e reciclagem de água – grande propriedade / Barra do Choça	103
Figuras - Despolpador de café c/ tanques de degomagem e reciclagem de água – grande propriedade / Barra do Choça.....	104
Figura 18 – Carta Imagem Bahia 2010: Áreas com produção de café	109
Figura 19 - Produção de Café pela Agricultura Camponesa – 2006	110

Figuras 20 - Agricultores que declararam recorrer ao crédito do PRONAF, 2010	119
Figuras 21 - Destino dos Fluxos de Trabalhadores da Cafeicultura no Planalto da Conquista, 2010	132
Figura 22 – Terreirão de secagem do café, Anagé/BA	133
Figura 23 - Medição de café – Propriedade de café – Planalto/BA	138
Figuras 24 – Uso da força de trabalho feminino e infantil na colheita de café Poções/BA ..	139
Figuras 25 – Uso da força de trabalho na colheita de café – município de Poções/BA	139
Figura 26 – Tempo de trabalho como “bóia-fria”	140
Figura 27– Rendimento Semanal dos “bóias-frias”	141
Figuras 28 – Pontos estratégicos de espera do transporte para ida e retorno para as lavouras de café	143
Figuras 28/29 – Pontos estratégicos de espera do transporte para ida e retorno para as lavouras de café	143
Figuras 30 – Meios de transporte dos “bóias-frias” município de Planalto	144
Figuras 31 – Meios de transporte dos “bóias-frias” município de Barra do Choça	144

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição da População Segundo a Situação de Domicílio: Barra do Choça/BA – 1950/2007.....	36
Tabela 02 - Índice de Gini: Concentração da Propriedade da Terra no Estado da Bahia - 1960/70/80	67
Tabela 03 - Número de Propriedades, Áreas e Cafeeiros. Vitória da Conquista – Ano Agrícola 1978/79	85
Tabela 04 - Área Colhida e Produção de Café – 1975/1983 – Vitória da Conquista e Barra do Choça/BA	86
Tabela 05 - Distribuição da População Segundo a Situação de Domicílios: Vitória da Conquista/BA -1950/2010	87
Tabela 06 - Estabelecimentos Agrícolas – Barra do Choça 1970/75/80 (em %)	88
Tabela 07 - Produção Anual de Café – Municípios do Planalto da Conquista/BA -2009	91
Tabela 08 - Representatividade do percentual da produção de café por número de propriedades dos municípios em estudo	99
Tabela 09 - Comercialização de Café no Sudoeste da Bahia, 2010	106
Tabela 10 - Representatividade das Associações Agrícolas dos Municípios	120

LISTA DE SIGLAS

ADAB – Agencia de Defesa Agropecuária da Bahia

CNC - Conselho Nacional do Café

DNC - Departamento Nacional do Café

CAIs – Complexos Agroindustriais

COOPMAC – Cooperativa Mista Agropecuária

CTP – Comissão Pastoral da Terra

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

GP – Grandes Proprietários

INCRA – Instituto Nacional e Comissão da Reforma Agrária

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MST – Movimento dos Sem Terra

MP – Médios Proprietários

PRRC - Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais

PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool

PMBC – Prefeitura Municipal de Barra do Choça

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

PMP – Prefeitura Municipal de Planalto

PMP – Prefeitura Municipal de Poções

PMRL – Prefeitura Municipal de Ribeirão do Largo

PME – Prefeitura Municipal de Encruzilhada.

PDRS - Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

ONGs – Organizações Não Governamentais

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PP – Pequenos Proprietários

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SEAGRI- Secretaria de Agricultura da Bahia

STR - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

SEI- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

PJ - Pastoral da Juventude

UESB – Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	07
EPÍGRAFE	10
RESUMO	11
ABSTRACT	12
INDICE DE FIGURAS	13
INDICE DE TABELAS	15
LISTA DE SIGLAS	16
SUMÁRIO	18
 I CAPÍTULO	 20
1. INTRODUÇÃO	21
 II CAPÍTULO	 28
2. - A LÓGICA DA EXPANSÃO CAPITALISTA NO CAMPO E A TERITORIALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA NO PLANALTO DE CONQUISTA	29
 2.1 Caracterização da Área de Estudo	 29
2.2 Abordagem Conceitual: O Espaço enquanto produto	41
2.3 O Território Enquanto Matéria das Relações de Poder	43
2.4 CAPITALISMO E AGRICULTURA: A Expansão e a Territorialização do Capital no campo	46
2.5 A CAFEICULTURA NO BRASIL: Breve Histórico	51
2.6 A Dinâmica do Agronegócio no Brasil	59

III CAPÍTULO	64
3.0 TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO DO PLANALTO DA CONQUISTA A PARTIR DA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CAFEEIRO	65
3.1 A Inserção da Cafeicultura no Estado da Bahia	65
3.2 A configuração da questão agrária e o monopólio da terra no Brasil	72
3.3 As Políticas Públicas para a Agricultura Brasileira	81
3.4 A Cafeicultura no Planalto da Conquista: Transformações e Contradições no Espaço Agrário	84
3.5 A Oposição Agronegócio X Campesinato no Planalto da Conquista/BA	110
3.6 As Políticas Públicas para a Cafeicultura do Planalto da Conquista	116
IV CAPÍTULO	121
4.0 O TRABALHO NA CAFEICULTURA	122
4.1 A Precarização do Trabalho nas Lavouras Cafeeiras	122
4.2. O Trabalho do “Bóia-fria” na Cafeicultura do Planalto da Conquista/BA	130
4.3 A Produção Camponesa e o Vínculo com o Capital	148
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
6. REFERENCIAS	159
ANEXOS	170

I CAPÍTULO

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa ora apresentada se enquadra na área de concentração “Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional” e mais especificamente na linha de pesquisa “Produção e Organização do Espaço Agrário”, do Programa de Pós-graduação em Geografia, em nível de mestrado, da Universidade Federal de Sergipe-UFS. Destaca-se como objetivo principal deste trabalho, a análise da Territorialização da Cafeicultura no Planalto de Vitória da Conquista/Bahia, considerando a oposição agronegócio X campesinato, a partir da atividade cafeeira. A pesquisa contemplou os seis principais municípios produtores de café do Planalto da Conquista, quais são: Vitória da Conquista, Barra do Choça, Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Planalto e Poções.

Para a realização deste estudo, foram avaliadas as transformações e contradições promovidas no espaço agrário, as políticas públicas implementadas para o setor agrícola, em especial as que estão relacionadas à cafeicultura; a questão do trabalho e a mão-de-obra empregada na cafeicultura do Planalto; bem como as principais consequências da territorialização da cafeicultura no contexto.

Com o intuito de realizar uma pesquisa bem respaldada, trazendo uma nova abordagem relacionada à realidade da área de estudo, fez-se necessário a aplicação de uma metodologia que possibilitasse a consecução dos objetivos do trabalho, respaldando sempre no referencial teórico destacado ao longo da realização deste projeto. Sendo assim, permitiu a análise dos contrários, para que se compreendesse a territorialização do capital através da atividade cafeeira.

A proposta da pesquisa consistiu, inicialmente, de um estudo teórico para compreender algumas abordagens acerca da questão agrária local, sobre a cafeicultura no Brasil e na Bahia, ressaltando como base empírica a Territorialização da Cafeicultura na Microrregião do Planalto de Vitória da Conquista/Bahia, que partiu, a priori, de levantamento e estudo bibliográfico sobre a dinâmica da cafeicultura no contexto.

O primeiro momento foi considerado de relevância imprescindível, visto que se construiu o arcabouço teórico-conceitual e se definiu as categorias que deram suporte à pesquisa: a territorialização e organização do espaço rural, além da mobilidade do capital e do trabalho. Para tanto, foi necessário revisitar os teóricos que se preocupam com as questões da terra, verificando, inclusive, os trabalhos que sustentam as teses regionais e locais.

Após esta importante etapa, partiu-se para a pesquisa de campo, que permitiu a coleta de dados, sempre articulando com a teoria. As primeiras visitas consistiram em identificar os

principais elementos da pesquisa (municípios produtores de café, organização dos estabelecimentos, classes de área dos estabelecimentos produtores, investimentos financeiros para o setor, tecnologias empregadas, políticas públicas para o setor, crescimento populacional dos municípios a partir a cafeicultura, mão-de-obra empregada no período da safra e entressafra, situação dos camponeses envolvidos com a atividade, mapeamento das áreas entre outros).

O trabalho de campo foi realizado a partir da visita aos municípios produtores, destacando algumas propriedades, com o intuito de conhecer melhor a dinâmica de cada um, como também de familiarizar melhor com a população local, objetivando adquirir a confiança e o respaldo da comunidade. Essa tarefa não foi muito difícil, haja vista que a pesquisadora tem certo grau de conhecimento sobre a atividade cafeeira, considerando que convive de perto com a realidade dessa cultura¹,

As entrevistas foram realizadas mediante a utilização de formulários semi-estruturados e aplicação questionários à população local e aos produtores de grande, médio e pequeno porte, comparando sempre com a realidade observada mediante o envolvimento com os sujeitos sociais durante as visitas. Foram necessárias várias entrevistas com representantes municipais, no sentido de apontar as divergências vivenciadas entre os municípios, como também identificar as políticas implantadas nos setores econômicos, sociais e/ou políticos em cada município.

Para tanto, foram ouvidos os secretários/representantes dos setores agrícolas de todos os municípios, engenheiros agrônomos, representantes da EBDA, sindicatos rurais, sindicatos patronais, presidentes de cooperativas e líderes de associações agrícolas. Além disso, foi necessária a participação de algumas reuniões e encontros das comunidades locais, a exemplo de Conselhos de Desenvolvimento, (inclusive com representantes do governo na esfera estadual) bem como de cooperativas e associações.

O total de trabalhadores entrevistados foi de 390, distribuídos de maneira proporcional entre os municípios, isto é, Barra do Choça teve um número mais expressivo de entrevistados, 110 pessoas, haja vista que é o maior produtor, em Vitória da Conquista foram entrevistados 80 trabalhadores, nos demais municípios, 50 trabalhadores cada um. Vale destacar, que a maioria das entrevistas foram realizadas em série, ou seja, quando os trabalhadores se agrupavam nas fila para receber pagamentos ou quando estavam concentrados nos pontos de

¹A pesquisadora, desde a infância, reside no município de Barra do Choça e já trabalhou na cafeicultura, considerado um dos principais pólos cafeeiros do Planalto da Conquista.

espera dos veículos que os conduziam até as fazendas. Assim, ficou mais viável obter as respostas, pois uns encorajavam e complementavam a respostas dos outros.

Os trabalhadores locais, isto é, aqueles que moram no mesmo município ou próximo às fazendas, tiveram atenção especial, visto que geralmente são camponeses parcelares ou posseiros que se desdobram no trabalho entre suas atividades e o trabalho temporário (trabalho acessório) na colheita do café nas grandes e médias propriedades, fato bastante comum nos municípios onde se desenvolveu esta pesquisa.

Os proprietários foram ouvidos aleatoriamente, porque nem sempre se encontravam nas propriedades. Muitos foram ouvidos durante as reuniões das associações e/ou cooperativas, de modo especial, os camponeses, que foi a maioria dos proprietários entrevistados, também levando em consideração que compõem a maior parte dos produtores de café do Planalto.

No sentido de respaldar melhor o trabalho, também foi realizada uma produção fotográfica, isso, porque a pesquisa enfocou a situação e precarização das condições de trabalho nas fazendas de café, assim como as condições das propriedades e outros fatores ligados ao setor.

Para saber mais sobre as condições de vida dos trabalhadores de outros municípios, fez-se necessário o acompanhamento de ida e retorno às propriedades, fotografando e percebendo como se dá o tratamento, dentro e fora das fazendas, no caso do transporte, alojamento, refeitório e demais obrigações do empregador.

O período que compreendeu a pesquisa de campo foi de outubro de 2009 a julho de 2010. A periodicidade entre uma visita e outra consistiu num intervalo muito pequeno, pois as visitas às propriedades de Vitória da Conquista e Barra do Choça, geralmente acontecia dentro de uma mesma semana, devido ao fato de ficarem próximas, uma vez que os dois municípios são limítrofes. O mesmo aconteceu entre os municípios de Planalto e Poções, que também são vizinhos, ou seja, ao visitar uma fazenda no município de Poções, no retorno também se visitava uma no município de Planalto.

Nos municípios de Encruzilhada e Ribeirão que ficam mais distantes de Barra do Choça, as visitas foram realizadas em duas vezes, isto é, numa viagem foram visitadas algumas propriedades, na outra foi a vez de ouvir os representantes dos órgãos ligados ao setor, inclusive na Vila do Café, que é um povoado onde concentra a maioria dos trabalhadores do município de Encruzilhada. Em alguns casos, os proprietários foram entrevistados em Vitória da Conquista, pois os maiores produtores de café dos municípios de Ribeirão e Encruzilhada residem nesta cidade.

De posse desses dados, partiu-se para a fase seguinte, quando foram levantados os dados estatísticos, mediante as visitas aos órgãos e instituições ligados ao setor, como é o caso do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Estadual de Agricultura (SEAGRI), Bancos do Brasil e do Nordeste e demais setores afins, com o intuito de criar um banco de dados que possibilitasse verificar a dinâmica organizacional do espaço rural regional e local, as políticas públicas implantadas e os investimentos destinados ao setor, além de outros dados necessários que deram respaldo à pesquisa.

Além disso, é importante destacar que foi necessário levantar dados junto a moradores e representantes do poder público do período anterior a 1970, quando não havia a cafeicultura na região. Assim, ficaram mais evidentes as questões, e possibilidade de fazer as inferências, esclarecendo acerca das transformações no espaço agrário a partir da cafeicultura.

Esta estratégia permitiu a obtenção de informações sobre o nível de desenvolvimento dos municípios, dificuldades enfrentadas, políticas públicas de assistência governamental, projetos implantados e desenvolvidos, infra-estrutura, produção agrícola, práticas culturais e ambientais, melhoria ou não da qualidade de vida da população, como também as expectativas em relação à cadeia produtiva do café.

A amostragem que foi utilizada para a coleta das informações foi representativa quanto à realidade investigada, no sentido de adquirir dados que viessem responder aos questionamentos da pesquisa. Porém, a aplicação dos questionários foi realizada de forma aleatória, mas tentando manter representadas as diferentes categorias de produtores. Os aspectos contemplados pela amostragem consideraram: unidades produtoras, classes de áreas das propriedades que produzem café, investimentos para o setor, mão - de- obra no período da safra e entressafra.

Dadas as condições do trabalho, partiu-se para a sistematização da pesquisa, dando respostas aos problemas apresentados, numa perspectiva crítica, com a compreensão mais detalhada da produção e (re) produção social, agora, com os elementos identificados, estudados, tabulados e quantificados (aqueles que puderam ser quantificados).

A base teórica que sustentou essa pesquisa discute os conceitos de território e de produção do espaço, além de necessitar também de uma compreensão acerca da discussão da mobilidade do capital e do trabalho, vez que estão intrinsecamente relacionados nesse

processo de produção e reorganização do espaço e, especialmente, na compreensão de formação do território, que é a categoria-chave desse trabalho.

Importantes pesquisadores se dedicaram à discussão dos conceitos de território e produção do espaço, que são centrais na análise realizada nesta pesquisa, como por exemplo: Roberto Lobato Correa (2001), C. Raffestin (1993), Marcelo Lopes de Souza (2001), Antonio Carlos Robert de Moraes (2005) David Harvey (1992/2005), entre outros.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo que no primeiro, intitulado –“A Lógica Da Expansão Capitalista No Campo e a Territorialização da Cafeicultura no Planalto de Conquista”, dedica-se a discutir as abordagens conceituais, as quais se respaldam numa reflexão acerca do espaço e do território, que são as categorias geográficas que norteiam este trabalho, destacando “espaço” enquanto produto do capital e o “território” enquanto categoria de análise.

Também foi desenvolvida uma breve reflexão sobre capitalismo e agricultura, com uma abordagem acerca da expansão e a territorialização do capital no campo, bem como um pequeno histórico sobre a cafeicultura no Brasil, seguida de uma breve reflexão sobre a dinâmica do agronegócio no Brasil.

O segundo capítulo segue com a caracterização da área de estudo, e o texto seguinte que trata das transformações e contradições no espaço agrário do Planalto da Conquista a partir da territorialização do agronegócio cafeeiro, quando são discutidas as seguintes questões: a inserção da cafeicultura no planalto de Conquista/BA; a configuração da questão agrária e o monopólio da terra no Brasil; a cafeicultura no Planalto da Conquista: transformações e contradições no espaço agrário e a oposição agronegócio X campesinato no Planalto da Conquista/BA.

O terceiro e último capítulo se reporta ao trabalho na cafeicultura, quando se discute a precarização do trabalho nas lavouras Cafeeiras; o “Bóia-fria” na cafeicultura do Planalto da Conquista/BA; A produção camponesa e o vínculo com o capital; As políticas públicas para a agricultura brasileira e As políticas públicas aplicadas para a agricultura do Planalto de Conquista.

Além dos três capítulos, este estudo conta com as Considerações Finais, quando se faz um esforço para destacar o que se pode avançar na compreensão do tema central deste trabalho.

Assim, a implantação da cultura do café na Região Sudoeste da Bahia, permitiu que se realizassem vários estudos em função das mudanças ocorridas no espaço agrário, bem como no âmbito das relações urbanas espaciais. De maneira específica, alguns pesquisadores

também se debruçaram para estudar a cafeicultura regional, de modo especial, o município de Barra do Choça, que é o maior produtor dentre os demais, como também do Norte/Nordeste do Brasil.

No entanto, este estudo trás novas abordagens acerca da Territorialização da Cafeicultura do Planalto da Conquista/Bahia, compreendendo as transformações ocorridas nos municípios que desenvolvem a atividade, pois decorre da contradição e diferenciação dos segmentos e grupos sociais os quais convivem nesse processo, visto que promoveu significativas transformações no espaço agrário e nas atividades agrícolas, e, conseqüentemente, nas atividades socioeconômicas, culturais e ambientais, numa conjuntura proposta pelo “desenvolvimento econômico”, que foi desencadeada a partir da década de 1960 no âmbito do território brasileiro.

Ultimamente, quando se refere ao processo de reorganização da estrutura agrária, da produção agrícola e da economia regional, como também das transformações e contradições vivenciados no espaço regional e local, é possível compreender as características do contexto, como também as adaptações vivenciadas numa conjuntura histórica, em função da nucleação provocada pela expansão da cafeicultura na região.

O Planalto da Conquista já vivenciou momentos de auge e queda na sua economia, devido à cultura cafeeira que é o carro-chefe no rol dos cultivos desenvolvidos aí, destacando-se também como principal atividade econômica. As transformações no ambiente são bastante notáveis, as principais cidades do Sudoeste cafeeiro “incharam” demograficamente, o espaço ganhou novas feições, as relações e os valores sociais modificaram de forma considerável, muitos são os problemas, mas também muitos são os novos empreendimentos, de modo especial na cidade de Vitória da Conquista, destacada como pólo regional, vez que concentra a comercialização, os melhores serviços e, conseqüentemente, os melhores investimentos do setor.

Portanto, é por esse prisma que desencadeou o interesse em estudar as transformações e contradições do espaço agrário do Planalto da Conquista a partir da implantação da cafeicultura. Assim, além das reflexões teóricas que respaldam as discussões deste trabalho, nesta proposta encontra-se também o que há de novo, isto é, o empírico, que aborda as questões específicas, as características próprias acerca do desenvolvimento da cafeicultura desse espaço geográfico, o qual não está desarticulado da conjuntura nacional, muito menos dos interesses do capital, que tanto tem (re) definido a organização dos territórios, de acordo com sua necessidade de reprodução.

Além disso, outros fatores contribuíram na tomada de decisão quando da escolha dessa temática, haja vista a afinidade com a região, pelo fato de residir e conviver com os acontecimentos, o laboro e os problemas apresentados no contexto. Assim, o conhecimento e a vivência da realidade incentivaram ainda mais o interesse pelo tema, visto que as transformações e as contradições que vêm acontecendo nesse território estão intrinsecamente entrelaçadas ao modo de vida dos que nele habitam.

II CAPÍTULO

A LÓGICA DA EXPANSÃO CAPITALISTA NO CAMPO E A TERITORIALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA NO PLANALTO DE CONQUISTA

2. A LÓGICA DA EXPANSÃO CAPITALISTA NO CAMPO E A TERRITORIALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA NO PLANALTO DE CONQUISTA

Para melhor compreender a lógica de expansão do capital no campo, assim como a forma com que a cafeicultura, enquanto dimensão empírica do processo de reprodução do capital se territorializa no Planalto de Conquista, faz-se necessário caracterizar a área em estudo, como também entender o espaço enquanto produto social. Do mesmo modo, definir conceitualmente o território, vez que tem a mesma importância para a compreensão e a realização desse trabalho.

Para tanto, são abordadas, prioritariamente, as categorias geográficas de análise que sustentam e respalda o estudo ora apresentado, quais sejam: o espaço enquanto produto social e o território enquanto materialização das relações de poder. Em seguida, uma reflexão acerca do desenvolvimento do capitalismo e a submissão da agricultura, respaldando sobre a expansão e a territorialização do capital no campo, bem como a dinâmica do agronegócio no Brasil.

Por fim, neste capítulo, consta uma reflexão sobre o Planalto da Conquista: dinâmicas e expansão do agronegócio cafeeiro, quando são apresentadas as características principais dos seis municípios que configuram o objeto de estudo desse trabalho. É importante destacar que a escolha desses municípios deu-se em função de se destacarem com produção mais representativa e serem mais influentes nos negócios ligados à cadeia produtiva do café no contexto do Planalto da Conquista/BA.

2.1 Caracterizações da Área em Estudo

O Planalto da Conquista faz parte da Região do Sudoeste da Bahia, que é uma das 15 regiões econômicas propostas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a partir das décadas de 1980/1990. A Região Sudoeste localiza-se entre 13° 02' a 16° 00' de Latitude Sul e 39° a 41°49' de Longitude Oeste, compreendendo uma área de 11.718 km². De acordo com o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS – (2000), historicamente, a região Sudoeste é um recorte da grande região configurada como Alto Sertão da Serra Geral da Bahia, que abrange uma menor porção do Litoral Sul, as quais foram incorporadas ao território durante o processo de regionalização. Abrange 38 municípios

e conta com uma população estimada em 1.144.138 habitantes, que equivale a aproximadamente 8,13% da população do Estado da Bahia, (IBGE 2007).

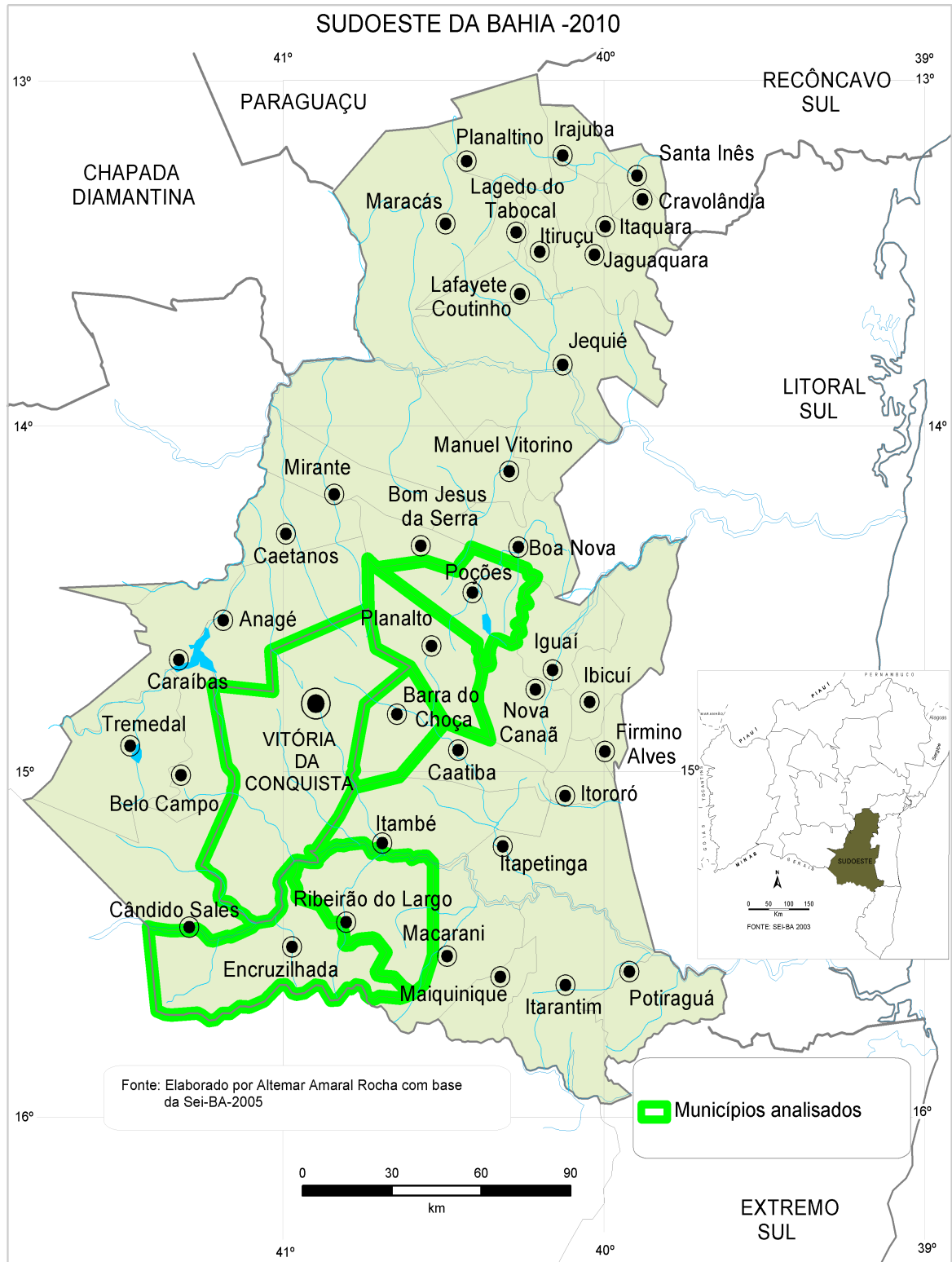
Os municípios que formam essa região são Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Cravolândia, Encruzilhada, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Irajuba, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim, Itiruçu, Itororó, Jaguaquara, Jequié, Lafayette Coutinho, Lagedo do Tabocal, Macarani, Maiquinique, Manoel Vitorino, Maracás, Mirante, Nova Canaã, Planaltino, Planalto, Poções, Potiraguá, Ribeirão do Largo, Santa Inês, Tremedal e Vitória da Conquista (Figura 01).

A SEPLANTEC e o CPE classificam o clima do Planalto da Conquista utilizando-se da terminologia de Koppen, destacando os climas da região com a seguinte classificação: AW – (Clima de Savana com chuvas periódicas e inverno pouco chuvoso) abrangendo os municípios de Caatiba, Barra do Choça, partes dos municípios de Planalto, Poções, Boa Nova, Manoel Vitorino, Cândido Sales, Encruzilhada e todo o Município de Anagé; AM - Clima de Bosque, (chuvoso quente úmido, com estação seca compensada pelos totais elevados) nos municípios de Itapetinga, Macarani, Maiquinique, e parte dos municípios de Encruzilhada, Itambé, Caatiba e Nova Canaã; BSH- Estépico, (clima de vegetação xerófila e semi-árida) em partes do município de Vitória da Conquista, Planalto, Poções, Boa Nova, Cândido Sales, Encruzilhada, Belo Campos, grande parte do município de Manoel Vitorino e todo o município de Anagé (SEPLANTEC e CPE, 2010).

A vegetação do Planalto se identifica com as seguintes características: (1) Faixa "A" - caatinga ou cobertura acatingada - Vegetação típica de áreas com deficiências híbridas acentuadas, com solos rasos, pedregosos e acidentadas, (incompatíveis para o desenvolvimento da cafeicultura). Faixa "B" - carrasco, conhecido também como "Campos Gerais" ou cerrado, apresentando vegetação baixa mais aberta, típica de terra muito pobre e seca. Geralmente acentua-se no espigão, exibindo madeiras de lei, como o pau-de-leite, jacarandá, angico, sucupira, baraúna, ipê, pau d'arco, entre outros. Faixa "D", Mata-de-larga, com vegetação que predomina logo abaixo da Mata-de-cipó (área de transição), sendo mais baixa e mais aberta que a mata de cipó. Faixas "D" e "F"- Mata fria e Mata pluvial única. É a vegetação que aparecem nos bordos e nas escarpas sudestes do platô, logo depois da Mata-de-larga. São áreas úmidas que estão sobre a influência direta das correntes aéreas, frias e úmidas vindas do oceano. (SEI, 1997)².

² Nesse estudo apresenta-se o balanço hídrico obtido pelo método de Thornthwaite & Mather (1955), adaptado pelo eng. agrôn. Ângelo Paes Camargo para o estado de São Paulo e aplicado na Bahia pelo CEPLAB (1976), e atualizado pela SEI (1997).

Figura 1: Região Econômica – Sudoeste da Bahia



Fonte: (SEI-Bahia, 2005) Elaborado por Altemar Amaral Rocha.

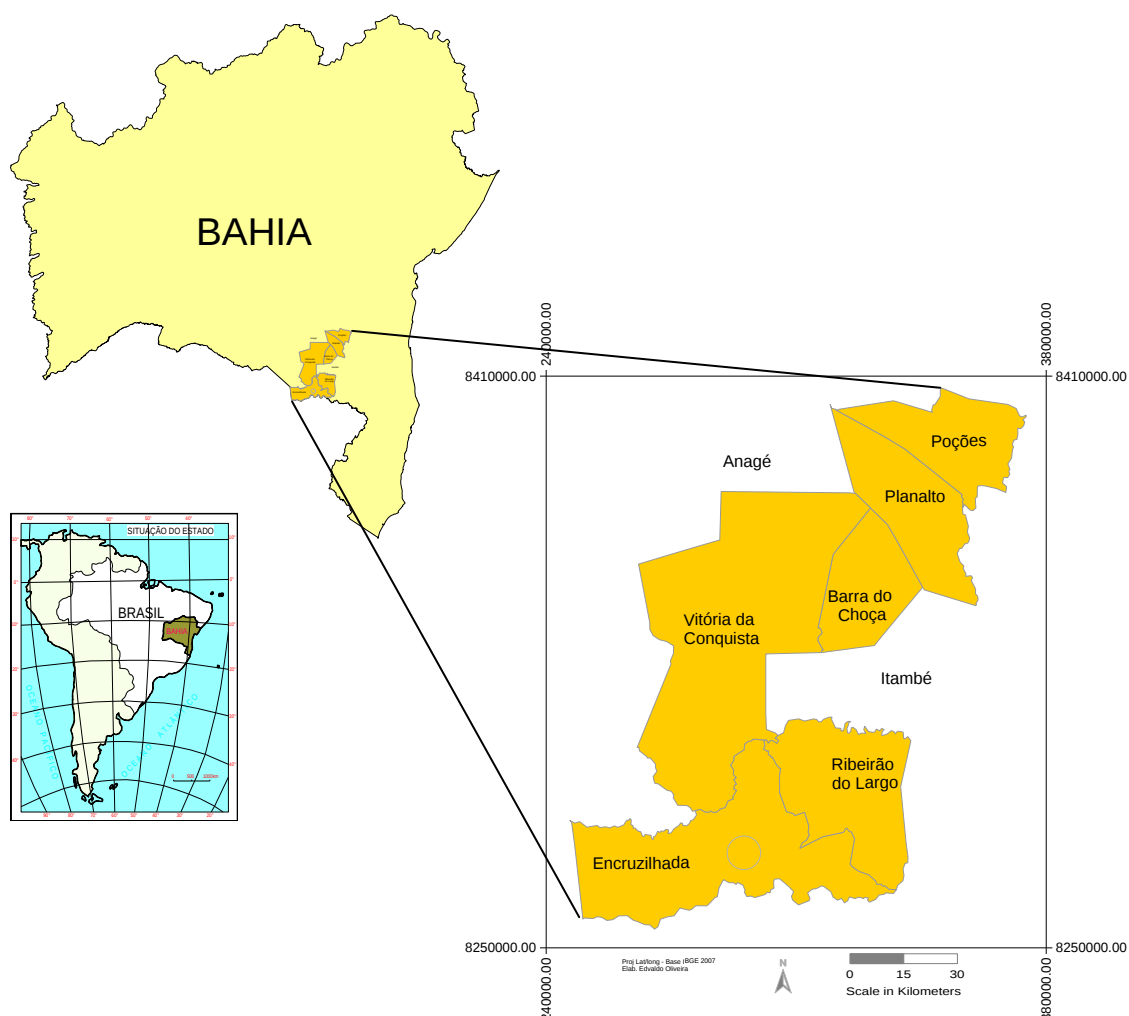
A implantação da cafeicultura no Planalto da Conquista na década de 1970 se articulou com a conjuntura política e econômica pela qual o país passava naquele momento, considerado como o “milagre brasileiro”, quando havia grande interesse em aumentar a pauta de exportações para gerar divisas e fazer frente ao pagamento da dívida externa que crescia vertiginosamente. Aliada a isso, as características naturais da região, em especial o clima com temperaturas médias que variam entre 15° e 25 ° e os altos índices pluviométricos associados às médias altitudes do Planalto da Conquista, também contribuíram de forma decisiva.

Além disso, a proximidade dos municípios com a cidade de Vitória da Conquista que em 1975 se destacou no contexto com mais de 170 mil habitantes e infra-estrutura urbana bem estruturada, com uma malha viária representada pelas rodovias BR 116 e BR 415 e capacidade adequada para escoar a produção. Aliada a esses fatores físicos e de infra-estrutura urbana e viária, a região também comportava mão-de-obra abundante, que se propôs a trabalhar nas lavouras de café da região, perfazendo um fluxo de ida e retorno entre os municípios produtores (COSTA,1991).

Dos 38 municípios da Região do Planalto da Conquista, doze produzem café: Caatiba, Iguaí, Nova Canaã, Boa Nova, Ibicuí, Barra do Choça, Encruzilhada, Itambé, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo, Vitória da Conquista. Porém, entre eles, apenas seis se destacam com uma produção mais representativa e são mais influentes no processo da cadeia produtiva do café no contexto do Planalto, os quais se configuram o objeto de estudo desse trabalho de pesquisa: Barra do Choça, Encruzilhada, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (Figura 02). Esta última é a terceira maior cidade do interior baiano, classifica-se como centro sub-regional mais importante, com 308.204 habitantes, destaca-se por apresentar comércio diversificado e concentração da maioria dos serviços na área da saúde, educação e serviços, (IBGE 2007).

No passado, o município ocupava uma área muito extensa, que abrangia quase toda a região do Planalto, porém, fora desmembrada e constituiu vários municípios no seu entorno. Antes da chegada da cultura cafeeira na região, a situação socioeconômica do município era completamente diferente e a base econômica principal era a exploração da pecuária. A agricultura praticada para o abastecimento local ocupava áreas de minifúndios e plantava-se feijão, milho, abacaxi e outros cítricos, além de hortaliças e leguminosas, todas com uma pequena representatividade.

Figura 02 – Localização geográfica dos principais municípios produtores de café do Planalto da Conquista



Fonte: Organizado por (Edvaldo Oliveira 2011).

Assim a sua história foi pautada em muitos anos de luta, intimamente relacionada à atuação dos bandeirantes, que era liderado pelo sertanejo desbravador João Gonçalves da Costa, como também do seu sogro João da Silva Guimarães. Segundo consta na história oficial, em 1752, uma pequena expedição partira de Ilhéus, com o objetivo de abrir estradas que descobrissem o litoral, chegando ao sertão do São Francisco. Foi uma longa e difícil viagem, haja vista as condições de precariedade daquele dado momento histórico. Muitos conflitos com índios foram enfrentados pela expedição. A resistência maior se deu por partes dos índios Mongoios e Imborés, os quais viviam na região até esse período, quando foram praticamente dizimados pelos bandeirantes interessados em desbravar as terras (SOUSA, 2001).

A última batalha liderada por João Gonçalves da Costa aconteceu no território onde hoje existe a Praça Tancredo Neves, antiga Praça da República. Nesse período, os bandeirantes mandaram construir uma capela para homenagear nossa Senhora das Vitórias, visto que obtiveram êxito na conquista do território. O resultado dessa conquista foi a fundação em 1783, do arraial Nossa Senhora das Vitórias, que mais tarde passa à categoria de Vila, com o nome de Imperial Vila da Conquista. Com o seu rápido desenvolvimento, passa a ter grande importância na região, sendo elevada a caráter de cidade e, posteriormente, denominada de Conquista, por ato do governamental em 1891. Em 1943 passa a chamar-se de Vitória da Conquista e começa o seu processo de “desenvolvimento”, sempre se destacando como cidade pólo da região. (SOUSA, 2001).

Na década de 1970, Vitória da Conquista tinha uma estrutura fundiária definida com terras tituladas e ocupadas pela pecuária e produção agrícola, com vastas reservas de matas, com exceção daquelas onde desenvolvia a pecuária, haja vista que era uma atividade já consolidada na região, pois a própria ocupação das terras se deu em função do “tropeirismo”, que era muito praticado nos séculos anteriores, conhecido também como “viajantes do Sertão da Ressaca”, denominação dada à região do entorno de Vitória da Conquista, que era local de passagem de homens que conduziam animais para a venda em outras áreas da Bahia e do Brasil (BARRETO 1981).

Com crescimento populacional sempre acentuado, o município já registrava em 1940, 33.556 habitantes, em 1950 passaram para 46.456, em 1960 para 80.113, subindo em 1970 para 127.528. Em 1985 alcança 194.299 habitantes. Atualmente, sua população consta de 318.901 habitantes segundo o Censo Demográfico de 2010.

A partir da década de 1970, quando da introdução da cafeicultura na região, o município vivencia uma constante onda de “crescimento”, dado a mobilidade da população que se origina principalmente de áreas adjacentes. Simultaneamente à cafeicultura é implantado o Centro Industrial dos Imborés, com destaque para os setores de mármore, óleo vegetal, produtos de limpeza, calçados e outros. Essa década foi considerada como marco de um novo ciclo na agricultura regional, fundamentado no plantio de cana-de-açúcar para produção de etanol, como também do plantio de eucalipto destinado à produção de carvão para a indústria siderúrgica do norte de Minas Gerais, além da produção de essências e madeira serrada para substituir a vegetação nativa, a exemplo do próprio eucalipto e da grevilla.

Nesse patamar de crescimento, Vitória da Conquista ganha novos contornos e assume condição de relevância no contexto da região Sudoeste da Bahia. Ao concentrar a maioria dos investimentos na região, exerce função de excelência e se destaca como Centro Regional do

Sudoeste baiano. Estrategicamente o sítio urbano da cidade localiza-se às margens da BR-116, importante rodovia que trafega parte considerável das mercadorias que se destinam para o Sudeste/Nordeste do Brasil (SEI 2000, p. 262/263).

Em 1969 é instalada a Faculdade de Formação de Professores, que respondeu à demanda regional por profissionais do magistério. Na década de 1990, é criada a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que durante esse anos tem aumentado e diversificado o número de cursos oferecidos. Além disso, surgiram mais três instituições privadas de ensino superior, que juntas, têm proporcionado aperfeiçoamento profissional para grande parte da população do Planalto. No setor da saúde, o município se destaca com novos serviços, aperfeiçoamento de hospitais antigos e abertura de outros, como também de várias clínicas, ampliando as áreas de atuação necessárias.

Concentra o polo agroindustrial do café, com a grande comercialização e exportação do produto. Além disso, outros setores se destacam no rank da economia, como o ramo moveleiro que é considerado o maior polo do estado da Bahia e a construção civil que tem ganhado proporções cada vez maiores na economia do município.

Desse modo, o constante crescimento do comércio abrange todo o centro-sul da Bahia e o norte de Minas Gerais, influenciando uma população de cerca de 2 milhões de pessoas, elevando o município a uma condição de destaque entre os cem maiores centros urbanos do país (PMVC, 2009).

Outro município que se destaca na produção é Barra do Choça. Localizado no polígono formado pelos paralelos 14° 42' e 15° 02' Sul e meridianos 40° 45' e 40° 28' Oeste, com uma área de 781,3 km², a uma média de 900 metros de altitude. O clima predominante, conforme classificação geral da região do Planalto, é o tropical semi-úmido, variando sempre do semi-árido e seco a sub-úmido. A população é de aproximadamente 34.788 habitantes (IBGE 2010).

A partir do ano de 1972, o município passa a ser o grande atrativo dos agricultores interessados em investir na cultura do café na região Sudoeste da Bahia, visto que as pesquisas do Instituto Brasileiro do Café – IBC classificam-na como propícia para desenvolver a atividade, pois se destaca com solo e clima favoráveis. Além disso, o café é um produto de relevância considerável no rol das exportações brasileiras, bem como na cadeia produtiva internacional. Nesse período, as terras passam a ser bastante valorizadas, os grandes proprietários de outras regiões passam a se interessar pela compra e os pequenos posseiros começam a vender suas glebas para os especuladores imobiliários.

Essa realidade começa a mudar tão logo houve o incremento das lavouras. A partir da análise da Tabela 01 percebem-se as transformações do contexto, que ora começam a mudar radicalmente as configurações espaciais. Se comparar a quantidade de domicílios existentes no município na década de 1950 com a quantidade apresentada entre 1970/80, percebe-se logo tamanha diferença populacional, como também domiciliar, fator que evidencia a influencia da cafeicultura no contexto.

Outro dado que também chama atenção nessa Tabela, é o percentual da população rural, que é consideravelmente maior que a população urbana, desde a década de 1950 até os anos de 1980, quando foi registrado um acelerado crescimento da população do município, que mais que triplicou num período de 40 anos.

Tal situação não é difícil de ser compreendida, pois Barra do Choça sempre foi eminentemente rural, com pouquíssimas evidências de um sítio urbano com funções de destaque. Além disso, pertencia ao município de Vitória da Conquista e só em 1962 fora emancipado. Até esse período era apenas uma pequena Vila, sendo que quase todos os moradores moravam em pequenos sítios no seu entorno, com hábitos e costumes da zona rural.

TABELA 01 – Distribuição da População Segundo a Situação de Domicílio. Barra do Choça/BA – 1950/2010

ANOS	TOTAL	POPULAÇÃO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO			
		Urbana	%	Rural	%
1950	6.251	754	12,0	5.494	87,9
1960	7.554	1.382	18,2	6.172	81,7
1970	8.904	1.503	16,8	7.401	83,1
1975	10.046	1.731	17,2	8.315	82,7
1980	20.527	6.408	31,2	14.116	68,7
1991	24.844	11.644	46,9	13.200	53,1
2000	40.818	17.721	43,4	23.097	56,6
2007	32.489	18.420	56,7	14.069	43,3
2010	34.788	22.407	64,4	12.381	35,6

Fonte: IBGE. Censos Demográficos – Bahia, 1950/2010. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – PNAD, 2007.

Assim, algumas evidências denunciam logo os problemas de ordem estrutural vivenciados pelo município nos anos que seguem à sua emancipação, visto que logo surgiu a cafeicultura acompanhada das transformações, principalmente, da grande parcela de trabalhadores “volantes” que chegava constantemente para morar no entorno das fazendas que

apresentavam maiores perspectivas de produção, formando outras “localidades” rurais, aglomerando muitos trabalhadores.

Neste contexto, “o município de Barra do Choça passa por graves problemas socioeconômicos, pois não dispõe de infra-estrutura suficiente para receber esse vertiginoso crescimento demográfico ocorrido entre as décadas de 1970/1980, que conforme consta, foi de aproximadamente, 323,6% . (SILVA FILHO, 1996).

Durante esses anos, convive com os problemas de ordem estrutural, muita pobreza das pessoas, comércio incipiente, deficiência dos serviços de modo geral e cada vez mais dependente do município de Vitória da Conquista, que é o pólo centralizador do Sudoeste da Bahia. Nessas circunstancias, Barra do Choça ainda assegura o lugar de maior produtor de café do Norte/Nordeste do país, apresentando uma razoável produção de cafés do tipo arábica, numa contraditória estrutura agrária, onde juntos, trilhando sob a lógica das relações capitalistas de produção, sobrevivem grandes, médios e pequenos proprietários de terras, cuja cultura cafeeira se desdobra mediante auge e queda, a depender das necessidades do mercado internacional (PMBC, 2009).

O município de Poções também localizado no Planalto da Conquista, a uma distancia de 444 km de Salvador, limita-se com os municípios de Boa Nova e Iguai ao Norte, Nova Canaã a Leste, Bom Jesus da Serra a Oeste e com o município de Planalto ao Sul, a uma altitude média de 760 metros em relação ao nível do mar, destacando-se com área territorial de 966,3 km² e uma população de aproximadamente 45 mil habitantes. Destes, cerca de 30 mil vivem na sede. Apresenta clima predominantemente semi-árido e seco a sub-úmido.

Por estar situado geograficamente na região da Caatinga com baixos índices pluviométricos e altas temperaturas, faz parte do Polígono das Secas. Porém, existem algumas áreas de transição, já na fronteira entre Planalto e Vitória da Conquista, (escarpas) em parte do seu território, que apresentam características adequadas para a produção cafeeira. Além do mais, a cafeicultura do Planalto se desenvolve também e, principalmente, à custa de investimentos em fertilizantes, agrotóxicos e demais produtos químicos.

De acordo com os registros históricos, por volta de 1732, iniciaram-se as explorações do território, por bandeirantes à procura de minas auríferas. Dentre os homens que chegaram para desbravar a região destacou-se o coronel André da Rocha Pinto, a quem os historiadores atribuem a primazia do início da ocupação de suas terras, que se dera por aproximadamente um século. O nome do município deve-se à existência de muitos poços naturais na região, que depois de uma longa história de desmembramento e anexação de terras, tornou emancipada em 1938.

Com pequena economia diversificada e inexpressiva produção de café, desenvolve a agropecuária (feijão, milho, banana, mamona e hortifrutigranjeiros, principalmente tomate e pimentão), destacando-se como primeiro produtor de fava (tipo de feijão do Sertão), e segundo produtor de tomates, além de manter uma expressiva produção da mandioca. Na pecuária destaca o rebanho de eqüinos.

O município além de atender a população local, atende também aos moradores de outras localidades e municípios de porte menor (da Caatinga), os quais buscam os serviços de bancos, INSS, saúde (clínicas, laboratórios, ambulatorios, hospitais, farmácias e entre outros), além de produtos diversos que são comercializados em vários ramos comerciais (PMP, 2009).

O município de Planalto se formou a partir de uma fazenda pertencente ao então vizinho município de Poções. Conforme a história, constantemente por ali passava comerciantes ambulantes e tropeiros, os quais se acomodavam para descansar da viagem. Aos poucos, foi formando um ponto de encontro para comercializar de produtos diversos, formando uma pequena feira nesse local. A partir daí, começaram então a construir casas, aumentou o número de moradores aos poucos, foi então criado o arraial de Peri-Peri, por volta da década de 1930. Devido ao crescimento constante do fluxo comercial, a feira foi aumentando gradativamente. Posteriormente, com o aumento das ruas, a feira fora transferida para uma praça, hoje denominada de Duque de Caxias.

Aos poucos, Peri-Peri foi crescendo, construiu-se a capela, algumas casas comerciais, escolas, cinema e a chegada de mais população foi contribuindo para o povoamento a localidade, formando então o município. Em 1962 foi emancipada de Poções, denominando-o Planalto, cuja nomenclatura se deu em função da característica predominante do relevo.

Cortada pela rodovia Rio-Bahia – BR 116 –, com fácil acesso a outras localidades, o município fica a uma distância de 463 km da Capital – Salvador, com uma área de 815 km² e população de 21.707 habitantes. Suas coordenadas são: latitude 14,6600 e longitude de 40,4600, a uma altitude média de 943 metros em relação ao nível do mar. O município limita-se com Vitória da Conquista, Barra do Choça, Poções, Bom Jesus da Serra, Caatiba e Nova Canaa. Apresenta clima semi-árido, com pouco regime pluviométrico e altas temperaturas durante o verão. No inverno, muita neblina e temperaturas bastante amenas, chegando aos 10 graus.

Com economia pouco desenvolvida, o município sobrevive com muitas dificuldades, pois as atividades econômicas se apoiam basicamente no setor público, no pequeno comércio e na atividade agropecuária, cujas lavouras e rebanhos são incipientes. A atividade agrícola baseia-se na pequena e insignificante produção de café, feijão, milho, mandioca e

hortifrutigranjeiros. Com um pequeno rebanho bovino, caprino e equino, desenvolve a pequena pecuária, cuja produto principal é o gado de corte e a produção de leite (PMP, 2009).

Ribeirão do Largo é um dos municípios mais novos do Estado da Bahia, tem uma área de 1.222 km² e uma população aproximada de 14.528 habitantes, a uma distância de 609 km de Salvador. Situa-se entre os paralelos de 15° 27' 32" latitude Sul e 40° 44' 20" de longitude Oeste, a uma altitude média de 800 metros em relação ao nível do mar. Seu clima é o tropical úmido, com solos bastante favoráveis à prática da agricultura. Localizado entre a região Agro-pastoril de Itapetinga e o Planalto da Conquista no centro-sul, Ribeirão do Largo limita-se ao Norte com Vitória da Conquista, ao sul com Macarani ao leste com Itambé e a Oeste com Encruzilhada. Seu clima é ameno, quente e seco no verão e frio no inverno. As suas terras são compostas de vegetação variada, com destaque para a área de mata ombrófila estacional, com algumas áreas de Caatinga (PMRL, 2009).

Assim como os demais municípios, a economia de Ribeirão também é pequena, com destaque para a cafeicultura e a pecuária aliadas ao plantio de eucalipto, que hoje ocupa áreas consideráveis. O sítio urbano é bastante reduzido, com a oferta de alguns serviços, como bancos, hospital, pequenos mercados, lojas de material de construção, material animal e farmácias. Basicamente, a oferta do emprego é oriunda do setor público, do pequeno comércio e das atividades agropecuárias. Em relação aos proprietários de terras, a maioria daqueles que detêm as maiores áreas de pecuária e de café, residem na cidade de Vitória da Conquista.

Historicamente o município de Ribeirão do Largo tem suas origens no ano de 1885, a partir da montagem de uma selaria no cruzamento das estradas que ligavam Minas Gerais à Bahia, por onde passavam boiadeiros e tropeiros oriundos do estado de Minas Gerais. Essa localidade surgiu como parte do o território de Vitória da Conquista, porém, em 1989 emancipa-se.

A partir de 1890 surgem as primeiras fazendas de gado da região. Entre 1880/1900, instalaram-se nessas terras, os senhores: João Ferraz, Rufino Correia Melo, Juvêncio Gonçalves da Cruz e Policarpo Ferreira dos Anjos, considerados, historicamente, como pioneiros, todos advindos do município de Vitória da Conquista. Além do café, a economia do município baseia-se na pecuária leiteira e de corte, na produção de feijão, milho e café (PMRL, 2009).

Encruzilhada formou-se às margens do Rio Água Preta. Viajando por essas áreas, o sertanejo Antônio Carlos Cerqueira, vindo provavelmente da região de Condeúba à procura de um local para melhores negócios, encontrou nessa região as condições propícias para instalar

uma selaria. A área fica no cruzamento de estradas do estado de Minas Gerais, permitindo o acesso para o sul e sudoeste da Bahia. Certamente, usou esse cruzamento como estratégia no sentido de viabilizar a comercialização dos produtos, visto que era trajeto de entrada e saída dos produtores, boiadeiros e tropeiros, procedentes do estado das Minas Gerais. Daí, a origem do nome de Encruzilhada. Assim, depois de algum tempo, o arraial de Encruzilhada foi elevado á categoria de vila em 1921, posteriormente se tornou município, desmembrando-se de Vitória da Conquista.

Limita-se ao norte com Vitória da Conquista, a leste com Macarani, a oeste com Candido Sales e ao sul com os municípios mineiros de Mata Verde e Divisópolis, sob as coordenadas geográficas de 15° 31'51'' de latitude Sul e 40° 54'32'' de longitude Oeste. Fica a 607 km de distância de Salvador e uma extensão territorial 2.041 km², com população aproximada de 20.720 habitantes. Seu clima é caracterizado como sub-úmido a seco com predominância de floresta estacional decidual e semidecidual.

Atualmente, a agropecuária é a sua principal atividade econômica, com destaque para o café (mais de 20 milhões de pés) e a pecuária (grande quantidade de bovinos, suínos, eqüinos e caprinos). Cultiva também outros produtos, tais como, feijão, milho, mandioca, arroz, laranja e batata-doce. Além disso, desenvolve a pequena produção de queijo, requeijão, farinha, manteiga, telhas, tijolos e cachaça. Na mineração destaca-se com a extração de minérios, apesar de ter ainda uma exploração de forma rudimentar. Entre eles: Águas Marinhas, (com jazidas exploradas e não exploradas) ametista, berilo, Columbita, turmalina e fedspato (PME, 2009).

Pelas observações que foram verificadas, não resta dúvida de que a atividade cafeeira contribuiu de forma significativa para as transformações socioespaciais apresentadas nas ultimas quatro década no contexto regional e local do Planalto da Conquista. Essa atividade foi decisiva para a dinamização da economia, atraindo investimentos agropecuários, gerando novos empregos, mudança na infra-estrutura das cidades, mudança de hábitos da população local, como também corroborou para o aumento dos problemas em todos os segmentos da sociedade. Portanto, faz-se necessário analisar mais profundamente as transformações e contradições no espaço agrário desse contexto, a partir da territorialização do agronegócio cafeeiro.

2. 2 ABORDAGEM CONCEITUAL: O Espaço enquanto produto

Um conceito base da Ciência Geográfica é o espaço, que ao mesmo tempo pode ser apreendido segundo a sua forma, função, estrutura e processo, como também pode ser analisado em variadas escalas (local, regional, nacional e internacional), isso, a depender dos interesses aí presentes, como também do momento histórico e das relações estabelecidas nesse mesmo contexto.

Assim, o conceito de espaço, que num passado não muito distante esteve bastante em evidência, ressurgiu com a Geografia Crítica nos anos de 1960, norteando e respaldando os estudos mais importantes das duas décadas seguintes, com uma força hegemônica de grande relevância. Todavia, a partir do final da década de 1980, outros conceitos começam também a nortear o pensamento geográfico. Neste contexto, outras categorias são retomadas no sentido de estabelecer novos padrões, como é o caso de lugar, de paisagem e de território, que se restabelecem como categorias relevantes na abordagem geográfica.

Há de se convir, entretanto, que a categoria espaço representa o que há de mais palpável na pauta das discussões acadêmicas ligadas à ciência geográfica, tendo em vista que “[...] adicionalmente a palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior” (CORRÊA 1995, p.15).

“[...] Toda a paisagem que reflete uma porção do espaço ostenta as marcas de um passado mais ou menos remoto, apagado ou modificado de maneira desigual, mas sempre presente” (DOLLFUS 1991 p.11).

Sobretudo, é interessante entender o “espaço” numa concepção mais dialética, levando em consideração as vertentes da sua valorização econômica, bem como o seu valor enquanto “lôcus”, isto é, considerando perspectivas, como também o processo histórico, haja vista que o conceito de espaço no que se refere aos lugares particulares e a sua separação aparece com as origens da filosofia moderna, quando a consciência do espaço deixa de decorrer da prática mais imediata, para então passar a existir a partir da ação sobre um espaço abstrato (MORAES, COSTA, 1984).

Neste sentido, convém considerar:

Sendo o espaço (e tudo o que ele contém) uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é, desde logo, um *valor de uso*, um bem de utilidade geral. A produção, desta forma, sempre se realizará sobre formas preexistentes, sejam naturais ou sociais (herdadas de trabalhos pretéritos). É por isso que o espaço é uma condição geral de produção. Daí ele possuir um valor intrínseco, não necessariamente produto do trabalho humano, uma “riqueza natural”. Daí, também, ele ser o receptáculo fundamental e geral do chamado “trabalho morto”. [...] No capitalismo, por ex., a cristalização do trabalho morto em meios de produção aparece também como capital fixo ou fixação de capital ao espaço. (MORAES, COSTA, 1984, p. 123-124).

Grosso modo, Lefebvre destaca que o espaço consiste no lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam com todas as suas manifestações de conflitos e contradições. Acrescenta ainda que “[...], é simultaneamente ocasião e instrumento duma planificação (ordenamento do território), duma lógica do crescimento. A prática social do capitalismo implica e contém saber, lógica (busca coerência), uma ideologia da coesão e das contradições à escala local (LEFEBVRE, 1973, p. 17).

Numa abordagem mais conceitual, ele se refere ao espaço dizendo: “[...] Em escala mundial, o espaço não é somente descoberto e ocupado, ele é transformado, a tal ponto que sua ‘matéria-prima’, a ‘natureza’, é ameaçada por esta dominação que não é uma apropriação”. (LEFEBVRE, 1973, p. 173)

Compreende-se desse modo, que o espaço concreto passou, historicamente, por processos que revolucionaram o seu entendimento, trazendo verdadeiros desafios para a humanidade, haja vista que influenciaram diretamente as culturas dos povos, as relações das comunidades, os costumes e, conseqüentemente, o comportamento das pessoas de todas as partes do globo.

Todavia, convém ressaltar que todo esse processo está diretamente vinculado ao capital, isto é, à maneira pela qual se dão as forças produtivas, haja vista as relações da esfera da produção no sistema capitalista. Assim, “Uma coisa é entender que, numa escala global, o espaço pode ser posto a serviço do capital como um meio de produção, mas outra coisa é negar qualquer função do espaço”. Visto isso, compreende-se a lógica desse sistema, bem como o papel do espaço quando pode se referir como função e meio de produção, ora com maior ou menor valor, a depender da relação aí estabelecida, como também do tempo que lhe for consumido (SMITH, 1988, p.134,).

A variação na compreensão do tempo e do espaço afeta valores individuais e processos sociais, incluindo também a volatilidade e a efemeridade da moda, dos serviços,

capitais, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias, ideologias e valores, os quais contribuem na construção de novos sistemas de signos e imagens (HARVEY 1992).

Essa argumentação leva à compreensão de várias questões relacionadas ao espaço e ao tempo, como a perda da identidade com o lugar em razão da homogeneização do espaço, trazendo mudanças radicais com todo o sentido de continuidade histórica, desprezando e rompendo com o passado, com a linguagem e o discurso do “*vir-a-ser*”, que caracteriza muito bem o segundo momento da modernidade, constituindo o pensamento ocidental de uma época, quando “o Estado esmaga o tempo ao reduzir a diferença a repetições de circularidades (equilíbrio, retroalimentação, auto-regulação), fazendo o moderno se impor de forma definitiva, como o centro estável de sociedades e espaços nacionais” (HARVEY, 1992, p. 293).

Como se vê, o espaço aqui entendido como produto, nada mais é do que a espacialização daquilo que propunha o trabalho, bem como dos recursos naturais e a relação sociedade espaço, travada mediante a espacialização do capital, levando sempre em consideração as relações de poder intrinsecamente estabelecidas.

Portanto, não se deve retratar a questão geográfica sem considerar essa importante e necessária categoria, que se destaca como pilar fundamental dessa ciência, entendida como categoria que respalda e sustenta as demais, dando-lhes suporte para uma compreensão mais precisa e tanto quanto mais coerente, seja qual for a conjuntura que a concebe.

2.3 O Território enquanto materialização das relações de poder

Do mesmo modo que o conceito de espaço, nas últimas décadas, o conceito de território ressurge com bastante peso e tem ganhado relevância considerável no âmbito da ciência geográfica, principalmente, no contexto atual, em função da aceleração das transformações promovidas em diferentes lugares e em diferentes escalas: mundiais, regionais e locais. Assim, “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN 1993, p.143).

Desse modo,

Na relação espaço versus território, também há reciprocidade, pois se entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. Um está no outro, são inseparáveis, como a relação tempo histórico versus tempo coexistente. Há um processo histórico e articulações escalares, no território (SAQUET, (2007, p.158).

Assim,

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações [...]. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] Logo o território não é um *prius* ou um *apriori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 2002, p.74).

Percebe-se que não é tão simples conceituar o território, isso se não levar em conta as várias dimensões de apropriação e produção da sociedade, como muito bem adverte o autor. Essa compreensão supõe a inferir que o território é reafirmado como sendo parte do espaço definido por laços de relações e apropriação de poder, a depender dos interesses da sociedade que dele se apropria.

Além do mais, se expressa de modo a considerar a espacialidade e a temporalidade, as quais estão intrinsecamente relacionadas de acordo com as diversas territorialidades. Essas mesmas territorialidades, porém, podem conviver num mesmo espaço, isto é, numa mesma área, numa mesma região. Assim, pode haver várias territorialidades, ampliando, sobremaneira, os horizontes desta importante categoria geográfica, que, aliás, tem servido também para a compreensão de várias outras correntes científicas. “[...] Dessa forma, são as relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território (OLIVEIRA, 2002, p.74).

Neste sentido,

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (SAQUET, 2003, p.28).

Entende-se, portanto, que o território pauta-se na forma de organização do espaço geográfico, a depender das relações estabelecidas por e entre os homens, que podem ou não formar várias territorialidades, muitas vezes fincados nas contradições emanadas pelas relações de poder aí presentes.

Entende-se, assim, que o território é criado como configuração do espaço, ou seja, é uma demarcação humana, que não elimina a sua ocorrência única, absoluta e indivisível. Portanto, “o território não é um dado natural”, muito pelo contrário, “é uma construção”, o que o difere do conceito de espaço, que em alguns casos, pode ser compreendido enquanto tal, sem nenhuma construção de fato (HEIDRICH 1998, P.10).

Ainda conforme o autor,

O território passará a existir tão somente quando definirem-se: (1) uma relação de apropriação (mais que domínio) das condições naturais e físicas, por uma determinada coletividade e (2) uma organização das relações, de modo a particularizar a coletividade humana como uma comunidade (HEIDRICH, 1998, P.11),

Dessa maneira, essa relação de apropriação e organização da sociedade no sentido de demarcar e delimitar território é mais que evidente na atual conjuntura brasileira, visto que o modelo de organização econômica adotado no país remonta às forças do modo de produção capitalista, com relações cada vez mais complexas que historicamente contribuiu para promover os rearranjos, mediante uma lógica constante.

Portanto,

“[...] atentar para a ordenação do território ganha relevância ímpar, porque é este que comporta as ações de produção, circulação e consumo, o tripé da valorização capitalista que culmina na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. Há que se considerar, assim, que o território é, ao mesmo tempo, um agente e um receptáculo do processo de produção capitalista, cuja lógica hegemônica inscreve os contornos dos arranjos existentes. Pensar em contorno é assim, negar a idéia de arranjo acabado, tendo em vista a confluência de embates movidos por interesses divergentes, e que não estão restritos entre as classes, mas também intra-classes e que, ao fim, impedem a delimitação dos espaços de poder ao gosto dos seus agentes, traduzindo-se sempre em rearranjos (PAULINO, 2008 p. 214-215).

Mediante a ótica desses autores, percebe-se que não há muita divergência em definir conceitualmente o território, como também em compreender as abordagens, a depender do enfoque dado e da especificidade da questão que o envolve. Assim, destaca-se o território como conceito central dessa pesquisa, embasando-se pelos teóricos referenciados, pautando sempre na discussão de uma postura mais dinâmica e coerente com os pressupostos aqui pontuados. Nesse sentido, as compreensões do território e das territorialidades presentes no Planalto de Conquista possibilitarão o entendimento das particularidades apresentadas e impressas pela expansão da cafeicultura na região destacada.

2.4 CAPITALISMO E AGRICULTURA: A Expansão e a Territorialização do Capital no Campo

A submissão da agricultura ao capitalismo surge com o advento da indústria e vem proporcionando contradições e desigualdades no campo, aumentando cada vez mais a exclusão da população, que passa a viver em condições de extrema subordinação e, em muitos casos, de pobreza, haja vista que a pequena produção que sempre garantiu a alimentação para a população em geral, vem cedendo espaços cada vez maiores para as atividades ligadas ao agronegócio.

Até os anos de 1940, a atividade agropecuária ainda representava forte influência e peso substancial na economia brasileira, pois o processo industrial ainda caminhava a passos lentos e com muitas práticas atrasadas. Aos poucos, essa realidade foi sendo modificada, visto que a indústria foi se espacializando e tomando proporções cada vez maiores, ao mesmo tempo em que contribuiu para acelerar o processo da urbanização do país. Assim, as técnicas agrícolas também começaram a se modernizar, o trabalho foi se modificando e alterando as suas relações, corroborando para a ampliação das atividades primárias com outros ramos e setores ligados à indústria e ao comércio, contribuindo de forma decisiva para o crescimento econômico do país.

Não obstante, também os problemas de ordem estrutural, tais como a manutenção das relações de produção, que se deram de maneira bastante exploratória, o acirramento das desigualdades sociais, as quais se prolongaram no tempo, bem como a grande concentração da propriedade da terra, que se fez à custa de um processo um tanto arcaico e contraditório.

Assim, ao ser atingido pelo processo de inserção do capital, o campo também altera as suas relações, que passam a obedecer à lógica do modo de produção hegemônico, engendrado pelos novos processos, numa engenhosa e estratégica mobilidade do capital, que passaram a determinar essas novas relações. De modo especial, a partir do acirramento das idéias pós-modernas, quando ocorre a expansão do imaginário capitalista, tornando as pessoas cada vez mais alienadas nesse processo ilusório, vivenciado na atual conjuntura (HARVEY 1992).

No campo, a expansão do capitalismo ocorre mediante a sujeição da renda da terra ao capital, isto é, primeiro o capitalista compra a propriedade, objetivando vendê-la ou explorá-la. Assim, sujeita a renda da terra e, como consequência, o trabalho que se dá nessa terra (MARTINS, 1979, p.177).

Nessa relação, é importante considerar a questão da divisão social e territorial do trabalho, vez que tem sido também uma das grandes controvérsias dessa dualidade de compreensão entre a cidade e o campo, considera como sendo “O esqueleto da arrumação do espaço da indústria, fragmentado em muitos espaços especializados e diversificados da produção, que multiplica a produtividade agrícola, liberando excedentes para a cidade, contribuindo para a redução da população no campo (MOREIRA, 1998, p.18).

Não obstante, o legado desse processo sustenta graves problemas de ordem sócio-econômica e até mesmo estrutural, que se operam como consequência de um vasto período de antagonismo no campo. Sobremaneira, a população que por ventura reside no campo ou que originou dele mais recentemente, geralmente é mais pobre, menos favorecida e carrega consigo as seqüelas de um tempo marcado pelas relações produtivas conservadoras e desiguais, sem muitas perspectivas.

Assim, o modelo de desenvolvimento iniciado a partir da década de 1950, típico da expansão do capitalismo no campo, trouxe consigo um arcabouço de contradições, que apontam para um caminho de miséria, frente às precárias condições de trabalho daqueles que sustentam esse pilar, como também em face de uma concentração fundiária antiga, ostentada para uma elite rural oligárquica, que se orienta de acordo com o sistema político difundido no Brasil (MARQUES, 2008).

Nessa conjuntura, segue a expansão e a territorialização do capitalismo no campo, agora com uma nova roupagem, a do agronegócio, que marca mais uma etapa de “desenvolvimento”, que nunca foi tão “desigual” e ao mesmo tempo tão concentrador, porém disfarçado sob a égide do processo da “modernização”, numa acirrada e contraditória ilusão que envolve cada vez mais a classe trabalhadora, de modo especial os camponeses, com o discurso da tecnificação da agricultura, quando o capitalismo impõe-se, modernizando os

processos, os contratos e as “regras” de produção, em face do poder do capital (SMITH, 1988).

Além disso, há de se convir, que atualmente o campo brasileiro apresenta relações que apoderam cada vez mais de estratégias econômicas, acabando por controlar parcelas significativas do território, não apenas considerando o espaço físico, como também e, contraditoriamente, dos setores da economia, da política e do ambiental, haja vista o poder disseminado pelo “negócio agrícola” que se alimenta de tais estratégias, configurando o controle territorial. Esse mesmo controle pressupõe o interesse de muitos agentes dos poderes público e privado, os quais atuam em esferas locais, nacionais e globais, numa intrínseca e contraditória eficiência da produção, a depender dos interesses dos mercados vigentes (PAULINO, 2008. p. 219).

Ao considerar o poder de organização, bem como as políticas de incentivo determinadas a ela, a primeira questão evidencia-se em pleno desenvolvimento, tendo em vista que o governo tem garantido a sua “sustentabilidade”. Tal condição permite, portanto, a afirmação da territorialização das relações capitalistas de produção no campo, que culmina com a introdução de produtos industrializados das empresas internacionais, as quais se expressam na atividade agrícola brasileira, mediante os insumos agrícolas, como é o caso dos adubos químicos, agrotóxicos, máquinas e demais produtos agrícolas, fortalecendo, sobremaneira, o poder do capital internacional (MOREIRA, 1999).

Todavia, não se pode considerar o mesmo patamar de “desenvolvimento” para o segundo caso, o dos movimentos sociais pela terra, haja vista o descaso do governo para com a classe que forma esse movimento, vez que as políticas de governo não contemplam, como deveriam, aqueles que se envolvem em busca da posse da terra, isto é, os “Sem Terra” e/ou aqueles que adquirem a terra, mas que não encontram apoio no sentido de desenvolver as atividades necessárias.

Evidencia-se, portanto, o enfraquecimento da luta pela posse da terra, visto que esse movimento não é mantido com políticas de eficácia, que poderiam resolver grande parte da pobreza e miséria desse país. Assim, “As lutas por frações do território [...] representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração” (FERNANDES, 2000 p. 67).

Consubstancialmente, criam-se as ações corporativas, isto é, frações do território que são destinadas à lógica do agronegócio, considerando grandes áreas para disseminar a sua produção e reprodução. No sentido de garantir estrutura para a sua prática e, conforme o interesse dessas empresas, o território é apreendido e remodelado pelos agentes políticos,

econômicos e culturais, “[...] por isso que ele é superposto, contínuo e descontínuo, o velho está no novo, [...] é desestabilizado/destruído e reorganizado/reconstruído de outra forma pela minoria que detém a maior parte do capital” (BRAGA, 2007 p. 10).

Nessa perspectiva, essa é a lógica que tem garantido a expansão e a territorialização do capital no campo, cuja dinâmica tem criado demandas cada vez maiores e mais expressivas, aumentando o consumo da sociedade de todas as partes do mundo, mediante o *fetichismo*³ do sistema capitalista de produção, modificando as relações de produção em diferentes escalas, como também acirrando a padronização de hábitos, costumes e da cultura dos povos, redefinindo e ampliando sobremaneira, o consumo, que passa a ser um tanto homogeneizado, inclusive pela população do campo, que também é atingida por esse mesmo processo (SILVA, 1998).

Além do mais, essa “modernização” do campo, que concorre para a expansão e territorialização do capital, contribui para a “industrialização da agricultura”⁴ favorecendo desse modo, para a reorganização territorial das atividades no campo, corroborando para a dinamização e determinação da acumulação industrial, obedecendo a padrões cada vez mais subordinados da natureza pelo capital, que culmina na sua territorialização (SILVA, 1998).

Há de se convir também, que a inserção dos Complexos Agroindustriais (CAIs)⁵ consolidado no Brasil nas décadas de 1960/1970, contribuiu decisivamente para a instalação da indústria de bens de produção destinados para a agricultura, ao mesmo tempo que favoreceu e fortaleceu o mercado dos produtos agro industrializados, que têm sido difundidos mercado afora, numa proporção cada vez maior. Segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (2006), a representação do agronegócio brasileiro foi bastante significativa, representando um percentual de 33% do Produto Interno Bruto (PIB) e 42% das exportações no ano de 2006.

Nessa conjuntura, o Estado está para manter e garantir esse processo, assumindo e consolidando a expansão do “agronegócio” mediante as políticas agrícolas e a modernização

³ Postulado por Karl Marx, o fetichismo da mercadoria vai de encontro à ideia de *valor de uso*, refere-se unicamente à utilidade do produto. Está relacionada à fantasia que paira sobre o objecto, vez que projeta-lhe uma relação social definida, estabelecida entre os homens. Para a escola marxista, o fetichismo é um elemento fundamental da manutenção do modo de produção capitalista.

⁴ [...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente (GRAZIANO NETO, 1985, p. 27).

⁵ Muller (1981, p.106) define os CAIs como conjunto dos processos tecno-econômicos e sociais que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes.

da base técnica, exercendo de maneira fundamental, o seu papel frente a essa demanda. Assim, a agricultura passa a fazer parte das atividades intersetoriais, e, sobretudo, subordinada ao processo industrial, que também passa a absorver parte considerável do seu consumo, obedecendo à lógica do capital.

Por conseguinte, o processo de liberalização dos mercados e o acirramento do domínio do capital financeiro que se propunha desde os anos de 1970, promovem mudanças significativas econômica e institucionalmente, em escala global, nas quais incluem impactos consideráveis sobre a produção agrícola, de modo especial, nos países “periféricos”. Isto, porque a produção de insumos, processamento e comercialização tem sido garantida pelas corporações transnacionais. Esse processo resulta, portanto, numa nova divisão social e internacional do trabalho, amparada sob tais relações (MARQUES, 2008, p. 53).

Portanto, grosso modo, esse é o retrato da realidade vivenciada no campo brasileiro, frente às novas demandas do capital, considerando as necessidades do mercado externo, que determina as “leis de mercado” as quais podem ser “obedecidas” ou “contrariadas”, a depender das relações aí imbricadas, visto que “[...] o capitalismo industrial contemporâneo e tudo o que ele implica é uma vulgaridade do capitalismo, não é uma vulgaridade da necessidade” (SMITH, 1988, p. 106).

No Planalto da Conquista, esse processo se territorializa a partir da década de 1970, com o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), que tinha como objetivo, a ampliação das áreas de plantio de café, principalmente em áreas de livre ocorrência de geadas, no sentido de manter o nível da produção, bem como para garantir o lugar de primeiro produtor de café do mundo. Na ocasião o governo federal liberou recursos financeiros que proporcionaram crédito e assistência técnica para implantar o pólo cafeeiro da Bahia para uma área superior a 100 mil hectares (DUTRA NETO, 2004).

A partir dessa década, a Bahia se insere no canário da cafeicultura brasileira, com destaque para o Planalto, com abrangência de seis sub-regiões: Vitória da Conquista, Jequié, Santa Inês, Barra da Estiva, Seabra e Morro do Chapéu. A partir do ano de 1994, incorpora novas áreas, incluindo o Sul, Extremo Sul e Oeste da Bahia, além do incremento nas áreas tradicionais do Planalto.

O PRRC vigorou entre o período de 1971 a 1981. Durante esses anos, só no município de Barra do Choça, a área colhida de café passou de 2750 ha em 1974 para 14300 ha, em 1980. Essa expansão foi considerada como fator positivo, pois contribuiu para elevar os preços da saca de café (60 kg) no mercado internacional, que, em 1977, alcançou US\$ 258,74. Esse valor jamais foi superado até os dias atuais. (SEAGRI, 2000).

Neste contexto, a cafeicultura se territorializa no espaço geográfico da Bahia, obedecendo à lógica da estrutura moderna da produção do agronegócio da cadeia produtiva do café, conforme a demanda do mercado internacional. Assim, passa a fazer parte de um cenário de interesses e demandas do capital internacional, visto que incrementa o café no Planalto e, posteriormente, a produção de soja no Oeste do Estado.

Portanto, a expansão das fronteiras do Estado da Bahia está diretamente relacionada ao jogo de interesses e demandas do capitalismo no campo, que aumentaram de maneira vertiginosa, a partir da “modernização da agricultura” brasileira que se acirrou nos anos de 1960/70, com expansão na década de 1980.

2.5 A CAFEICULTURA NO BRASIL: Breve Histórico

A trajetória da cultura do café tem peso relevante no contexto histórico e econômico de vários continentes e de vários países do mundo. Até 1690, seu principal fornecedor mundial foi o Iemen, que produzia o tipo moka, considerada uma das melhores variedades de bebida daquele momento histórico. Em seguida, quem assumiu a liderança do mercado cafeeiro até 1830 foi Martinica, país localizado nas Índias Ocidentais. De 1830 até o final do século, Ceilão e Java destacam-se no mercado como produtores, embora a comercialização fosse dominada por Amsterdã e Roterdan. No início do século XIX, o Brasil começa a despontar no mercado, quando assume a liderança como principal produtor mundial. Assim, resiste por décadas (até o primeiro terço do séc. XX), passando por auge e queda, que tiveram relação ao mercado mundial, mas com grande influência no processo de “crescimento” econômico do país (TAUNAY, 1939).

Foram vários os motivos que corroboraram para essa trajetória do café em todos esses países, dentre os quais ele aponta o aparecimento de pragas, as quais eram difíceis de ser controladas, tendo em vista o atraso do processo técnico, como aconteceu em Ceilão e Java, levando o primeiro a substituir o plantio do café pela produção de chás. Vários outros fatores são ressaltados pelo autor, como as condições do clima, que muitas vezes não coincidiam com o período de desenvolvimento das plantas para uma boa produção, além da falta de aptidão do solo, sendo que a correção ainda não era realizada com a introdução de elementos químicos e orgânico (SANTOS 1987).

A partir do final do século XVII e durante todo o século XVIII quando o café surgiu no Brasil, sua produção se expandiu do Sudeste para outras regiões. Avançando pelo Vale do Paraíba, entre 1810 e 1820, os cafeeiros espalham-se por todas as áreas, tomando parte das terras das lavouras de cana-de-açúcar e algodão em meados do século XIX. Posteriormente, se prolongou pelas terras do Oeste paulista. No início do século XX, diante das condições favoráveis, se espalha pelo Paraná e Espírito Santo, ganhando espaços cada vez mais expressivos entre as monoculturas de exportação.

Assim, a economia cafeeira deslanchou apoiada no tripé: mão-de-obra farta, grandes extensões de terra, demanda do mercado externo. E, de fato, ao iniciar o cultivo do café, a mão-de-obra era fácil e abundante. Não só porque era permitido trazer escravos da África, como pela transferência de braços subaproveitados dos decadentes engenhos de açúcar do Nordeste e dos focos desativados de mineração das Minas Gerais. Essa situação começou a mudar a partir de 1831, por pressões inglesas (MARTINS, 1990, p. 10).

Conforme relata a história, foi nas vizinhanças do Rio de Janeiro que o café foi implantado primeiramente, objetivando o cultivo intensivo e econômico. De forma progressiva, deslocou-se para a província de São Paulo, alastrando-se para a região paulista no Vale do Paraíba, onde se desenvolveu com intensa primazia. Para exportar o produto, era utilizado o porto do Rio de Janeiro, que por um bom período prestou-lhe este serviço, marcando também a sua história. Entre as décadas de 1930 e 1940, a cultura do café ampliou-se para o Paraná, chegando a ocupar terras paraguaias (MARTINS, 1977).

Nessa intensa trajetória pelo país, a cultura do café contribuiu como importante instrumento de acumulação capitalista visto a incessante procura de maior produtividade e redução de custos na produção, que no passado, muitas vezes era obtida com o incremento em terras virgens e abundantes. Assim, o café se acentuava mantendo o status de sustentáculo básico da produção agrícola, comercial, bancária e industrial desse país, por um longo período (SANTOS 1987).

Expandindo de maneira vertiginosa, os cafezais novos seguiam a fronteira agrícola, por ser economicamente mais produtivo, fato que desestimulava a renovação periódica das antigas lavouras, as quais se encontravam com o ciclo produtivo decadente. É tanto que no Paraná, pelo clima mais frio e constante, a cultura tenha se prolongado por vastas áreas, encontrando aí, o seu limite de expansão territorial (SANTOS, 1987, p. 18).

Nessa trajetória,

Durante pouco mais de um século, o panorama do nosso crescimento e do nosso progresso se desdobra num cenário de colinas riscadas por cafezais. Tudo gira em torno do “ouro verde”, dele tudo se emana e a ele tudo se destina: homens, animais, máquinas. A terra cansada que ele abandona se despoeva, empobrece, definha; a terra virgem que ele deflora logo se empenha de vida ativa, enriquece, progride (MILLIET, 1941, p. 11).

Esse alastramento da cultura cafeeira promove transformações significativas nesse contexto, intensificando, de maneira considerável o processo de imigração que teve início na segunda metade do século XIX e se intensificou após a “abolição” da escravatura. Tal fenômeno muda rapidamente a fisionomia demográfica das áreas onde se planta café. Por outro lado, diminui os malefícios do “*rush*” para a Região Oeste. Não obstante, as fazendas que apresentam produção mais fraca, são deixadas pelos proprietários que buscam terras mais produtivas, as quais são logo subdivididas em pequenos lotes. Essa prática fez com que a cafeicultura cedesse lugar para a policultura, sob o comando de alguns imigrantes que pouparam dinheiro durante o trabalho desenvolvido nas fazendas de café, no regime do colonato (MILLIET, 1941).

Ao analisar a inserção da cafeicultura no Brasil, como também a sua evolução no que se refere às áreas de expansão, Toledo resalta que o ciclo da cafeicultura formou-se a partir de três elementos fundamentais:

1. A cultura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura, fundada na grande propriedade monocultura;
2. Os fatores geográficos eram áreas de vales, com existência de mares de morros, com acumulação de húmus na terra. O clima ameno ou temperado também é um fator favorável;
3. Os fatores sociais. O vale do Paraíba tinha uma ampla gama de agricultores, com a necessidade de um produto que substituísse a mineração decadente (ROCHA, Apud TOLEDO, 2002, p.5).

Percebe-se assim, que foram vários os fatores que contribuíram para o sucesso da implantação da cafeicultura no Brasil, que vão desde as condições de solo e climas favoráveis, pela substituição de outras atividades econômicas que entravam em decadência, como também, e principalmente, pelas condições e adaptações das políticas de governo, as quais

contribuíram de maneira decisiva nesse processo, pelo fato de se tratar da expansão de uma monocultura.

Nesse sentido, esses e outros fatores que contribuíram de maneira decisiva para que o Brasil tivesse média de exportação em torno de treze milhões de sacas anuais, correspondente, naquele período (meados do século XIX) a mais de 80% do consumo mundial. Entre outros ele aponta: terras com baixo preço de custo e alto teor natural, sem a necessidade de adubação e correção constante, bem como a força de trabalho imigrante, substituída ou reforçada mais tarde por trabalhadores da própria região (CALAZANS 1978).

A “proclamação da abolição” da escravatura provocou, evidentemente, uma enorme imigração da força de trabalho para as regiões novas, que nesse momento bancavam salários mais altos para os trabalhadores que chegassem à região. Esse processo contribui de maneira incisiva para aumentar o fluxo da imigração estrangeira advinda da Europa, formando o grande fluxo para São Paulo (FURTADO, 1976).

Entre meados do século XIX aos anos de 1930, o Estado de São Paulo configurou as bases econômicas do país, tornando-se o principal mercado consumidor, centro da organização e formação do mercado de trabalho “livre” e de reprodução e acumulação de capital. Naquele momento a agricultura passava por um processo de diversificação, inicialmente dependente do complexo cafeeiro, o qual era o principal protagonista do “desenvolvimento”. Posteriormente, passa a ser estimulada pelo processo de urbanização, que se configura em função do alargamento cafeeiro, com posterior influencia do processo industrial.

Esse processo todo faz com que o governo assuma responsabilidades e comece a tomar partido da situação. Assim, a intervenção estatal tornou-se fato consumado no mercado do café, principalmente com a transferência do setor cafeeiro do Rio de Janeiro para São Paulo. Essa intervenção passa a ser discutida nos vários setores da economia e da política, com argumentos que enveredavam sempre para a queda dos preços do café, *déficit* na balança comercial brasileira, desvalorização cambial, baixos níveis de rentabilidade da cultura do café, como também a precária situação dos estados produtores. A somatória de todos esses fatores culmina na decisão de que o café é a base principal da economia do país, de modo que um eventual desastre na produção poderia trazer resultados catastróficos para a economia nacional (PÉLAZ, 1971).

Esses e outros fatores da conjuntura somariam motivos suficientes em favor da intervenção do governo federal, que em 1905 se viu na responsabilidade de aprovar uma

legislação com o objetivo de regular o mercado cafeeiro, tomando as medidas necessárias para a valorização do produto no sentido de promovê-lo para o mercado de exportação.

Aos estados produtores, cabia a responsabilidade de garantir as necessidades cambiais, contraindo créditos junto às instituições financeiras no mercado internacional. Esse feito deu abertura para o conhecido Acorde de Taubaté, que representou o ponto de partida para a política de defesa do setor cafeeiro. Tudo isso em função das preocupações com a grande produção de que somara nesse momento, além da somatória que estaria por vir. Para se ter uma idéia, só o estoque de café de que o país dispunha da safra de 1906 a 1907, representava 75% do total mundial, que somava o equivalente a 16 milhões de sacas. Isso, sem falar que a florada da próxima safra demonstrava ser das mais promissoras na história do café no Brasil, podendo ultrapassar as necessidades do consumo mundial. (SANTOS, 1987).

Nesse acordo, várias foram as providências tomadas no sentido de fomentar a exportação do produto, como também no sentido de garantir a produção já existente, inclusive sem a perspectiva de plantio de novos cafezais, para não interferir no processo de comercialização da safra existente e da que estava por vir. Esta situação deixa claro que a intervenção do governo se deu basicamente em função do mercado, prevendo, sobretudo, as possíveis conseqüências de uma superprodução.

Após uma década aproximadamente, outras intervenções foram realizadas, com o intuito de garantir situação favorável à comercialização do café no exterior. Como êxito, pode ser destacado o aumento das exportações no período compreendido entre os anos de 1917 e 1918, quando foram exportadas, respectivamente, 10,6 e 7,4 milhões de sacas de café, contra uma média de aproximadamente 13 milhões nos cinco anos anteriores (BAHIA, 1979). Assim, “durante os anos trinta a produção de café já tinha firmado o suficiente para resistir a uma redução temporária dos preços no mercado mundial” (DOWBOR, 1982, p. 78).

Ao findar a Segunda Guerra, entretanto, observa-se uma sensível redução nos estoques destinados ao mercado mundial, que somava aproximadamente oito milhões de sacas. Destes, a metade originava do Estado de São Paulo, que passa a dominar a totalidade do mercado. “Desta forma, em meados de mil novecentos e vinte, o governo do Estado de São Paulo havia encerrado todas as suas operações sobre o café, conseguindo novamente a sustentação dos preços em moeda nacional” (SANTOS, 1987, p. 30).

As evidencias mostram que a partir desse período até os tempos atuais, várias alternativas e intervenções governamentais foram aplicadas no sentido de controlar o mercado cafeeiro. Em 1924, por exemplo, acentua-se o declínio da curva da procura de café, visto a aceleração da inflação mundial, fato que contribui de maneira decisiva para a redução do

poder de compra dos mercados consumidores, provocando uma redução dos preços para garantir o consumo de até então.

Ao mesmo tempo em que essa medida era tomada, os investidores da bolsa norte americana sofriam com a redução das linhas de crédito, levando-os a reduzirem os níveis de estoques, refletindo diretamente no mercado cafeeiro, o qual era considerado como carro-chefe na pauta das exportações nacionais. Em 1924, esse conjunto de fatores leva o governo a criar o Instituto Paulista de Defesa do Café, que passara mais tarde a ser chamado de Instituto do Café de São Paulo, também sobre o controle do governo desse mesmo Estado. (SANTOS. 1987, p. 30-31).

Não obstante, esses esforços todos não foram suficientes para garantir a estabilidade da produção, levando em conta outros acontecimentos externos que somavam para aumentar a queda dos preços do café, fugindo do controle do governo, mediante o Instituto do café. Assim, fatores de todas as ordens foram corroborando para o acirramento da crise, que acabaram por influenciar de maneira decisiva, abalando sobremaneira, a economia do mundial.

Assim, a produção de café cresce de maneira vertiginosa e a grande oferta contribui para iniciar a crise. Isso, em função das políticas de interesses pessoais e imediatas, as quais contribuíram para a superprodução do produto e a conseqüente perda da qualidade do café brasileiro. Em 1929, com a crise da bolsa de Nova York, essa situação se agravou, levando à queima de milhões de sacas de café pelo governo brasileiro (MILLIET 1941).

Essa crise trouxe consigo as marcas da derrocada para a atividade cafeeira no Brasil, haja vista ter sido um dos fatores de relevância que contribuiu para esse acontecimento. A comercialização do café que tinha grande representatividade na Bolsa de Nova York entra em colapso, provocando grande desestabilização no mercado interno. Nesta conjuntura, interrompem-se os financiamentos dos bancos estrangeiros, em função da baixa dos preços do café, que até então vinha garantindo a estabilidade e o equilíbrio da economia no Brasil, favorecendo a sua participação junto ao mercado estrangeiro.

No âmago dessa questão, é relevante destacar que naquele dado momento histórico, o pressuposto fundamental do funcionamento do esquema econômico brasileiro era o monopólio do mercado mundial de cafés, pois à medida que os preços internacionais do produto eram elevados, estimulavam-se também a expansão da capacidade produtiva a nível mundial (SANTOS 1987).

Neste cenário, as repercussões negativas se alastram pelas regiões produtoras, agravando a situação dos cafeicultores. Isto, porque a explicação dessa crise estaria situada

não exatamente no ano de 1929, mas durante toda a década precedente, porque todo o processo de contradições políticas e econômicas se alongou por todo esse período e, nesse caso, talvez fosse mais correto frisar a crise dos anos vinte, visto que o ano de 1929 representa apenas o seu ápice de decadência e as demais dificuldades enfrentadas (GALBRAITH 1968).

A partir desse período, no entanto, muitos donos de fazendas de café começaram a desenvolver outros negócios, principalmente aqueles ligados ao setor industrial, que passa agora a engendrar os novos processos produtivos do país, aliado à produção do café, que continua a ser cultivado em áreas adjacentes. Além disso, muitos colonos também se sobressaem com investimentos pequenos no mercado, aumentando a massa de pessoas nas áreas urbanas. “Um quadro dos principais centros industriais, em 1935, logo faz ressaltar a importância do fator sobre a formação dos centros de concentração demográfica” (MILLIET, 1941, p. 30).

Todavia, para restabelecer a cultura cafeeira no Brasil após a grande crise, o governo cria algumas estratégias estruturais tentando garantir o processo de “crescimento” econômico do país. Nesse período, sob novas condições, o Conselho Nacional do Café (CNC), passa a ser substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), subordinado ao Ministério da Fazenda, o qual foi extinto em 1946. Em 1952, porém, cria o Instituto Brasileiro do Café (IBC), cuja função é estabelecer diretrizes da política cafeeira, coordenado por cafeicultores que representavam com efetividade os interesses da categoria. Neste contexto, os técnicos do IBC começam a pesquisar novas áreas para o plantio de cafezais, objetivando a sua expansão, visto a importância relevante desse produto na pauta das exportações do país. Todavia, esse órgão foi extinto em 1989, perdendo a sua função enquanto setor representativo dessa cadeia produtiva (D’AGOSTINI et. al, 2010).

Entretanto, para continuar o seu papel enquanto mantenedor desse processo, em 1996 o governo institui o Conselho Deliberativo da Política do Café, vinculando-o ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o qual defende os interesses dos cafeicultores até os nossos dias (EMBRAPA-CAFÉ 2006).

Todo esse processo não se esbarra no contexto histórico da década de 1950, muito pelo contrário, várias outras medidas e providências foram tomadas no sentido de dar garantias de continuidade à implantação da cafeicultura no Brasil. Aliás, não só o café, mas também as demais atividades monoculturas desenvolvidas no território brasileiro. “Sob essas condições, agricultores, capitalistas e empresas foram capazes de se beneficiar e lucrar com o conseqüente impulso das exportações não tradicionais, [...], que requer um esforço de investimento de capitais e insumos caros” (PETRAS e VELTMEYER, 2008, p. 85).

Na verdade, as conseqüências dessa política sempre estiveram presentes no bojo da conjuntura nacional, pois conforme pode ser observado, desde o contexto do século XIX quando foi ampliada a cultura cafeeira no Brasil, várias políticas de incentivo foram criadas, no sentido de favorecer a sua evolução ao longo dos séculos subseqüentes, como de fato aconteceu.

Na década de 1960, no entanto, devido à extinção do colonato e de outros fatores ligados ao contexto, (os quais causaram uma séria crise de emprego no campo), houve uma excessiva erradicação de lavouras cafeeiras, contribuindo, decisivamente para a redução da oferta de café no mundo e, conseqüentemente, desfavorecendo as quotas de exportação do país, que necessita de divisas para garantir a sua presença frente ao mercado consumidor. O Estado de São Paulo destruiu 299 milhões de pés de café entre os anos de 1962 a 1967, além dos 166 milhões de pés erradicados. Tal fato aconteceu por conta do estímulo pelo maior financiamento à diversificação da produção (PORTAL COFFEEBREAK 2010).

Além do mais, em meados da década de 1970, a produção de cafés na Região Sudeste passa por outra crise, em decorrência de fortes e intensas geadas que destruíram a grande maioria dos cafezais. Neste mesmo período, o “Plano Trienal de Renovação e Recuperação do Café” também fracassou, colaborando para a efetividade da crise, como também bloqueando as expectativas de geração de emprego. Contudo, essas dificuldades também são vencidas pelos cafeicultores e a região Sudeste continua a se destacar como maior produtora de cafés do Brasil (PANAGIDES, 1969).

Com respaldo no comando do sistema agro-industrial (SAG), a reestruturação da cafeicultura com bases em projetos mais consistentes acontece a partir de 1998, ano em que representou 5% do total das exportações, significando US\$ 2,6 bilhões de divisas com a sua exportação. Assim, vale destacar que é fundamental esse novo incremento da lavoura, visto que o café é estratégico para a promoção do emprego agrícola, por demandar mão-de-obra em todas as etapas do seu ciclo produtivo. Segundo a Fundação Seade (1999), o café emprega uma pessoa para cada 2,7 hectares, enquanto para toda a agricultura a média é de um emprego para cada 10 hectares, (sendo todos os dados em equivalente homens/ano) (SAES & FARINA, 1999).

Atualmente, só no Estado de São Paulo, a cultura cafeeira ocupa um contingente considerável de trabalho familiar. Na safra de 1999/2000 foram registrados 51.701 produtores e familiares que trabalharam permanentemente nas fazendas de café. Do total, 72% compõem-se de proprietários, representando a grande maioria (destes, 59% residem nas propriedades). Em menor proporção (26%), estão os parceiros, ao passo que os arrendatários

somam uma quantidade inexpressiva, de apenas 2%. A predominância do trabalho masculino é destaque nessa relação, representando 79%, enquanto o trabalho feminino assume os 21%. (SAES & FARINA, 1999).

Evidenciando o seu caráter de relevância na pauta das exportações brasileiras, atualmente o café está presente em planaltos e regiões montanhosas do Sul do país até a Amazônia, em cultivos adensados ou convencionais, resiste ao frio e com o incremento da irrigação suporta o clima com períodos longos de estiagem e é cultivado em pequenas, médias e grandes propriedades. Além disso, o Brasil sai na frente no quesito diversidade, sendo que tem relação direta com espécies e variedades, cujas pesquisas têm sido acentuadas e garantidas pelos órgãos de pesquisas mais bem estruturado do Brasil (EMBRAPA, 2010).

Portanto, a história do café no Brasil tem destaque privilegiado, visto que o produto contribuiu de forma decisiva no processo de desenvolvimento e enriquecimento dos barões do café paulistas e, ainda hoje, o produto ainda se destaca no *rank* da pauta de exportação, garantindo o destaque de primeiro lugar entre os países produtores, além de ter contribuído para o enriquecimento de outros senhores, que não mais são considerados como barões, mas que se destacam como grandes empreendedores do agronegócio cafeeiro.

2.6 A Dinâmica do Agronegócio no Brasil

Conforme enfatizado, no Brasil o processo de modernização do campo, com base na Revolução verde, teve início na década de 1950. Inicialmente, a preocupação se pautou basicamente, com a importação de meios de produção mais modernos. Todavia, foi nos anos de 1960, que esse processo avançou de forma mais acentuada, com o incremento do setor industrial, que teve como objetivo principal, a produção de equipamentos e insumos para a agricultura. A intenção era dinamizar o processo, isto é, passar de agricultura tradicional, única e exclusiva dependente da natureza, para uma agricultura mecanizada, ou seja, com técnicas modernas, rompendo com aquelas ainda rudimentares.

A partir desse período, as transformações no campo brasileiro passam por mudanças significativas, a exemplo do aumento da produção e, conseqüentemente, das exportações, promovendo assim o “crescimento” da economia nacional. Apoiado nas oligarquias rurais, o modelo do “Complexo Agroindustrial” desenvolveu-se com a freqüente preocupação dos conflitos no campo, que surgem com os movimentos sociais, como também com os setores

mais modernos da economia urbana, que ora amplia o seu raio de atuação orientado pelo capital (MARTINE, 1990).

Todavia, esse processo de crescimento da agricultura, assim como outros projetos desencadeados nesse mesmo período, passa por atribulações adversas, tendo em vista que entre os anos de 1964 a 1967, o Brasil sofre o golpe do regime militar, que ora se instala no país. Não obstante, constata-se através de dados estatísticos, um aumento considerável do uso de vários implementos agrícolas, como é o caso de tratores, fertilizantes, adubos químicos e agrotóxicos. O consumo de fertilizantes, por exemplo, cresceu a uma taxa média de 60% ao ano, entre 1965 e 1975, ao passo que os agrotóxicos cresceram numa média anual de aproximadamente 25% (GRAZIANO NETO 1985).

Vale salientar, entretanto, que não se pode afirmar que o crescimento da produção agrícola atingiu patamares relevantes, bem como a sua “modernização”, baseando apenas no aumento do uso de tais equipamentos e insumos. A articulação de outros elementos está imbricada nesse processo, e deve passar por uma análise tanto quanto importante. Para efeito, é salutar destacar a pressão das empresas multinacionais que produzem equipamentos e insumos, como também o incremento do crédito agrícola, entendido como “incentivo rural” através das políticas de governo. Além disso, foi criado também o Estatuto da Terra (Lei 4504) instituído em 1964, que passa a estabelecer uma referencia, promovendo o re-arranjo do território, agora não mais considerando a denominação minifúndio e latifúndio, mas denominada de Empresa Rural (MOREIRA 1990).

Porém, foi mais precisamente na década de 1970, que o setor agrário brasileiro respondeu com maior eficácia aos desejos da sociedade urbano-industrial, aumentando consideravelmente o crescimento da produção. Isso, porque incrementa de vez o processo do agronegócio, fortalece também os elos dessa cadeia produtiva, bem como a sua interdependência. Assim,

A década de 70 assistira a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também (GONÇALVES NETO, 1997, p. 78).

Durante esse período, a agricultura brasileira passa por transformações diversas. Porém, mantendo as mesmas estruturas arcaicas, com uma política cada vez mais concentradora, que não muda em nada a situação dos trabalhadores rurais, muito menos a situação da classe camponesa. Muito pelo contrário, estes ficam cada vez mais à margem do processo, haja vista que essa “modernização” os expulsa para as áreas periféricas dos grandes centros, como também para as regiões de expansão da fronteira agrícola, formando grandes bolsões de miséria, isso pela falta de uma política séria que propunha a Reforma Agrária nesse país.

Simultaneamente, as violentas transferências de populações para as áreas urbanas, promovido por uma série de fatores, a exemplo da mecanização da agricultura, substituição de culturas intensiva, validação da legislação trabalhista no campo, ou mesmo com o uso da violência, o fechamento da fronteira e entre outros, se dá também a reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com a conseqüente eliminação dos parceiros, dos agregados, etc. pela propagação do trabalho assalariado, de modo especial nas maiores propriedades que se modernizam e se transformam em empresas. Assim, às pequenas propriedades, resta a probabilidade da subordinação ao capital industrial, bem como a marginalização, o desmoronamento e a conseqüência desse processo, que resulta na mobilidade populacional para as áreas urbanizadas (GONÇALVES NETO, 1997).

Não obstante, a “crise do petróleo”, desencadeada na década de 1970 vem trazer novos rearranjos para o setor agrícola brasileiro, pois era necessária uma proposta alternativa que pudesse substituir o petróleo. Surge então o PROÁLCOOL. Assim, além de produzir alimentos e divisas, o campo brasileiro tem agora que favorecer o mercado energético com a plantação da cana-de-açúcar, que, via de regra, vem ocupar áreas de terras cada vez maiores para dar conta do mercado consumidor.

Marcado por várias transformações, o país vem passando por mudanças significativas, principalmente no que diz respeito ao processo de crescimento da economia. O setor rural passa a ser direcionado sob um planejamento mediatizado pelo governo com o projeto “modernizador”, que é garantido com verbas dos bancos e empresas internacionais, através do crédito rural, procurando sempre atrelar o setor agrário ao processo de desenvolvimento econômico (SANTOS 1987).

Para tanto, cria estratégias diversas, como é o caso dos institutos de pesquisas, dos setores de assistência técnica, como também de outros serviços instituídos com representantes da gestão pública, que possam a incentivar o uso de tecnologias modernas e de insumos agrícolas, que em sua maioria são importados dos países desenvolvidos.

Neste sentido, esse processo de “modernização” proporciona um excedente de mão-de-obra no campo, desestrutura a pequena produção camponesa, e ainda modifica as relações tradicionais. Mas, ao mesmo tempo, subsistem ao lado de relações de trabalho assalariadas, para determinados cultivos e tecnologias, buscando a racionalidade no emprego da mão-de-obra rural, na tentativa de viabilizar a acumulação. Nessa ótica,

“[...] no processo de inserção do capitalismo na agricultura, o capital, ao encontrar diferentes tipos de propriedades fundiárias, submete-as a variadas formas de inserção empregando uma diversidade de meios e métodos correspondentes ao cenário histórico e econômico peculiares a cada um” (MARX, 1985, *Apud* CARVALHO, MOREIRA, 2000, p. 669).

Além disso, a introdução dessas novas culturas, promovidas com a modernização, vem acompanhada do aumento do uso de novos insumos industrializados, bem como de implementos agrícolas (máquinas e equipamentos, em geral), difundindo a utilização de créditos bancários, o que faz gerar maior vinculação com os setores industriais internacionais, incrementando a economia do Estado, visto que o conceito de agronegócio implica na idéia de cadeia produtiva, com seus elos entrelaçados e sua interdependência estabelecida (YEROS, 2007).

Neste contexto,

A economia política do sistema internacional exhibe uma *dinâmica estrutural* do centro sobre a periferia, cujo objetivo é o controle das contradições da acumulação em escala mundial. Isso não significa que as relações capitalistas e forças produtivas não se desenvolvam nas periferias; desenvolvem-se subordinadas econômica e politicamente, sob uma tendência geral de polarização (YEROS, 2007, p. 154).

Evidentemente, essa prática promove os vínculos com o capital estrangeiro, de modo especial com o Banco Mundial, que tem se destacado como um grande fiador desse “negócio”, vez “[...] que passou a considerar a questão da terra fundamental para sua estratégia de desenvolvimento rural no mundo inteiro” (ROSSET, 2004, p. 16).

Num contexto mais recente, porém seguindo a mesma lógica, “a adoção do Pronaf baseou-se na idéia do enfrentamento da tendência universal de redução das margens de lucros da agricultura e a emergência do *agrobussiness* deveriam ocorrer por uma combinação entre a eficiência produtiva e a produção em escala” (DOMINGOS NETO, 2004, p. 30).

Dessa forma, “A inserção do Estado, vista a partir dos seus distintos aparelhos no processo de modernização capitalista da agricultura brasileira, revela o caráter cada vez mais complexo e abrangente da regulação das relações econômico-sociais pela máquina estatal” (DELGADO, 1985, p. 43).

Contudo, é importante lembrar que as lutas dos camponeses e dos “Sem Terra”, também marcaram essa conjuntura. A reação dos movimentos agrários e sociais que surgiram nos anos de 1980 e início de 1990 contesta a falta das políticas de governo, que culmina na exclusão da grande massa de trabalhadores do campo. Na verdade, o enfrentamento dessa categoria frente ao papel do Estado, vem exigir uma postura mais ética por parte do governo neoliberal, que tem assolado a classe trabalhadora do campo, reproduzindo as relações do modo capitalista de produção

Portanto, deve-se ressaltar que esse processo demonstra a dinâmica do agronegócio no Brasil, bem como os resultados satisfatórios para a lógica do mercado internacional, reproduzindo os interesses do capital e também favorecendo o equilíbrio e a permanência das *commodities*, como também o consumo elevado dos insumos industrializados e dos equipamentos agrícolas, os quais se originam dos países de economia industrializada.

Finalmente, em função de favorecer e fortalecer o capitalismo industrial, esse processo se amplia no sentido centro periferia, corroborado para o aumento das mazelas sociais nesses territórios, que no campo ou na cidade tem se reproduzido e promovido as diferenças e as contradições em todos os segmentos socioeconômicos desse país.

III CAPÍTULO

**TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO DO
PLANALTO DA CONQUISTA A PARTIR DA TERRITORIALIZAÇÃO
DO AGRONEGÓCIO CAFEEIRO**

3. TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO DO PLANALTO DA CONQUISTA A PARTIR DA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CAFEEIRO

Neste capítulo são abordadas as questões relacionadas às transformações e contradições promovidas no espaço agrário dos municípios produtores de café do Planalto da Conquista. Para tanto, considera-se a inserção da cafeicultura no Estado da Bahia e no contexto do espaço geográfico em estudo, a configuração da questão agrária e o monopólio da terra, bem como a oposição agronegócio x campesinato.

Procurando enfatizar os motivos que contribuíram para a inserção da cafeicultura no contexto do Planalto da Conquista/BA, o texto está pautado nos estudos teóricos acerca da temática enfocada, cuja reflexão leva em consideração os objetivos e as perguntas de pesquisa que norteiam a realização desse trabalho.

3.1. A Inserção da Cafeicultura no Estado da Bahia

Conforme consta na história do café no Brasil, a Bahia já registrou uma produção considerável do produto no decorrer do século XVIII, na Região Sul, destacando-se como produtores os municípios de Caravelas, Ilhéus, Camamu, Nova Boipeba, Valença e Cachoeira, com evidências de que nesse período a produção começara a se deslocar para as regiões do Recôncavo e da Chapada Diamantina, cuja produção era destinada apenas para o abastecimento interno. A disseminação da cafeicultura nessa região deu-se principalmente, por apresentar terras e climas favoráveis, visto que em outras regiões do país, a experiência não ultrapassou a fase experimental (TAUNAY, 1935).

A partir da criação da Colônia Leopoldina em Nova Viçosa, a cultura cafeeira adquire maior importância, mostrando-se promissora para promover certa urbanização e povoamento da região. Sobretudo, a lavoura era praticada por lavradores que se apropriavam de terras devolutas ou de áreas das sesmarias, as quais não representavam nenhum valor econômico. Aliada à pequena produção de café, a policultura era praticada para o abastecimento familiar. No Recôncavo, a produção de café se fez posteriormente à proibição do tráfico de escravos,

cujos municípios que se destacavam com maior produção eram Nazaré e Maragogipe, chegando a substituir, mais tarde, a produção da Colônia Leopoldina. À semelhança de outras culturas desenvolvidas nessa conjuntura, a exemplo do fumo e da mandioca, o café era desenvolvido por “gente livre”, meeiros, rendeiros e pequenos proprietários (ALMEIDA, 1951).

Todavia, não demorou muito para que a produção de café entrasse em decadência, em virtude das dificuldades naturais da região, que após uma vasta derrubada das matas, tornou as condições naturais, em especial a redução da umidade, perdendo as propriedades necessárias para o bom desenvolvimento das lavouras. Com a decadência da produção, o município de Nazaré deixa de exercer o papel de centro de escoamento da produção cafeeira, embora tenha se estabilizado no contexto como importante setor de comercialização e beneficiamento do produto (SANTOS 1987).

Contudo, a cafeicultura volta a ser consolidada no Estado da Bahia, a partir da década de 1970, nas regiões do Sudoeste da Bahia, inicialmente no Planalto da Conquista, incluindo os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça. Posteriormente amplia suas áreas para os municípios de Planalto, Poções, Itambé, Caatiba, Iguai, Nova Canaã, Boa Nova, Ibicuí, Encruzilhada e Ribeirão do Largo. Além do Planalto, a cafeicultura se amplia também para outras áreas do Sudoeste Baiano, somando um total de 25 municípios produtores. A partir daí, estende-se para a Chapada Diamantina e para nos municípios de Jequié, Santa Inês, Itiruçu e Brejões. Também avança para o Cerrado (Oeste da Bahia) e na faixa Litorânea (Sul, Baixo Sul e Extremo Sul). Todas essas áreas são caracterizadas por apresentarem condições edafoclimáticas e ecológicas distintas e sistemas de cultivos diferenciados. (EMPRAPA, 2010).

A década de 1970 foi marcante para a Região Sudoeste da Bahia, pois a região vivia sem perspectivas de desenvolvimento até esse período, visto que não havia atividade econômica definida para fomentar esse crescimento. A partir de então, vários municípios são destacados com condições edafo-climáticas adequadas para o plantio de cafezais, já que as antigas áreas produtoras do Sudeste do Brasil não são mais suficientes para atender à demanda do mercado, vez que passaram por crises constantes, ora pelo desgaste das terras, ora pelas perdas em decorrência das pragas que afetaram a produtividade, bem como em decorrência da inserção da produção industrial que começara a se intensificar na região.

Aliado a isso, assenta-se também o processo de “modernização conservadora” da agricultura brasileira que estava sendo levada a efeito neste mesmo período, destacando-se como sustentáculo, a criação do sistema nacional de crédito rural; o estímulo às exportações

de produtos agrícolas de grãos, principalmente do café e da soja; além do incentivo para o cultivo de algumas culturas através de estabelecimento de políticas específicas, fiscais e de crédito (PEIXOTO e GARCIA, 2006, p. 64).

Além do mais, também vale lembrar que a introdução dessas novas culturas vem acompanhada do aumento do uso de novos insumos industrializados, bem como de implementos agrícolas (máquinas e equipamentos em geral), difundindo assim, a utilização de créditos bancários, que conseqüentemente faz gerar maior vinculação com os setores industriais, incrementando a economia do Estado e, por outro lado, promovendo os vínculos com o capital estrangeiro, de modo especial do Banco Mundial, que tem se destacado como um grande fiador desse negócio, haja vista “[...] que passou a considerar a questão da terra fundamental para sua estratégia de desenvolvimento rural no mundo inteiro” (ROSSET, 2004, p. 16).

Neste sentido, as áreas consideradas de clima e solos adequados passam a ser mais valorizadas e seus proprietários começam a ceder espaços para garantir a inserção da nova cultura, formando novos territórios, agora sob a lógica da organização da agricultura “moderna” capitalista. Com esse incremento, as terras passam por um processo de fragmentação e valorização, caracterizando uma nova dinâmica no espaço rural regional. Neste contexto, a agricultura camponesa também é afetada pelas transformações, visto que perde território para a estrutura da organização rural capitalista, representada pela cafeicultura.

Entre 1960 e 1970, o crescimento do índice de concentração corresponde a um impulso progressivo, ou seja, 1,79%, ao passo que entre 1970 e 1980, esse aumento foi de 3,49% (Tabela 01). Mediante essa demonstração, dá para perceber que na Bahia o processo agrícola, bem como as questões referentes à organização agrária, não são diferentes dos demais Estados do país, pois obedece à lógica da nova estrutura de mercado, mesmo considerando que esse incremento não ocorre na mesma proporção para todas as microrregiões.

Tabela 02 – Índice de Gini: Concentração da Terra no Estado da Bahia – 1960 a 1980

Ano	1960	1970	1980
Índice de Gini	0, 771	0, 785	0, 812

Fonte: Censos Agropecuários, 1960, 1970 e 1980. Cálculo: NSE/CEI
Organização: Venozina de Oliveira Soares

No caso específico da microrregião do Oeste da Bahia, esse incremento se deu em decorrência da implantação da lavoura de soja. Do mesmo modo, esse processo é observado no Planalto da Conquista, na região Sudoeste da Bahia, com o incremento da cultura do café na década de 1970.

Nesse período, outras microrregiões da Bahia também se destacaram com aumento significativo da concentração de terras, como os chapadões do Alto Rio Grande, Baixo Médio São Francisco, região metropolitana de Salvador, Norte Baiano e Médio São Francisco. Todo esse processo vem refletir as características do desenvolvimento das atividades produtivas no campo que, notadamente, ocorreram entre as décadas de 1970 e 1990, período da implantação de culturas destinadas à exportação, as monoculturas de café e soja, respectivamente, e, posteriormente a produção de frutas para exportação, que se dá também no contexto baiano, ampliando a produção agrícola de exportação do estado (IVO, 1983).

Essas mudanças ocorridas a partir de 1970, não foram suficientes para caracterizar um processo de transformação em todos os segmentos socioeconômicos do Estado. Algumas áreas passaram por mudanças mais significativas, como é o caso das grandes cidades, onde são aplicados os lucros e rendas dos grandes empresários rurais em novas moradias e negócios, fazendo aumentar a renda auferida na agricultura.

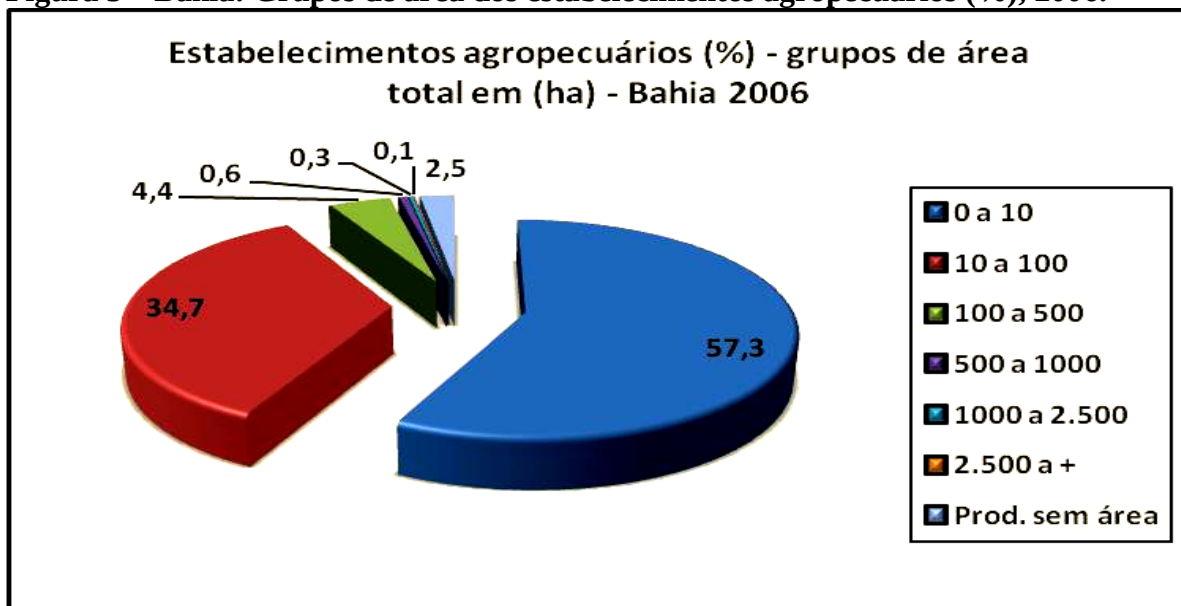
No que se refere à estrutura fundiária do Estado da Bahia, a dinâmica de ocupação não aconteceu de maneira a contemplar todas as áreas econômicas de acordo com a classificação da SEI, isto é, com o uso e ocupação das terras que varia muito de região para região. Essa mesma dinâmica não se deu apenas em função da grande extensão territorial do Estado, mas, sobretudo, pela diferenciação natural dos ecossistemas e, principalmente, em decorrência do processo produtivo e aproveitamento das terras de acordo com os interesses econômicos implantados em cada mesorregião, ou seja, de acordo com os interesses do capital.

Assim, as transformações e alterações fundamentais promovidas no território do estado da Bahia ocorreram em função dos seguintes processos:

- incorporação a economia de espaços e recursos naturais desaproveitados, realizados a partir da criação de uma infra-estrutura viária e de comunicação, que consubstancia o processo de abertura da fronteira agrícola;
- a concentração de determinadas atividades e conseqüentemente, de contingentes populacionais, em determinados centros urbanos de localização privilegiada no contexto espacial, como é o caso da região metropolitana de Salvador; e
- redefinição de novas atividades produtivas em áreas tradicionalmente voltadas para outras atividades econômicas, como é o caso do café em Vitória da Conquista e na Chapada Diamantina (IVO, 1983, p 134).

Nessa trajetória, é importante avaliar os dados da Figura 3, que demonstra a classificação da estrutura fundiária, com relevância considerável de propriedades com áreas inferiores a 10 hectares, ou seja, quase 58% dos estabelecimentos estão nessa classificação, enquanto que aquelas entre 10 a 100 hectares somam um total de quase 35%. Assim, os dados demonstram o quanto é importante a agricultura camponesa na Bahia, visto que a maior parte das propriedades se concentra nos grupos de áreas inferiores a 100 ha.

Figura 3 – Bahia: Grupos de área dos estabelecimentos agropecuários (%), 2006.



Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Organização: Venozina de Oliveira Soares

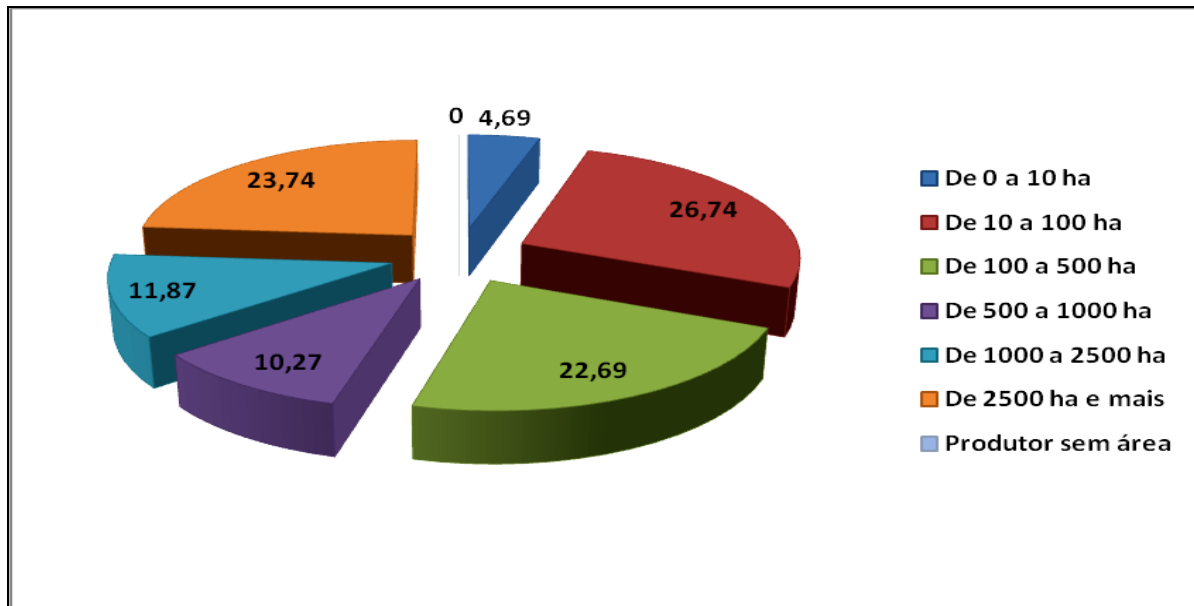
Todavia, apesar da relevância atribuída e esse fator, ele sozinho não deve ser levado a efeito, haja vista que não é suficiente para compreender a situação da agricultura familiar como um todo, vez que também é necessário conhecer as relações que estão imbricadas no

processo produtivo destas áreas, isto é, se desenvolve ou não algum tipo de cultura, para quem se produz, qual é a estrutura da produção, bem como e, necessariamente, quais são as políticas públicas implantadas para os setores da produção e, ainda deve ser levada em consideração a área total ocupada por cada um desses grupos de área de estabelecimentos (Figura 04).

Como podemos observar na Figura 4 os estabelecimentos agropecuários que possuem dimensão entre 0 e 10 ha ocupam uma área de apenas 4,69% da área total ocupada por estabelecimento agropecuários na Bahia, sendo que este estrato de área corresponde a mais de 50% do número total dos estabelecimento.

Da mesma forma, o grupo de área entre 10 e 100 ha, que correspondem a mais de 34% do número de estabelecimentos, ocupam uma área de 26,74%, ou seja, se somarmos as áreas ocupadas por estabelecimentos de menos de 100 ha temos o equivalente a 31,43% de todas as terras ocupadas por estabelecimentos agropecuários no estado, enquanto que os mesmos correspondem à aproximadamente 92% do número total de estabelecimentos.

Figura 4 – Bahia: Área ocupada pelos grupos de estabelecimentos agropecuários (%), 2006 .



Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 2006.

Organização: Venozina de Oliveira Soares

Porém, quando se analisa os estabelecimentos com área superior a 100 ha contata-se que estes representam aproximadamente 8% do número total de estabelecimento, correspondendo a 68,57% das áreas ocupadas pelos estabelecimentos. Cabe ressaltar que há

uma extrema concentração da terra no estado da Bahia, o que não difere muito da realidade brasileira como um todo.

No que se refere à cafeicultura, o Estado da Bahia vem dando uma contribuição significativa. Em 2009 registrou-se uma produção de café beneficiado da ordem 1,87 milhão de sacas. Desse total, a Região do Cerrado (Oeste baiano), produziu 436 mil sacas de (café beneficiado) do tipo arábica; a Região do Atlântico produziu 542 mil sacas de cafés da qualidade robusta, enquanto que no Planalto da Conquista, em áreas de cultivos tradicionais de café arábica, a produção atingiu 896 mil sacas. Esses resultados colocam o Estado da Bahia como quarto maior produtor nacional da atualidade, com um faturamento de mais de R\$ 632,7 milhões, isto é, com um aumento de 5% em relação ao faturamento de 2008, respondendo por 6% do VBP - Valor Bruto da Produção das Lavouras (CONAB 2010).

Todavia, em relação aos dados apresentados, é importante assinalar que existem disparidades regionais no Estado, e que essas não são resultado apenas da nova dinâmica resultante pela expansão do agronegócio, pois, conforme enfatizado, esse dinamismo não acontece em todas as mesorregiões da Bahia, muito menos em todas as regiões do Brasil, basta citar como exemplo a região produtora de soja no Oeste Baiano, que concentra uma parcela de grandes empreendedores agrícolas, os quais dominam o agronegócio no contexto da região e, conseqüentemente, as maiores áreas de terras, haja vista a característica do empreendimento agrícola da soja.

Essa mesma situação não se repete no Planalto da Conquista, pois, as pequenas propriedades produtoras de café predominam na região, sendo essa, uma característica básica da cafeicultura local. No entanto, na maioria dos municípios é notável o crescimento da pobreza e da miséria, por conta do aumento populacional e da conseqüente disseminação das mazelas produzidas nas periferias dessas cidades, as quais são desprovidas das condições necessárias para conviver com essa nova realidade. Assim, “O capitalismo, [...] por meio da subordinação, da comercialização e da monopolização, produz [...] contradições no que se refere ao bem-estar, isto é, produz desenvolvimento ao mesmo tempo em que produz subdesenvolvimento” (FRANK, 2005, p. 88).

Por se tratar de uma das principais atividades agrícolas do país, a cafeicultura sempre esteve ligada com o desenvolvimento da agricultura brasileira, inclusive, acompanhada do processo de “modernização” da agricultura, que também sofre a falta de políticas agrícolas que possam desencadear atividades dentro de uma filosofia da sustentabilidade, haja vista que o modelo como foi pensado e implantado, atendia prioritariamente, às demandas do mercado internacional. Desse modo, não demorou muito para que fossem evidenciadas as facetas dessa

relação: aumento exagerado da pobreza com a conseqüente exclusão social, degradação ambiental incluindo todos os recursos naturais, inclusive com o acentuado esgotamento dos solos, aumento do uso de agrotóxicos, herbicidas e outros insumos industrializados, como também e principalmente, redução da produção de alimentos para o abastecimento da população local (DUTRA NETO 2004).

Assim, enquanto o processo de modernização acontece, o pequeno produtor e o trabalhador rural, permanecem à margem do processo formador das políticas agrícolas e vivem a acentuação da pobreza e da miséria herdadas de fases anteriores. Nesse caso, os críticos desse modelo de modernização estavam corretos ao apontarem que caso se programasse um modelo de desenvolvimento sem se resolver os problemas estruturais da agricultura brasileira, a tendência seria o agravamento da pobreza no campo que se transporia também para as cidades (LOCATEL E AZEVEDO 2008).

Diante do exposto, nota-se a importância de se discutir sobre a territorialidade da cafeicultura no Planalto da Conquista, visto que promoveu transformações e contradições relevantes no espaço regional, num contexto histórico relevante, trazendo características importantes no bojo das questões, as quais devem ser analisadas sob a ótica daqueles teóricos mais preocupados com as contradições vivenciadas nessa conjuntura. Afinal, constitui fato inegável, a maneira contraditória como está organizada a estrutura agrária nesse país, cuja realidade não é diferente nos territórios produtores de café do Planalto da Conquista/Bahia.

3.2. A Configuração da Questão Agrária e o Monopólio da Terra

A ênfase tratada no trabalho aqui proposto levou em consideração as abordagens de cunho geográfico. Neste caso, “na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades, [...] vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território”. (STEDILE, 2005, p.15).

No caso desse estudo, faz-se necessário uma reflexão acerca da questão agrária e o monopólio da terra no Brasil, tendo em vista que um dos objetivos desse trabalho é compreender a configuração da estrutura agrária dos municípios produtores de café do Planalto da Conquista na Bahia. Para tanto, é fundamental em primeiro lugar, compreender

um pouco desse assunto tão polêmico, que tem causado muitas controvérsias no âmbito do território nacional como um todo.

A “Questão Agrária” tem sido tema de diversas discussões no meio acadêmico e em várias outras instituições de pesquisa, as quais se preocupam com a problemática relacionada com a justiça social e a distribuição da terra, como também com a situação dos trabalhadores rurais e camponeses, os quais convivem com as consequências de uma questão ainda não resolvida em várias partes do mundo. Essa discussão surge na Europa com o desenvolvimento do capitalismo porque, conforme Kautsky (1987) “[...] o capitalismo se desenvolve primeiro na indústria, porém, apropriando-se da agricultura ele estabelece aí a sua taxa de composição orgânica”.

A agricultura européia apresentou ao longo da história três etapas, a saber: a primeira, marcada pelo mercantilismo, ocorrida entre os séculos XV e XIX, que caracterizou a primeira transformação na agricultura, promovendo também a mercantilização e a desagregação das relações de produção feudais; a do século XIX, momento de consolidação da produção industrial, que imprime uma nova dinâmica à produção agrícola com incorporação de novas técnicas, caracterizando-se como a segunda; e a do século XX, que marca a “industrialização” da agricultura, considerada como terceira fase. Nessas fases, alia-se sempre o desenvolvimento da agricultura com outras atividades e vice-versa (AMIN E VERGOPOULOS 1986).

Portanto,

A tese que desenvolvemos aqui é a seguinte: as relações de produção capitalistas aparecem inicialmente na vida rural, mas limitadas pela resistência do modo de produção feudal; em seguida estas relações se transportam para o campo de atividades novas, a indústria urbana, onde assumem forma definitiva e abandonam a agricultura; enfim, apropriam-se de toda a vida social e integram a agricultura de forma tal e muito mais profunda. Este movimento oscilante caracteriza a história das relações do capitalismo com a agricultura nas formações capitalistas centrais. Veremos que não acontece o mesmo com as formações capitalistas periféricas (AMIN e VERGOPOULOS, 1986, p.21).

Não obstante, teoricamente essa questão surge no bojo do conflito entre Bonaparte e os camponeses, mais precisamente com o “desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, que naquele momento histórico contribuiu para a “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário [...]”. Assim, contribuiu com o processo de

formação do mercado interno para a indústria, expandindo-se para outras áreas do globo (LÊNIN, 1985, p.83).

Neste contexto, a expansão do capitalismo se exprime tanto pela organização do espaço agrário, como também e, principalmente, em função da organização da produção agrícola e industrial, que doravante se articulam numa interdependência sem igual, redefinindo as estruturas da divisão social e territorial do trabalho, do capital financeiro e do capital social, numa conjuntura cada vez mais antagônica, extraíndo do trabalhador a mais-valia necessária, mediante a submissão do regime de assalariamento, que tem sido cada vez mais injusto. Aliada a isso, ainda acentua a depreciação da matéria-prima em algumas áreas, reafirmando a dependência da agricultura em relação à produção industrial (AMIN e VERGOPOULOS, 1986).

Entre os estudiosos da “Questão Agrária”, tem sido comum a elucidação e a abordagem do tema no contexto da América Latina, particularmente, nos países considerados “em desenvolvimento”. Isso, principalmente, em função da “Reforma Agrária”, que ganhou destaque no contexto histórico das últimas décadas.

Na literatura ocidental, tanto popular como científica, é comum a afirmação de que a América Latina iniciou sua história posterior ao descobrimento com instituições feudais e que ainda as conserva, mais de quatro séculos depois. Fomos fundados como apêndice a decadente ordem feudal da Idade Média; herdamos suas estruturas obsoletas, absorvemos seus vícios, convertendo-os em instituições, nesta periferia de revolução do mundo moderno. Se vocês (os estadunidenses) procedem da Reforma, nós procedemos da Contra-reforma; escravidão do trabalho, do dogmatismo religioso, dos latifúndios... Negação de direitos políticos, econômicos e culturais para as massas; fronteiras fechadas para as idéias modernas. Em vez de criar nossa própria riqueza, nós a exportamos para as metrópoles espanholas e portuguesas. Quando obtivemos a independência política, não obtivemos a econômica, porque a estrutura não mudou (FUENTES, *apud*. FRANK, 2005. p. 36-37).

Como se observa, as raízes da organização territorial da América Latina pautaram sob o comando das estruturas européias, emanadas sob os resquícios do sistema feudal, que perduraram por longos séculos, promovendo a riqueza externa, enquanto fortalecia a dependência interna de todos os países e povos os quais produziram esse território. Assim, “o panorama do fracasso histórico do capitalismo na América Latina significa: dependência

contínua da monocultura... sistema latifundiário contínuo... subdesenvolvimento contínuo... [...] dependência contínua do capital estrangeiro...” (FRANK. 2005 p. 37).

Notadamente, é perfeitamente perceptível e compreensível a situação de “atraso” em que persiste essa parte do continente americano, principalmente, se levar em conta a questão ligada à distribuição da terra, vez que as amarras da estrutura agrária estão intrinsecamente relacionadas a uma história de extrema dependência e subordinação ao capital estrangeiro.

Notadamente, a herança de todos esses anos de dependência da América Latina em relação à hegemonia dos países desenvolvidos, consubstanciada às aristocracias nacionais, tem contribuído de maneira decisiva para o aumento e a manutenção da pobreza e da miséria da população latino-americana, inviabilizando a realização da uma Reforma Agrária que possa contribuir para a justiça e equidade social, com garantia de direitos para as classes menos favorecidas. Esse cenário geral da América Latina se aplica à realidade brasileira, porém, considerando os processos históricos, nossa realidade guarda particularidades que merecem ser consideradas para uma melhor compreensão da questão agrária nacional. (TAVARES, 1996).

No Brasil, entre 1822 e 1849, não havia leis que regulamentassem o direito de uso das terras. A posse era livre e as terras devolutas, portanto, não existia valor de troca, isto é, compra e venda, a terra era utilizada apenas para o cultivo. Porém, no ano de 1850, o Governo Imperial instituiu a Lei de Terras Nº 601/1850, que passou a orientar o uso e a posse, garantindo que as terras devolutas se tornassem propriedade do Estado, podendo, inclusive, negociá-las somente através de leilões. Neste período, somente os grandes latifundiários tinham condições de comprá-las, ou então, alguns comerciantes que dispunha de dinheiro para investir (SILVA 2008). Neste sentido,

A generalização da terra como mercadoria, a abolição da escravidão e o incentivo à imigração estão vinculados à pressão exercida pela Inglaterra, cujo objetivo era sumariamente expandir seu mercado, bem como garantir preços acessíveis na aquisição de matérias-primas, de que o Brasil era grande exportador (SUZUKI, 2006. p. 215).

Outros estudiosos argumentam que tal prática se deu em função da implantação da cafeicultura no Brasil, pois os fazendeiros necessitavam de mão-de-obra, e tal prática evitava que os imigrantes europeus que chegassem ao Brasil, adquirissem terras. Isso, porque vieram para substituir os escravos recém “libertados”, os quais também não dispunham de recursos

para adquirir terras, haja vista que foram abandonados à própria sorte, quando da abolição da escravidão em 1888.

Até 1988, essa foi a lógica que conduziu a distribuição das terras brasileiras, numa conjuntura histórica um tanto arcaica, visto a maneira ineficaz e centralizadora que direcionava o processo, pois passou a ser moeda de troca (compra e venda) tornando-se patrimônio particular, símbolo de poder, acentuando, cada vez mais, as desigualdades fundiárias nesse país.

A partir da Constituição Brasileira, promulgada em 1988, as lutas pela distribuição da terra se intensificaram, pois a mesma passou a prever a desapropriação das terras, conduzida pela realização da então sonhada “Reforma Agrária”. A prática da desapropriação incluiria fazendas que utilizavam mão-de-obra escrava. Também, a partir da Constituição de 1988, foi reforçada a idéia de que a terra deveria cumprir seu papel social.

Todavia, a Questão Agrária no Brasil teve sua construção teórica e política no pensamento econômico posterior à Revolução de 1930, sistematizada posteriormente, nos anos de 1960, com a necessidade da Reforma Agrária, enfocada sobre um debate político, cuja contribuição que a envolveu constituiu três centros de reflexão da intelectualidade da esquerda: o Partido Comunista Brasileiro; setores progressistas da Igreja Católica e a Comissão Econômica para a América Latina- CEPAL (DELGADO (2001).

Nesse contexto político e social, a Igreja católica teve importante papel na luta política de organização do sindicalismo rural brasileiro, ao mesmo tempo em que exerceu influência na conceituação do direito da propriedade fundiária, legitimado em sua doutrina social pelo princípio da função social. Este princípio, que não era exclusivo da Doutrina Social, inscreveu-se de direito nas normas do Estatuto da Terra de 1964 e, mais tarde, na Constituição Federal de 1988, substituindo "*de jure*" a velha tradição do direito de propriedade, proveniente da Lei de Terras de 1850, que tratava a terra como uma mercadoria como outra qualquer (DELGADO. 2001 p. 05).

Trata-se, portanto, de uma causa nobre, de um período não muito distante na história do Brasil, que está intimamente relacionada com as questões da luta pela terra, na tentativa de compreender melhor a re-organização da estrutura agrária do país, numa conjuntura histórica muito importante, haja vista que “[...] a nossa história social desde a dissolução da sociedade escravista tem sido essencialmente uma história de desincorporação daqueles que o trabalho livre descartou ou tornou descartáveis” (MARTINS, 2004, p. 14).

No sentido de compreender melhor a questão enfocada, é importante explicitar um pouco sobre a maneira como as propriedades agrárias de uma área ou de um país estão organizadas, isto é, o número, tamanho e distribuição social. Com base na Lei Agrária, de nº 8.629, as propriedades rurais no Brasil foram reclassificadas da seguinte maneira:

Minifúndio – dimensão menor que o módulo rural fixado para o município; Pequena propriedade – dimensão entre 1 e 4 módulos rurais; Médias propriedades – dimensão entre 5 e 15 módulos rurais; Grandes propriedades – dimensão superior a 15 módulos rurais. O tamanho de um módulo rural varia, de acordo com a região ou área do território brasileiro, entre 5 a 110 hectares (MORISSAWA, 2008, p. 110).

Como se vê, a Lei determina as diretrizes da estrutura agrária do país conforme uma hierarquia estrategicamente organizada para atender às categorias da sociedade, de acordo com a classificação apresentada. Contudo, apesar dessa classificação, é o modo como os homens organizam a produção e a economia que vai determinar a verdadeira distribuição dos bens de produção, inclusive da terra, que é considerada como bem natural, de uso e usufruto de todos, mas que passou a ser entendida e apreendida como bem de capital, ou seja, como bem de usufruto do capitalismo. Desse modo, “A tendência do capital é a de tomar conta [...] de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade” (MARTINS, 1979, p.150).

Neste entendimento, tais práticas concorrem para a ampliação do domínio territorial do latifúndio e do trabalho assalariado no campo, ao mesmo tempo em que multiplicam-se as pequenas unidades de produção e o trabalho familiar camponês, isto porque o capitalismo leva a uma generalização do trabalho assalariado, mas também se apóia nas formas familiares de produção. Assim,

A estrutura fundiária brasileira comporta, portanto, dois elementos fundamentais: As pequenas propriedades com o maior índice de uso agrícola do solo, mas cobrindo uma pequena porcentagem da área total já apropriada; Os grandes latifúndios, com baixíssimos índices de aproveitamento do solo e cobrindo grandes extensões do total das terras apropriadas; A convivência desses dois pólos têm como resultado: o desemprego, a expulsão dos pequenos proprietários, a elevação do preço da terra, o conflito, muitas vezes armado, com um saldo cada vez maior de mortes e feridos (PEREIRA, 1994, p. 115).

Desse modo, ao ser atingido pelo processo de inserção do capital, o campo também altera as suas relações, elas passam agora a obedecer à lógica do modo de produção hegemônico que engendra os novos processos, numa engenhosa e estratégica divisão social e territorial do trabalho, que passa então a determinar essas novas relações. Nessa lógica, as perspectivas dos pequenos produtores passam a ser condicionadas pela integração e interesses das empresas especializadas no atendimento dos mercados consumidores. Nesse caso, o pequeno empreendimento deveria dedicar-se à chamada “agricultura de grife”⁶, no sentido de dar maior suporte à agricultura comercial, de modo especial, ao agronegócio. (DOMINGOS NETO, 2004).

Para compreender todas essas transformações pelas quais o campo vem passando, várias são as correntes teóricas que surgem, com interesses diversos em interpretar tal realidade (OLIVEIRA (2007):

De uma maneira geral, poder-se-ia dizer que todos os estudiosos da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção. [...] Para uns, ele leva inevitavelmente à homogeneização: a formação de um operariado único num pólo, e de uma classe burguesa no outro. Para outros, esse processo é contraditório, portanto, heterogêneo, o que leva a criar obviamente, no processo de expansão do assalariamento no campo, o trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 2007 p. 08).

Indiscutivelmente, a questão da terra no Brasil não é fato consumado, definido, organizado. Muito pelo contrário, é fato a se definir, a se delinear, a se organizar, devendo levar sempre em consideração, que ao invés de tomarem rumos à frente, os projetos de Reforma Agrária da base nacional popular vêm reduzindo consideravelmente, tanto a nível interno (lideranças e gestores do poder,), como a nível externo (organismos multilaterais que comandam este segmento, ONGs entre outros).

Nessa lógica, muitos fatores contribuem para fortalecer esse processo de frieza, de morosidade no que tange à questão da Reforma Agrária nesse país. Como exemplo, pode ser apontada a implantação da “modernização conservadora” da produção, aliada aos fatores

⁶ Domingos Neto (2004) em O “Novo Mundo Rural” refere-se à “agricultura de grife”, para explicar que as perspectivas dos pequenos agricultores estariam condicionadas à integração de empresas especializadas no atendimento a mercados consumidores cada vez mais sofisticados. Isso, no caso da produção de grãos dada a concorrência internacional, quando somente as grandes e médias empresas teriam chances de sobreviver.

excludentes nas áreas consideradas tradicionais e de fronteira, que contribuem de forma decisiva para o agravamento da situação.

Outro fator que contribui para atenuar a pressão sobre a questão da posse da terra é a saída das pessoas que trabalham no campo para habitarem nas periferias das cidades brasileiras, de modo especial para aquelas de médio e pequeno porte. Essa prática conduz os trabalhadores a perderem as “esperanças”, submetendo-os também a optarem pela vida urbana, mesmo que em condições de pobreza e miséria.

Tais práticas propiciam, obviamente, a inserção de políticas públicas influenciadas pelo capital, que ora são voltadas para “atender” ou “ludibriar” essa parcela da população, visto que desde a sua criação, essas políticas estão ligadas ao capital, que as utiliza como mecanismos e estratégias, no sentido de aumentar cada vez mais o seu domínio e manter o controle sobre os mais excluídos, iludindo-os com o falso discurso de uma futura ascensão social, algo, que, não vai acontecer (MEKSENAS 2002). Desse ponto de vista,

O conceito de políticas públicas aparece vinculado ao desenvolvimento do Estado capitalista e esse às relações de classe. No século XX, as políticas públicas são definidas como um mecanismo contraditório que visa à garantia da reprodução da força de trabalho. Tal aspecto da organização do Estado nas sociedades industriais, não traduz um equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho”. (MEKSENAS. 2002 p.77).

Nesse cenário da questão agrária brasileira, há que se contextualizar o desenvolvimento da cafeicultura nacional e regional, pois essa atividade econômica mescla o modelo de agricultura modernizada do agronegócio, expropriando os meios de produção das famílias camponesas, se territorializando, posteriormente. Do mesmo modo, permite, em certa medida, a reprodução do campesinato de forma periférica, que possibilita a manutenção das margens de lucro do capital, através da monopolização do mercado de produtos agrícolas, como é o caso do café.

Na Bahia, o descompasso que mostra a realidade da questão agrária permite compreender que não é diferente das demais regiões do Brasil, afinal, o Estado está articulado na mesma conjuntura, vivenciando do mesmo processo vinculado ao modo de produção capitalista, voltado para dar sustentação às elites burocráticas e burguesas desse país, bem como a agricultura ligada ao agronegócio internacional, com padrões cada vez racionalizados

e destinados para os grandes complexos agroindustriais, acompanhados de pacotes financiados pelos órgãos internacionais, com a mesma racionalidade empregada na indústria.

Além disso, a sua economia esteve sempre vinculada às atividades comerciais voltadas para a exportação, destacando a produção de cana-de-açúcar, cacau, fumo entre outros, que geralmente ocupavam e se desenvolvia nas áreas mais dinâmicas, localizadas no litoral, destacando a cidade de Salvador como centro principal de escoamento e comercialização, isto é, “economia voltada para fora” (CEPLAB, 1978, p. 116).

Com a aceleração do país arquitetada a partir da década de 1970, ocorreram transformações consideráveis na estrutura agrária e nas relações de trabalho no estado da Bahia, as quais estiveram aliadas ao “desenvolvimento” do capitalismo no campo com a chamada “modernização” da agricultura. Ocorre, porém, que nem em todas as áreas esse processo ocorre da mesma forma e com a mesma intensidade. Com se trata de uma região do Nordeste, permanecem algumas características arcaicas e conservadoras, as quais convivem e resistem a tais mudanças. Entre outras práticas destacadas, vale ressaltar a parceria, bem como a existência dos minifúndios com pequena produtividade e, ainda, a grande proporção de terras não cultivadas, que continua sendo uma característica relevante no estado da Bahia e em outras regiões do Norte/Nordeste (SANTOS 1987).

Evidentemente, essa realidade também contempla a área em estudo, visto que até a década de 1970, na região como um todo, cultivavam-se apenas produtos para a sobrevivência da população local, sendo que os governos não destinavam nenhuma política pública que trouxesse garantia de melhoria e/ou de continuidade dessa base produtiva de bananas, abacaxi, feijão milho e entre outros. Somente a partir da inserção da cafeicultura é que algumas políticas foram implantadas, inclusive com a criação e a institucionalização de alguns órgãos e setores governamentais e de logística.

Além disso, a expansão do agronegócio ocorrida na década de 1970 aconteceu, principalmente, em função da incorporação de novas áreas, (nesse caso, houve expansão da fronteira agrícola, aliada à variação e especialização da produção), que contribuiu para o aumento da concentração da propriedade da terra na Bahia.

Portanto, é evidente a forma injusta e contraditória como está organizada a estrutura agrária desse país, visto que carrega consigo as marcas de uma questão ainda não resolvida como deveria, com uma estrutura fundiária inadequada, políticas conservadoras para o campo, as quais não se adéquam às necessidades dos camponeses, que favorecem e fortalecem cada vez mais o modo de produção capitalista, que tem sido uma das vias que garante a hegemonia da classe dominante de toda a sociedade brasileira.

3.3. As Políticas Públicas para a Agricultura Brasileira

Conforme exposto, as questões relacionadas à agricultura no Brasil têm sido um tanto morosas e sem a devida importância atribuída, principalmente no que se refere às políticas públicas destinadas ao campo, pois teve uma formação pautada no “Estado planejador desenvolvimentista” devido ao processo de industrialização implantado nos anos de 1960, tornando-se necessária a intervenção do Estado, no sentido de garantir as políticas de planejamento econômico, bem como, e, principalmente, no plano técnico implantado após 1964, legitimado com o capital internacional (FRANCISCO DE OLIVEIRA 2003).

Vale acrescentar também, que

O processo de modernização da agricultura brasileira, incentivado por políticas públicas bem definidas, a partir da década de 1960, passa a ser considerado sinônimo de desenvolvimento rural, havendo uma simplificação típica da chamada teoria da modernização e do crescimento, onde os efeitos sociais positivos do desenvolvimento econômico eram vistos como ‘consequências naturais’ dos processos de crescimento e de modernização, sem se admitir a necessidade de implantação de políticas de redistribuição da riqueza e de combate à pobreza. (LOCATEL E AZEVEDO, 2008, p. 02).

Sem querer tirar o mérito e a importância do “planejamento econômico” que parte do princípio da “intervenção Estatal”, é importante destacar que essas políticas formuladas pelos setores governamentais tornam-se possíveis mediante a adoção de critérios técnicos, combinada com a institucionalização de procedimentos jurídicos. “Dessa forma, criou-se um novo locus de circulação de poder político, redefinindo as relações internas ao Poder Executivo na regulação de setores da economia brasileira e as condições de barganha política entre este e o Legislativo” (MATTOS, 2006, p 151).

Nessa condição,

A estratégia articulada pelo Estado contém fatores de modernização e conservadorismo. Esta lógica é considerada moderna por ser um impulso para a expansão capitalista no campo e conservadora porque passa por uma mediação necessária da esfera estatal de regulação econômica. Esta estratégia de modernização da agricultura baseou-se em quatro pontos principais: maior abertura ao comércio internacional, uma dramática expansão dos programas de crédito subsidiado, elevação dos gastos em extensão rural e um especial tratamento ao setor de insumos (CARVALHO, 2008, p. 824).

Não obstante, configuram-se vários programas e políticas setoriais, os quais se vinculam numa contraditória relação de ações sociais cada vez mais ineficazes, que ao invés de promoverem a redução das desigualdades sócio-econômicas, faz crescer ou reproduzir essas mesmas desigualdades, com posturas cada vez mais centralizadoras, mediante as organizações institucionais, que na sua maioria, vem constituindo uma conjuntura um tanto mais problemática, acirrando sobremaneira, as disparidades entre as classes sociais. Assim, “[...], ao se discutir as políticas públicas sociais na atual conjuntura brasileira, a questão da lógica do seu financiamento e da prestação de seus benefícios e serviços, e, neste caso, da sua produção, ocupa lugar central no debate atual [...]” (COHN, 1995, p. 2).

Nessa perspectiva, é que se destacam as principais questões que estimulam o atual debate sobre a relação Estado / mercado, público / privado, universalização / focalização, centralização / descentralização, fortalecido pelos pressupostos neoliberais, que propõem uma reforma do Estado, sugerindo a lógica de mercado como pressuposto, com vistas para o dinamismo e a racionalidade da moderna sociedade (COHN, 1995).

Conforme é destacado, os novos paradigmas aparecem para dar sentido e colocar em evidência as possibilidades para tais políticas. Assim, conceitos de desenvolvimento, bem como os qualificativos para suas práticas como “local, integrado e sustentável” estão em pauta no decorrer dos anos de 1990, numa abordagem cada vez mais conceitual, construindo utopias comprometedoras com a definição do desenvolvimento, com práticas de gestão social em diferentes escalas e em diferentes níveis (FISCHER (2002).

Portanto, “Não é possível falar de desenvolvimento local sem referência a conceitos como pobreza e exclusão, participação e solidariedade, produção e competitividade, entre outros que se articulam e reforçam mutuamente ou que se opõem frontalmente” (FISCHER, 2002, p. 17).

Neste sentido, a idéia de desenvolvimento “local” que teve um marco definitivo na década de 1980, como objetivo e representação útil para atores diferentes, adotando uma abordagem um tanto “pragmática”, apresenta tendências contrárias, que seria a lógica interna e a externa. A primeira seria uma dinâmica do trabalho industrial do tipo fordista, com uma organização espacial, a segunda, seria uma organização alternativa socioeconômica, que, viria substituir o modo fordista em crise, com possibilidades de aguçar e buscar recursos próprios, os quais sempre foram negligenciados, com novos potenciais e práticas capazes de fazer avançar os processos, mediante as poupanças locais, com incremento inovador e ofertas de novos empregos que correspondam às aspirações da coletividade, suscitando preocupações

com o meio ambiente, com o lazer e a conseqüente melhoria da qualidade de vida (ACSELRAD, 2000).

Mas se o desenvolvimento local apresenta-se como promotor de consensos, ele é também portador de paradoxos. Em primeiro lugar, o fato de o discurso de revalorização do local provir não apenas dos atores e instâncias territorializados, mas também dos escalões superiores da política. Além disso, há o risco de o desenvolvimento local seguir por um viés elitista, em que a chamada parceria público-privado seja definida pelos meios empresariais e pela classe política, cujos interesses enfatizam a competição internacional, [...]. Caberia então perguntar: em que medida a noção de desenvolvimento local e participação dos cidadãos são parte de uma transformação democratizante do espaço local? (ACSELRAD, 2000, p. 40-41).

Dessa maneira, percebe-se a situação em que se apresenta o Estado, isto é, numa verdadeira contradição, que de um lado representa e defende os interesses particulares, e do outro, defende os interesses da massa, da coletividade. Nessa corda bamba, acaba por assumir posição de proteção aos interesses particulares de grupos em detrimento dos interesses de toda a sociedade.

Assim, ao longo dos anos após a Segunda Guerra, e de maneira especial na atualidade, as políticas públicas de governo vêm ganhando proporções cada vez maiores, incorporando aí as conotações de direitos civis e políticos, no qual destacam como estratégias os direitos sociais, os quais vêm sendo incorporados com o discurso das garantias de trabalho, de participação política, bem como e principalmente, “como direitos de crédito do cidadão em relação ao Estado e dever de prestação dos poderes públicos às legítimas demandas sociais (direito à saúde, ao trabalho, à educação, à assistência social)” (BRESSAN, 2004, p. 164).

No contexto dos anos de 1970, com o agravamento da crise econômica vivenciada mundialmente, propaga-se mudanças significativas com a constante necessidade da intervenção pública. Assim, não cabia mais a “sustentabilidade” do “Estatuto Social”, pois os fatores essenciais para o bom desenvolvimento dessa política deixaram de funcionar corretamente, a exemplo, do “Estado nação soberano, sindicatos fortes, relações de trabalho bem definidas e institucionalizadas, salários amparados legalmente e o pleno emprego” (BRESSAN, 2004, p. 164).

Nesse aspecto, existem relações estruturais entre o setor da agricultura e o setor da indústria, os quais estão na lógica do tipo de expansão do capitalismo nos últimos trinta anos no Brasil e, portanto, a tensão entre esses dois setores não ocorre no nível das relações de

produção, mas ocorre ou pode ser transferida no nível interno dessas relações, tanto na agricultura como na indústria (OLIVEIRA, 2003).

Percebe-se, portanto, que é indiscutível a necessidade de se repensar sobre as políticas públicas implantadas para a agricultura brasileira, vez que elas são de extrema importância para fomentar o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida das pessoas do campo. Todavia, há de se convir que não se devam atrelar as políticas de governo tão somente aos interesses das organizações financeiras de crédito, como também não podem ser levadas a efeito apenas como parte dos interesses do Estado, que muitas vezes são utilizadas como estratégias para garantir direitos sociais, bem como a participação política.

3.4. A Cafeicultura no Planalto da Conquista: Transformações e Contradições no Espaço Agrário

A cafeicultura do Planalto da Conquista tem relevante importância para o contexto regional, haja vista que muitos municípios dependem diretamente da produção de café, cuja atividade define a economia local, destacando-se como principal. São doze os municípios produtores. Todavia, apenas seis municípios mantêm expressividade produtiva com capacidade de definir e influenciar a economia local, os quais são: Vitória da Conquista, Barra do Choça, Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Planalto e Poções.

Esses municípios se destacam com a maior produção de grãos e exercem maior influência sob as áreas produtivas. No sentido de cumprir os objetivos propostos, é necessário primeiramente observar as áreas e a produção de cada município cafeicultor, bem como as relações oriundas desse processo, para compreender a territorialização da cafeicultura nesse contexto.

Prioritariamente, Vitória da Conquista tem relevância maior nessa conjuntura, visto ser o município que exerce uma situação de liderança, pois concentra toda a cadeia produtiva do agronegócio cafeeiro, desde a comercialização dos insumos agrícolas, máquinas e equipamentos, armazenagem e beneficiamento, bem como a comercialização e a exportação do produto. Além disso, foi o primeiro município a implantar a cafeicultura no Planalto.

A Tabela 03 apresenta o número de propriedades do município nos anos de 1978/79, quando da consolidação da cafeicultura no Sudoeste Baiano. Essa demonstração dá uma idéia da importância atribuída ao incremento da cafeicultura naquele contexto histórico, pois

considerava a produção dos cafezais, a quantidade de propriedades que destinavam a ela e ainda a quantidade de plantas. Observe que existia uma predominância das pequenas propriedades que desenvolviam a cultura cafeeira, mesmo devendo ressaltar a pequena quantidade de pés de café plantados no que se refere ao total, isto é, em relação às médias e grandes propriedades, as quais tinham pouca representatividade em número, mas se sobressaíam com a concentração da plantação de cafezais, ou seja, aquelas que detinham entre 100 e 500 hectares, considerando os dados como um todo.

TABELA 03 – Número de Propriedades, Áreas e Cafeeiros. Vitória da Conquista – Ano Agrícola 1978/79

Área Total (há)	Total de Cafeeiros						TOTAL
	5 mil covas	5 mil a 20 mil covas	20 mil a 50 mil Covas	50 mil a 100 mil covas	100 mil 200 mil covas	200 mil 500 mil covas	
0 - 50	03	09	04	-	-	-	16
20 - 50	02	45	42	04	-	-	93
50 - 100	-	31	23	23	09	-	96
100 – 200	-	11	15	24	06	02	58
200 – 500	-	07	16	12	05	04	44
500 - 1000		-	05	04	04	-	13
Não declarado	01	01	01	-	01	-	04
TOTAL	06	104	106	67	25	06	314

FONTE: Santos, Antonio Luiz. UFPE, 1987.

A Tabela 04 explicita o incremento da produção no principal período da sua implantação, bem como o aumento nos anos que se seguem. Assim, é possível inferir acerca de algumas questões e contradições promovidas no âmbito dessa região e ter uma idéia da importância do café para o contexto regional naquele período histórico. Conforme se observa, a cafeicultura começa a tomar novos rumos no Planalto a partir da década de 1970, mais precisamente no ano de 1975, quando se intensifica a produção. No início da referida década Vitória da Conquista detinha o maior percentual da produção, mas logo perde para Barra do Choça o lugar de primeiro produtor da região, situação mantida até os dias atuais.

Ao lado da importância comercial e econômica, o café se destaca frente às demais culturas com relevante significado social para o contexto regional, pois aumenta consideravelmente a demanda de trabalho para a crescente população que forma uma

abundante e barata mão-de-obra desqualificada no Planalto da Conquista, que se concentra principalmente em Barra do Choça e Vitória da Conquista, quais foram os pioneiros na cafeicultura no Sudoeste da Bahia.

Inicialmente o café necessitava de pequenas áreas, pois as tentativas de inserção da cafeicultura se deram por iniciativas de profissionais liberais, com limitadas condições para investir. Não obstante, a cultura se alastra rapidamente por várias áreas da região, incorporando rapidamente as terras destinadas à produção agrícola (DUTRA NETO, 2008).

TABELA 04. Área Colhida e Produção de Café – 1975/1983 – Vitória da Conquista e Barra do Choça/BA

ANOS	VITÓRIA DA CONQUISTA		BARRA DO CHOÇA	
	Área Colhida (há)	Quantidade Produzida (sacas 60 kg)	Área Colhida (há)	Quantidade Produzida (sacas 60 kg)
1975	1.750	840	2.750	1.320
1976	2.450	2.058	3.029	2.544
1977	9.800	10.496	3.750	5.626
1978	9.800	10.496	12.500	13.500
1979	10.200	10.924	14.300	15.444
1980	11.900	12.475	14.300	15.300
1981	11.900	12.745	12.278	15.420
1982	11.900	12.792	14.274	15.357
1983	12.353	13.179	14.350	15.441

FONTE: SANTOS, Antonio Luiz. UFPE, 1987.

Pela representação dos dados da Tabela 05 percebe-se um crescimento razoável da população de Vitória da Conquista e um conseqüente aumento dos domicílios a partir da década de 1950, com relevância significativa na década de 1960. A priori, esse incremento populacional se deu em função da construção da BR 116, mais conhecida como Rio - Bahia, que fora planejada para a penetração e ligação da grande Região Sertaneja e Pecuária, que se abria naquele dado momento histórico. No entanto, tão logo o café passou a contribuir para esse crescimento, juntando dois fatores de concentração da população, obedecendo à lógica do modo de produção capitalista (SANTOS 1987).

TABELA 05 – Distribuição da População Urbana e Rural - Vitória da Conquista/BA – 1940/2010

ANOS	TOTAL	Quantidade e Percentual da População			
		Urbana	%	Rural	%
1940	33.554	8.644	25,7	24.910	74,3
1950	46.456	19.463	41,6	26.993	58,4
1960	80.113	48.712	60,7	31.401	39,3
1970	125.573	84.346	67,1	41.227	32,8
1975	172.242	127.013	73,7	45.229	26,2
1980	170.897	127.652	74,6	43.245	25,3
1991	225.091	188.351	84,0	36.740	16,0
2000	262.494	225.545	86,0	36.949	14,0
2010	306.866	274.739	89,5	32.127	10,5

FONTE: IBGE, Censos Demográficos 1940 a 2010.

Organização: Venozina e Oliveira Soares.

Apesar de registrar um aumento populacional constante, é importante assinalar, que o “boom” de crescimento da população foi demasiadamente marcante na década de 1980, conforme os dados destacados na tabela. Evidentemente, isto ocorreu, em parte, em função do auge da cultura cafeeira no Planalto da Conquista, que apresentou destaque de muita relevância para o período.

Em Barra do Choça, a inserção da cafeicultura se deu nesse mesmo contexto. Até 1970, Barra do Choça contava com 8.953 habitantes, sendo que 83% moravam na zona rural. As atividades econômicas eram a pecuária extensiva e a agricultura de feijão, milho, mandioca e banana, que atendia às necessidades básicas da população, sendo que o excedente era comercializado nas localidades mais próximas.

Este segmento absorve um contingente considerável de membros das famílias, evidenciando assim, a função social de terra. Entre os municípios vizinhos, Barra do Choça era o que tinha o menor contingente populacional. O município de Itambé era 3,2 vezes mais populoso, enquanto Planalto 2,2, assim como o de Caatiba que se limita ao Sul apresentava população de 1,5 vezes a mais que Barra do Choça. No entanto, em 1980, Barra do Choça já contava com quase o dobro da população de Caatiba. Em 1991 a população do município supera a de Planalto e Itambé. Mesmo comparado com Vitória da Conquista, que teve o segundo maior crescimento entre os quatro municípios analisados, Barra do Choça cresceu 3,5 vezes mais no período 1970/2003 (OLIVEIRA, 2006).

Os dados da tabela 06 evidenciam a estrutura fundiária de Barra do Choça neste período, desvelando melhor a realidade desse quadro de diversidade, vez que o município se destaca como um dos pioneiros na implantação da cafeicultura.

TABELA 06 – ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS – BARRA DO CHOÇA 1970/75/80 (em %

Grupo de Áreas em ha	1970		1975		1980	
	Nº de Estab.	Área	Nº de Estab	Área	Nº de Estab	Área
< 20	16,0	2,8	22,2	2,7	9,8	1,4
20 a 100	63,8	25,1	55,2	29,8	71,8	31,4
100 a 500	18,0	39,4	20,3	47,7	17,7	37,2
>500	2,2	32,7	2,3	19,8	1,9	30,0
TOTAL	100	100	100	100	100	100

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários / Bahia, 1970, 1975, 1980.

Organização: Venozina de Oliveira Soares

No Censo Agropecuário de 1970, os estabelecimentos com mais de 500 hectares representavam 32,7% da área total. O número de estabelecimentos para a mesma classe diminui na década de 1980, porém, a área ocupada permanece quase que a mesma. Todavia, o aumento do grupo de 20 a 100 hectares em termos de área e número de estabelecimentos relaciona-se à redução do grupo de 0 a 20 hectares e os de 100 a 500. Cabe destacar que, mesmo com essa redução da área dos estabelecimentos de maior dimensão, isso não representou no período abordado, uma desconcentração fundiária representativa.

Além disso, na atualidade, o município de Barra do Choça é o que apresenta o maior número de camponeses que produzem café, evidenciando que é neste local que, de forma mais acentuada, ocorre a monopolização do território pelo capital, porém sem territorializar-se. Esse tema será retomado na próxima seção de capítulo.

Nos demais municípios, a cafeicultura foi introduzida num período mais recente, isto é, na década de 1990, com o incremento e expansão de novas áreas. Neste contexto, as condições para intensificar a expansão da lavoura cafeeira no município são encontradas com todas as regalias possíveis, visto que a estrutura agrária foi previamente preparada pelos dois municípios pioneiros, garantindo com eficácia o processo da monocultura cafeeira na região.

A cafeicultura então passa a incrementar o preço da terra, agregando maior valor. Com isso, as condições para o pequeno produtor tornam-se cada vez mais difíceis, e alguns acabam por ceder espaços para os médios e grandes produtores, que detêm das melhores condições financeiras para garantir a estabilidade da cafeicultura.

Cabe observar, entretanto, que a partir do final dessa mesma década, a situação da estrutura fundiária começa a apresentar pequenas alterações.

Percebe-se que a configuração espacial começa a apresentar uma nova feição no período a que se refere, pois ocorre um pequeno crescimento das pequenas propriedades, tanto

em área como em número de estabelecimentos, embora seja perfeitamente perceptível que existe uma grande diferença dos grandes estabelecimentos, sendo que o total de pequenas propriedades é de 1.067, com uma representação de 73,7%, equivalendo a uma área de apenas 32,2% do total (IBGE, 2006).

Todavia, a área dos grandes estabelecimentos é incomparavelmente maior, pois apenas 63 propriedades comportam quase 22 mil hectares, isto é, 29,5% do total. Para as médias propriedades, também a diferença é gritante, pois as que estão entre 50 e 200 hectares comportam uma área de mais de 28 mil hectares no total (IBGE, 2006).

Esse aumento das pequenas propriedades se deu basicamente em função de algumas políticas públicas incrementadas para a agricultura local, sobretudo por conta do PRONAF, que, ao oferecer créditos para a cafeicultura, possibilita que as unidades de produção sejam fracionadas entre os membros das famílias, no sentido de fomentar uma quantidade maior de recursos creditícios. Ou seja, o camponês que detinha 12 hectares de terra, dividiu-a com dois filhos, destinando uma fração para cada um e ainda ficando com sua parte. Essa estratégia permitiu que angariasse mais recursos e ampliasse também o número das pequenas unidades de produção. Vale salientar que essa mesma estratégia foi ampliada para os demais municípios cafeicultores do Planalto que implantaram a cultura posteriormente.

Foram nessas condições que os demais municípios do Planalto introduziram a cultura do café em seus territórios. Assim, articulados nessa contraditória conjuntura, começaram a trilhar novos caminhos em busca do “crescimento” e do “desenvolvimento”, sob a lógica do capital, obedecendo às regras da divisão social e territorial do trabalho, que passaram a determinar as novas relações.

Simultaneamente, surgiram os problemas de ordem estrutural e social, que ganharam proporções cada vez maiores, visto que a grande massa da população que passou a habitar a região era composta de trabalhadores volantes, os chamados “bóias-frias”, os quais vêm sobrevivendo basicamente do trabalho na cafeicultura, de modo especial, no período da safra, quando concentra a maioria da oferta do emprego.

Neste sentido, grande parte dessa população flutuante vive circulando entre os municípios vizinhos, em busca da sobrevivência e da melhoria da qualidade de vida, ora tentando a vida no campo, ora nas áreas periféricas das cidades, evidenciando a lógica das relações sociais de trabalho no sistema capitalista de produção, determinado pela mobilidade do capital. Portanto,

Expulsa do seu local de origem seguindo a trilha do capital, a classe trabalhadora é também expulsa do urbano nas áreas de valorização do solo. Sem condições mínimas de moradia lhe é reservado, por apropriação e luta, áreas sem valorização fundiária, desprovidas dos serviços necessários para a reprodução da vida. [...] O espaço da pobreza e da miséria está destinado aos migrantes vindos do campo para se “modernizarem”. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 79).

Essa realidade é bastante percebida no local, pois muitas pessoas migraram de outras regiões do próprio estado da Bahia, em busca de trabalho no contexto do Planalto de Conquista. Assim, muitos não conseguem instalar-se num só município, tendo que ir e vir em busca do trabalho, mediante as estratégias implantadas na região do pólo cafeeiro, o qual direciona a economia e as relações sociais dos municípios produtores de café do Planalto.

Pela tabela 08, é possível verificar e comparar a produção de café dos municípios do Planalto que se destacam com a maior produtividade, conforme dados do IBGE 2009 e Censos Agropecuários 2006.

Se comparar a área dos estabelecimentos que se destinam à cafeicultura com a área plantada e colhida (da maioria dos municípios em estudo) chega-se a várias conclusões, entre elas, que a produção cafeeira representa poucas áreas das terras plantadas, em relação ao total das terras das propriedades. Outra inferência refere-se ao resultado das lavouras, isto é, ao rendimento da produção em determinados municípios, como é o caso de Planalto, Encruzilhada e Poções, vez que a produção não contempla o total da área plantada, reduzindo de maneira significativa a área colhida.

É importante ressaltar que as áreas de produção de alguns municípios têm reduzido de maneira considerável, isto é, nos censos anteriores Barra do Choça que é o maior produtor, concentrava uma área maior destinada à cafeicultura. Segundo informações dos órgãos ligados ao setor, esse fato deve-se à falta de tecnologias e investimentos na cafeicultura local, bem como às mudanças climáticas que vêm sendo verificadas nas últimas décadas.

Para os produtores, esse fato se dá pela falta de investimentos financeiros para a atividade, conforme foi mencionado durante as entrevistas. Numa delas o produtor argumenta: “Isso ocorre por conta dos investimentos que são poucos com juros altos, o governo não dá a atenção devida para a agricultura, ele não enxerga a importância da agricultura para esse país⁷”. Nos demais municípios que estão localizados em áreas mais secas, essa situação é

⁷ Este texto é parte da fala de um camponês que é presidente de uma associação agrícola no município de Barra do Choça, que cedeu entrevista para a pesquisadora em julho de 2009.

mais grave ainda, pois o café necessita de uma grande quantidade de água para melhorar e aumentar a produtividade.

TABELA 07 – Produção Anual de Café – Municípios do Planalto da Conquista/BA - 2009

Municípios em Estudo	Área total dos estabelecimentos agrícolas (hectare)	Área Plantada (hectare)	Área Colhida (hectare)	Produção em toneladas
Barra do Choça	58.750	18.400	18.400	20.976
Vit. da Conquista	190.419	10.000	10.000	9.000
Encruzilhada	58.008	5.440	3.600	2.808
Ribeirão do Largo	59.426	2.560	2.560	1.536
Planalto	53.693	2.100	1.680	1.260
Poções	59.703	1.800	1.440	1.037
TOTAL	479.999	40.300	37.680	36.617

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2009.

Organização: Venozina de Oliveira Soares

As áreas equivalentes destacadas, muitas vezes não se destinam apenas para a cafeicultura. Muitas dessas áreas se intercalam entre várias outras culturas, inclusive para o abastecimento de alimentos nas feiras locais. Mas essa realidade abarca apenas os pequenos produtores de café, isto é, os camponeses, que muitas vezes plantam banana, feijão e milho, juntamente com o café, driblando a situação entre a produção de café e os produtos para a subsistência, no sentido de fomentar a renda familiar, haja vista que se insere na mesma conjuntura comercial dos grandes produtores, mas com pouquíssima ou nenhuma estrutura no que se refere à concorrência de mercado.

Essa demonstração evidência a realidade da cafeicultura local, de modo especial de Barra do Choça que se destaca com expressiva área plantada e uma produção bastante significativa frente aos demais municípios produtores, por isso está sendo destacado com maior ênfase nesta pesquisa. Em seguida, desponta Vitória da Conquista como segundo produtor de café da região, embora tenha representatividade diferenciada entre seus concorrentes, visto ser o centro polarizador do Sudoeste Baiano.

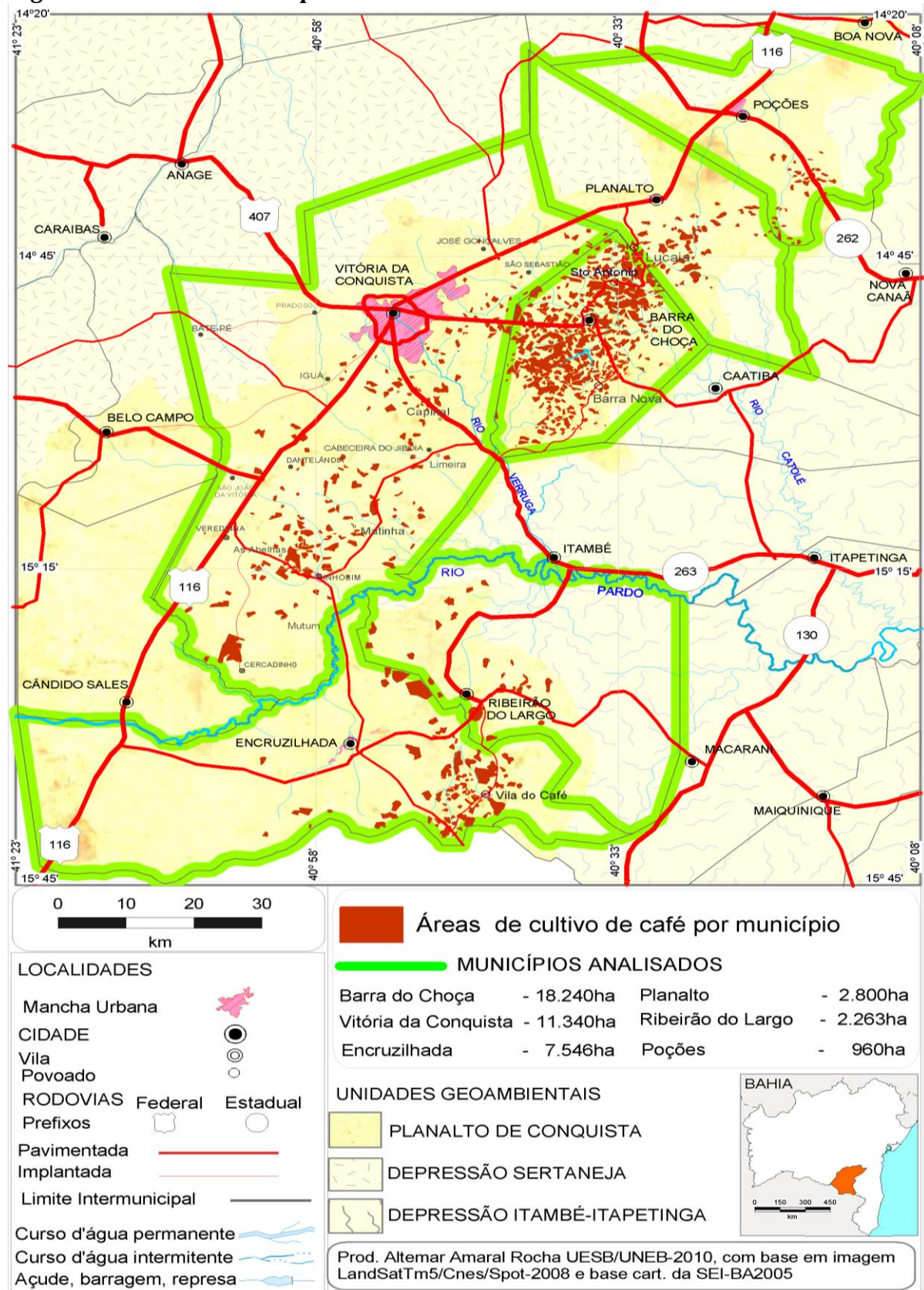
Encruzilhada é o município que apresenta uma maior produção de café entre os municípios restantes. Ribeirão do Largo que faz divisa com este último, também se apresenta com uma boa produção de cafezais e atualmente começa a concorrer com a cultura do

eucalipto que se alastra pelas áreas circunvizinhas. Planalto também se apresenta com cafeicultura forte no contexto do Planalto de Conquista, além de se destacar com uma grande quantidade de camponeses que produzem café. Dentre os seis municípios destacados nesta pesquisa, Poções é o menor produtor de café, visto que nos últimos anos erradicou muitas lavouras, as quais foram substituídas pela produção de bananas, que atualmente ocupa áreas consideravelmente maiores, mesmo plantadas em consórcio com o café.

Toda a área de café dos municípios do Planalto da Conquista equivale a aproximadamente 40 mil hectares. Geralmente, a média plantada de um pequeno cafeeiro é de 3,6 hectares com uma produção média de 12 sacas/ha. Os médios e grandes cafeeiros se destacam com áreas superiores a 50 hectares, com produção média de 40 sacas/ha. Os pequenos produtores estão longe do ideal de produção, conforme é demonstrado. Todavia, essa produção poderia alcançar patamares bem melhores se houvesse maiores investimentos para o trato dos cafezais, como adubação periódica, irrigação, limpa e outras tecnologias simples e constantes, como é o que acontece com as fazendas dos grandes cafeicultores do Planalto, que geralmente chegam a uma produção de até 60 sacas/ha (DUTRA NETO, 2004).

Conforme se observa na figura 5, só nos municípios em estudo, o cultivo do café concentra áreas produtoras de aproximadamente 44 mil hectares. Todavia, é importante lembrar que os dados, referentes à produção de café, representados aí correspondem ao ano de 2005, cuja fonte é da SEI-BA, enquanto que os dados da Tabela 08 são do IBGE de 2009. Assim, verifica-se que nestes últimos quatro anos houve uma redução considerável na produção de café no Planalto, cuja situação retrata as crises dessa atividade na região, que são evidenciadas pelo processo de precarização crescente, muitas vezes, promovido pela reestruturação produtiva do capital, que tem contribuído de maneira significativa para o aumento das mazelas no campo, com a conseqüente redução da produção em pequena escala.

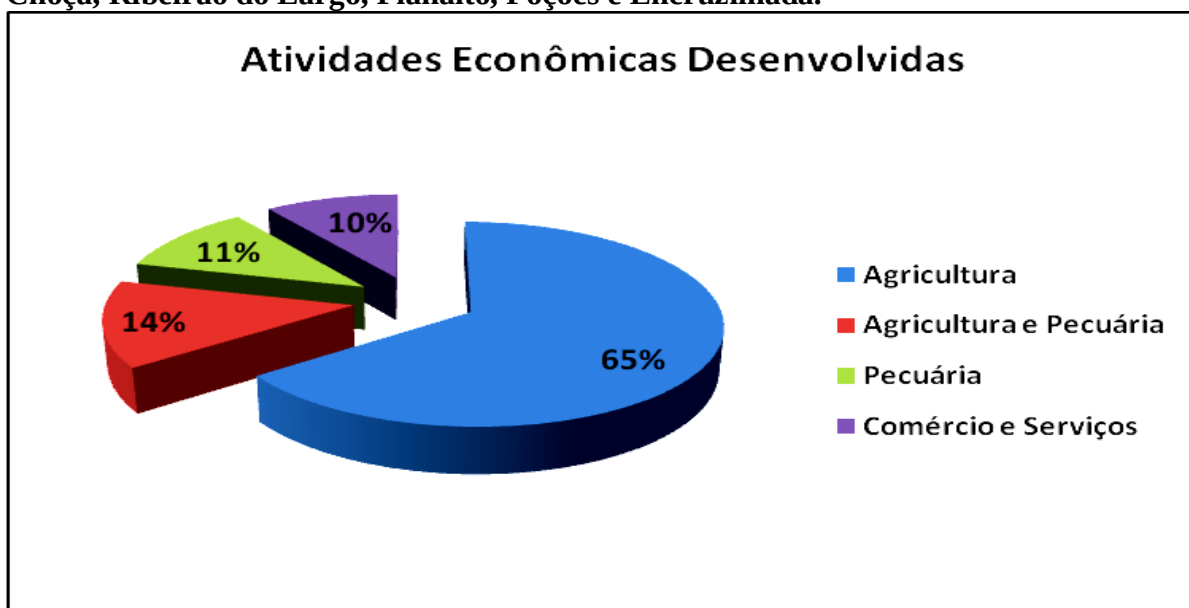
Figura 5 – Planalto da Conquista – Áreas de Cultivo de Café- 2010



Fonte: (SEI/BA, 2005) Prod. Altamar Amaral Rocha (dados fornecidos pela SEI e pela pesquisadora-Venezina de Oliveira Soares).

A Figura 06 evidencia o percentual das principais atividades econômicas desenvolvidas nos municípios em estudo, com exceção de Vitória da Conquista que exerce o papel de pólo da Região Econômica do Sudoeste Baiano. O percentual da atividade agrícola é bastante considerável, visto que representa 78% do total, acompanhada de outras atividades também relacionadas ao campo, como é o caso da pecuária que se destaca com 12%, muitas vezes consorciada com o café. O comércio e os serviços representam muito pouco, reafirmando a importância que deve ser dada à questão da estrutura agrária e da produção agrícola dessa região.

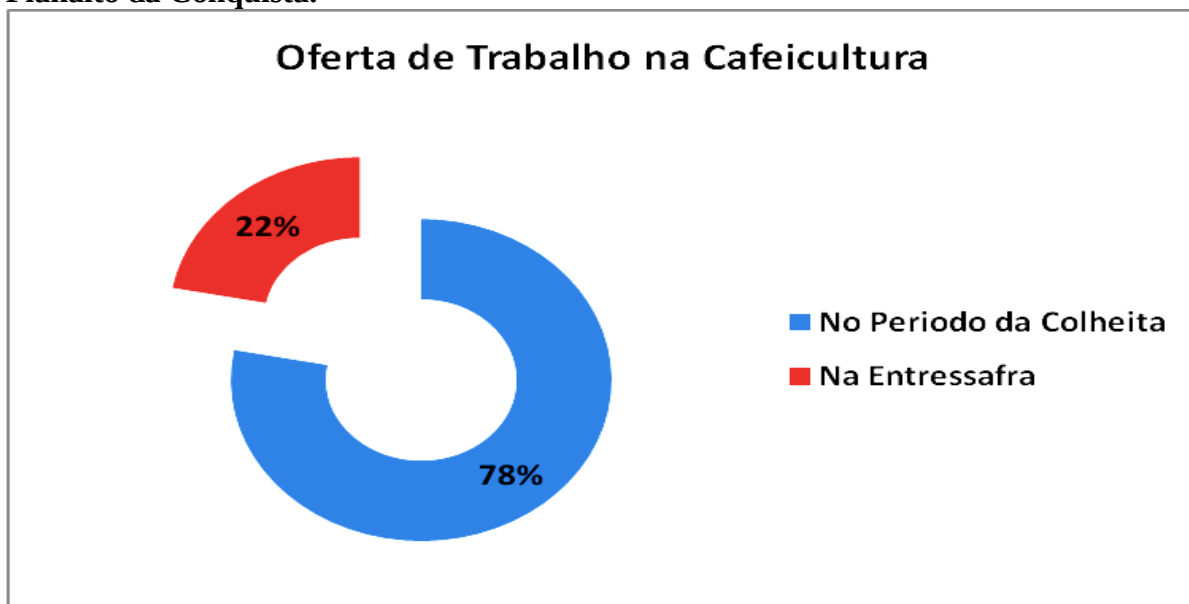
Figura 6 – Setores de atividades econômicas predominantes nos municípios de Barra do Choça, Ribeirão do Largo, Planalto, Poções e Encruzilhada.



Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 2006. Organizado pela autora
Organização: Venozina de Oliveira Soares

Esses dados possibilitam várias inferências: uma é a que se refere à oferta do emprego, que concentra basicamente no período da safra do café, e reduz bruscamente na entressafra, (Figura 7). A outra é a que se remete à área destinada para a produção, visto que pela lógica, o café ocupa uma área um tanto considerável em relação às demais atividades, estabelecendo uma situação de desequilíbrio entre as terras destinadas para a produção agrícola destes municípios. Este fator mostra a prioridade que é reservada para as atividades agrícolas de monocultura que são destinadas ao mercado internacional, menosprezando, portanto, as atividades produtivas para o abastecimento local.

Figura 7 – Sazonalidade da oferta de trabalho na cafeicultura na região do Planalto da Conquista.



Fonte: Pesquisa de campo – outubro /2009 a julho/2010
Organização: Venozina de Oliveira Soares

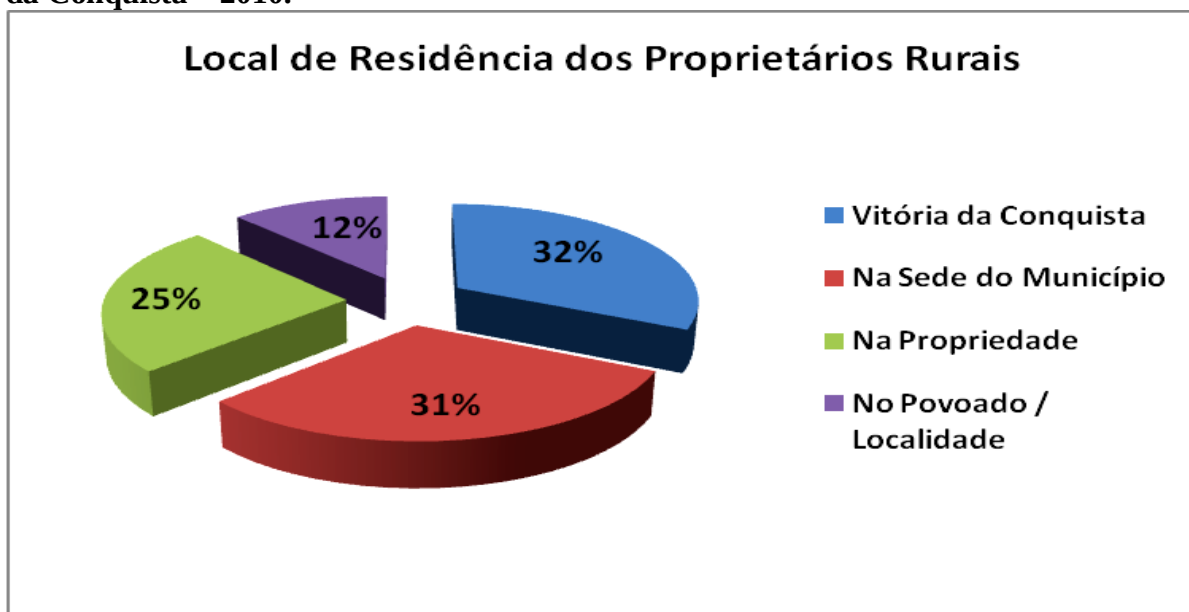
O percentual do local de residência dos proprietários rurais destes mesmos municípios (Figura 08) é importante para compreender melhor a realidade discutida, pois permite a interpretação acerca dos investimentos da renda auferida com a atividade cafeeira desenvolvida no Planalto. Como se verifica 48% dos donos de terras reside em outros municípios, sendo que destes, a maioria, 32% moram em Vitória da Conquista. Esse fator vem resultar na continuidade da pobreza e dependência econômica e estrutural desses municípios em relação a Vitória da Conquista, como é o caso da saúde, educação, serviços em geral e outros.

É notória a disparidade entre ganhos e perdas, seja em qualquer setor da economia regional, pois os lucros oriundos da comercialização do café concentram na maior e mais bem estruturada cidade (Vitória da Conquista), onde residem os médios e grandes produtores, que reproduzem o seu capital, obedecendo à “lógica da modo de capitalista de produção”.

Essa é uma consequência indiscutível, pois permite compreender que os pequenos municípios que desenvolvem as monoculturas de exportação convivem com uma dúbia realidade, ou seja, com uma agricultura empresarial que simboliza a “modernidade” ao mesmo tempo em que desenvolve a agricultura camponesa, considerada muitas vezes pela expressão da incapacidade de reproduzir com a mesma intensidade das grandes e médias

propriedades, haja vista a situação conservadora que se repete, demonstrando sempre os constituintes da formação histórica do campo no Brasil (PRADO JR, 1994).

Figura 8 – Local de residência dos proprietários rurais (cafeicultores) do Planalto da Conquista – 2010.



Fonte: Pesquisa de campo – outubro /2009 a julho/2010

Organização: Venozina de Oliveira Soares

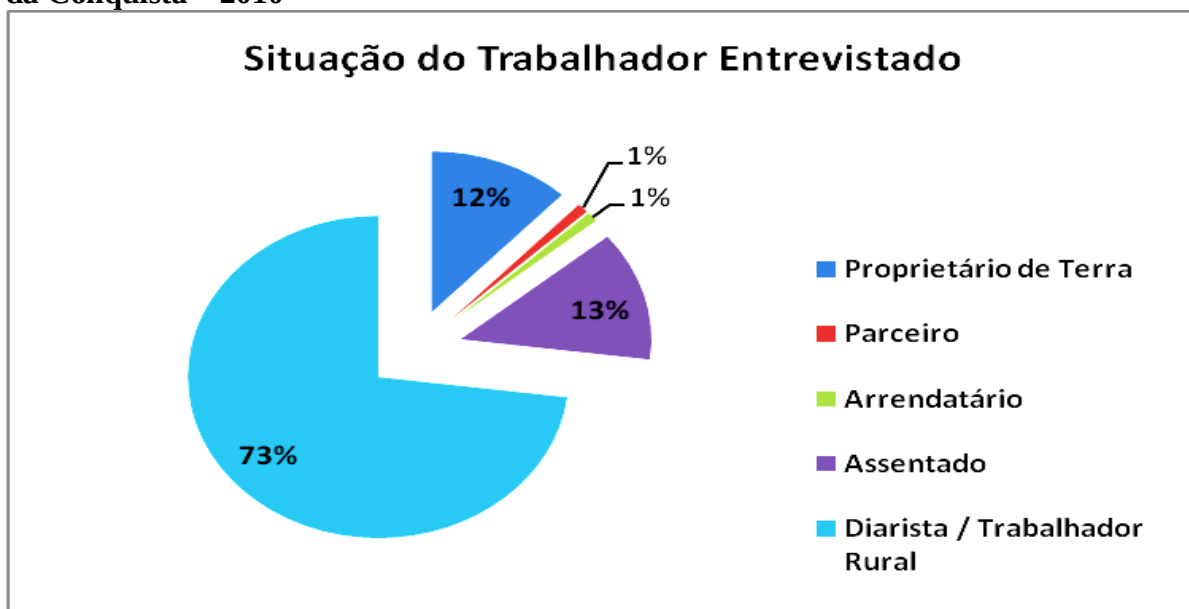
Outro dado importante representado no gráfico refere-se aos proprietários que residem na propriedade, ou seja, 25% dos entrevistados. Estes, em sua maioria, são camponeses, que detêm poucas áreas de terras e sobrevivem entre os grandes e médios produtores de café, que ora vendem sua mão-de-obra na cafeicultura, ora desenvolvem o trabalho familiar, cumprindo os dois papéis, no sentido de manter a sobrevivência. Todavia é importante também considerar os proprietários que residem nas localidades rurais no entorno das unidades de produção ou mesmo aqueles que residem nas pequenas cidades. Com exceção dos que residem em Vitória da Conquista, os demais somam 68%. Destes, todos são pequenos ou micro produtores.

Esse dado vem ressaltar a importância que se deve atribuir aos camponeses, que mesmo não ficando imune aos efeitos do processo de “industrialização da agricultura” continuam na luta, insistindo em desenvolver suas atividades e tentando reafirmar o seu papel enquanto *classe*, lado a lado dos grandes empreendimentos agroindustriais, como é o caso da realidade estudada. Nos pequenos municípios do Planalto, essa questão deve ser levada

sempre em consideração, por se tratar de um território em que a produção agrícola é considerada o carro-chefe entre as demais atividades econômicas desenvolvidas (KAGEYAMA 1996).

Nessa área, os trabalhadores que têm terra e se desdobram entre sua propriedade e o trabalho no cafezal do seu entorno representam 12% (Figura 09). Estes exercem o duplo papel durante o ano agrícola: ou seja, trabalham na sua pequena propriedade e se desdobram no período da colheita do café nas fazendas maiores que ficam no entorno de suas propriedades. Neste caso, no processo produtivo dos camponeses, as relações são estabelecidas com certa autonomia e controle. Assim, “Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. [...], pois este é conhecedor do processo de produção” (FABRINI, 2008, p. 260).

Figura 9 – Situação do trabalhador entrevistado nas fazendas de café do Planalto da Conquista – 2010



Fonte: Pesquisa de campo – outubro /2009 a julho/2010
Organização: Venozina de Oliveira Soares

O sistema de parceria na cafeicultura local é praticamente inexistente, pois é muito pequena a representatividade, quando ocorre é apenas no que se refere à colheita da pequena produção. Os arrendatários também, praticamente não têm representatividade na cafeicultura do Planalto, visto que é apenas de 1%. No caso da região em estudo, prevalece uma grande

maioria de trabalhadores desprovidos de terra, isto é, apenas trabalhadores rurais, que corresponde a 73% dos trabalhadores vinculados a atividade cafeeira.

Os assentados representam uma boa parte de trabalhadores da cafeicultura regional. Isto, porque na área em estudo apenas o município de Planalto não tem assentamentos de reforma agrária. Barra do Choça tem três assentamentos, Poções tem quatro, Vitória da Conquista tem doze, Encruzilhada e Ribeirão do Largo se empatam com quatro assentamentos, cada um. Muitos dessas famílias assentadas são produtoras de café. Nos municípios de Barra do Choça e Ribeirão do Largo a quantidade de assentados que produz café é consideravelmente maior que nos demais municípios. E é importante destacar, que todos que cultivam o café, dispõem de recursos do PRONAF.

Essa é uma demonstração das transformações e contradições vivenciadas no contexto do Planalto da Conquista, pois a partir da década de 1970, o MST começa a ganhar expressão no território da Bahia, tendo em vista que as áreas de terras improdutivas ainda são um tanto representativas. Até essa década, não havia assentamentos de reforma agrária na região do Planalto, pois essa realidade começa a se despertar no Brasil a partir da década de 1960 e se intensifica na década de 1980, quando a Reforma Agrária toma rumos mais positivos, com o “Plano Nacional de Reforma Agrária/PNRA, instituído pelo Decreto 91.766 de outubro de 1985, que passa a beneficiar posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários” (MORISSAWA, 2001, p. 107).

Percebe-se, portanto, que os assentamentos de Reforma Agrária do Planalto da Conquista não estão associados apenas aos interesses pelas terras em função da cafeicultura, essa distribuição da terra no Estado da Bahia ocorre num contexto de igual interesse, que se dá prioritariamente entre o período de 1985 a 1987, quando as organizações sociais ligadas ao MST instituem a luta pela na terra. Inicialmente essa luta ocorre na microrregião do Extremo Sul, com a articulação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e Pastoral da Juventude (PJ), posteriormente, se acirra nas demais regiões da Bahia (MORISSAWA, 2001).

Todavia, com exceção de Poções, nos demais municípios produtores de café do Planalto de Conquista, a realidade da estrutura agrária não é muito diferente, pois é definida de acordo com os interesses da cafeicultura que também é o carro-chefe, isto é, destaca-se como a principal atividade econômica, apresentando os mesmos problemas já salientados, bem como as mesmas características no que se refere à organização e comercialização da cadeia produtiva do café.

Todos os municípios evidenciados nesse estudo apresentam estrutura fundiária com concentração de terras (dados da tabela 09). Embora o café seja bastante representativo, As áreas destinadas a ele são bastante reduzidas, ou seja, quase todas as unidades produzem café, porém, ocupa poucas áreas de terras com essa atividade. Além disso, todos os municípios apresentam produtores com forte dependência financeira em torno do crédito agrícola, tanto de pequenos produtores que dispõem do PRONAF, como dos médios e grandes produtores que recorrem aos programas de financiamentos, a exemplo do FNE e outros. Além do mais, todos buscam a reestruturação da produção, incrementando tecnologias simples e complexas, no sentido de continuar na concorrência do mercado.

Assim, a monocultura permanece como a principal atividade econômica desenvolvida, determina as relações de produção, a divisão social e territorial do trabalho e todas as demais relações vinculadas à cadeia produtiva do agronegócio no contexto da microrregião do Planalto da Conquista, estendendo-se para a região Sudoeste da Bahia.

Tabela 08 – Representatividade do percentual da produção de café por número de propriedades dos municípios em estudo

Municípios	Menos de 10 mil pés	10 a 50 mil pés	51 mil a 100 mil pés	Mais de 100 mil pés
Barra do Choça	67,3	18,8	8,7	5,2
Vitória da Conquista	21,8	59,8	11,9	6,5
Encruzilhada	56,2	23,8	13,8	6,2
Ribeirão do Largo	63,6	19,6	11,4	5,4
Planalto	66,0	16,4	12,3	5,3
Poções	26,8	30,8	23,6	18,8
TOTAL	315,7	165,2	81,7	37,9

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 2006

Organização: Venozina de Oliveira Soares

Conforme se observa, com exceção de Vitória da Conquista e Poções, nos demais municípios estudados, o percentual de pés plantados se concentra em torno de 10 mil covas, ou seja, prevalece uma grande quantidade de pequenas lavouras de café. Todavia, na proporção que aumenta o número de covas, reduz a quantidade de lavouras. Isto é, as grandes lavouras somam a minoria, mas com maioria de covas plantadas.

Individualmente, a quantidade de café plantada nas pequenas propriedades é consideravelmente inferior, mas no total ela passa a considerar uma produção expressiva. Essa característica da cafeicultura do Planalto é bastante diferente da cafeicultura do Sudeste

do Brasil, pois assume um caráter da agricultura comercial, mas abrange também a agricultura camponesa, visto a grande quantidade de pequenas áreas produtoras de café.

A partir dessa realidade observada pode-se compreender como é possível conviver lado a lado grandes e pequenos produtores, capitalistas e camponeses, cada qual com a sua realidade, porém diante da dinâmica produtiva que, disfarçada nas entranhas do capital, completa-se numa engenhosa e estratégica sobrevivência, contemplando, mesmo de maneira contraditória, todos aqueles envolvidos no processo, garantindo a reprodução ampliada dos primeiros e a reprodução simples dos segundos.

As Figuras numeradas de 10 a 17 representam, respectivamente, a realidade de duas unidades de produção de café: Ambas executam o mesmo trabalho e com a mesma eficiência. Porém, a primeira (que é de uma unidade camponesa) desenvolve as atividades de secagem do café em coco ou despulpado com tecnologia simples, porém, tão eficiente quanto a segunda, que desenvolve as mesmas atividades, porém, com tecnologia muito mais avançada, cujo empreendimento é de uma grande propriedade.

FIGURAS 10 e 11 – ESTUFAS DE SECAGEM DE CAFÉ: UNIDADES DE PRODUÇÃO CAMPONESAS NOS MUNICÍPIOS DE PLANALTO E BARRA DO CHOÇA, RESPECTIVAMENTE

Fig. 10



Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho-agosto de 2010. Fotos: Venozina Oliveira.

Fig. 11

Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho-agosto de 2010. Fotos: Venozina Oliveira.

Figuras 12 e 13 – ESTRUTURAS PARA O TRATO PÓS-COLHEITA DO CAFÉ DE UMA PEQUENA UNIDADE DE PRODUÇÃO / PLANALTO/BA

Fig. 12

Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho-agosto de 2010. Fotos: Venozina Oliveira.

Fig. 13

Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho-agosto de 2010. Fotos: Venozina Oliveira

Figura 14 – TERREIRO SECADOR – PROPRIEDADE DE GRANDE PORTE / BARRA DO CHOÇA, 2010



Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho-agosto de 2010. Fotos: Venozina Oliveira.

Figura 15 – PARTE INTERNA DA USINA DE BENEFICIAMENTO – PROPRIEDADE DE GRANDE PORTE / BARRA DO CHOÇA, 2010



Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho-agosto de 2010. Fotos: Venozina Oliveira.

Figuras 16 – DESPOLPADOR DE CAFÉ – GRANDE PROPRIEDADE / BARRA DO CHOÇA, 2010.



Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho-agosto de 2010. Fotos: Venozina Oliveira.

Figura 17 - TANQUES DE DEGOMAGEM DE CAFÉ E RECICLAGEM DE ÁGUA – GRANDE PROPRIEDADE / BARRA DO CHOÇA, 2010



Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho-agosto de 2010. Fotos: Venozina de Oliveira

Conforme pode ser observado, a diferença básica entre as grandes e as pequenas lavouras de café, encontra-se nos investimentos com adubação química no devido período, irrigação, assistência técnica, beneficiamento e, principalmente, capacidade de articulação no processo de comercialização, pois geralmente os pequenos produtores vendem seu produto para atravessadores, por falta de organização, conhecimento técnico e também pelo fato de não terem condições de esperar o melhor período de comercialização. Com os grandes cafeicultores esse processo não se repete, pois disponibilizam de melhores condições financeiras e maior conhecimento técnico, inclusive dos mercados nacionais e internacionais de comercialização.

No que se refere a esse assunto,

Existem alguns gargalos no que diz respeito à comercialização, entre os quais se destacam: produção de cafés de baixa qualidade; falta de organização dos produtores; oscilação de preços do produto no mercado. Diante dessas dificuldades, o Comércio Justo surge com uma alternativa viável para a comercialização do café, pois garante que o mesmo seja vendido por um preço mínimo, cobrindo os custos de produção e permitindo que o produtor obtenha lucratividade. E ainda é incentivada a produção de cafés de qualidade (NASCIMENTO, et al 2009, p. 02).

Este panorama leva a considerar a importância atribuída aos negócios do café, conforme já enfatizado, visto que as atividades destinadas ao agronegócio estão diretamente atreladas à cadeia produtiva, sempre apontando para a concorrência do mercado. Na área em estudo, a comercialização acontece sempre no município de Vitória da Conquista, que é o pólo de maior importância no contexto do Planalto, onde concentra a maioria do contingente populacional, a maior oferta dos serviços de vários segmentos, fazendo com que a cidade seja sempre destacada entre as demais do seu entorno, expandindo-se cada vez mais em todos os segmentos socioeconômicos, políticos e estruturais, além de sobressair como grande pólo de industrialização e comercialização da cadeia produtiva do agronegócio cafeeiro.

Neste contexto,

[...] a cidade de Vitória da Conquista é considerada o centro de negócios de cafés da Bahia; por ela passa o maior volume de café produzido e comercializado de todo o estado. Todos os municípios do Sudoeste e parte dos municípios do estado enviam café para ser comercializado nessa cidade, e é nela que se encontra a maior cooperativa de café da Bahia, a Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense, que possui armazéns para estocagem de mais de 150 mil sacas de café e neles são processadas mais de 500 mil sacas de café por ano. É também na cidade de Vitória da Conquista que se encontram as empresas compradoras e exportadoras de café, o que obriga os produtores a procurarem a cidade para comercializarem sua produção (DUTRA NETO, 2008, p. 136).

Todavia, é importante assinalar que apenas 1,92% dos produtores da região exportam o café diretamente para o mercado externo. A grande maioria vende seu produto ao atravessador ou para o chamado “comprador avulso”, este tipo de comércio do café atinge cerca de 60% dos produtores, que geralmente, comporta a maioria de pequenos cafeicultores. É comum os grandes produtores recorrerem aos corretores do café, visto que têm maior capacidade de agregar valor ao produto, como também de ampliar os horizontes do mercado (DUTRA NETO, 2008).

Na Tabela 10 pode-se verificar a forma de comercialização do café na Região Sudoeste da Bahia. A sigla GP representa os grandes proprietários, MP médios e PP se referem aos pequenos proprietários, que são os mais vulneráveis nessa cadeia produtiva de café na área em que se refere.

Tabela 09 – Comercialização de café no Sudoeste da Bahia, 2009

Tipos de Comércio	GP	%	M P	%	PP	%	Total	%
Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Associação	-	-	-	-	4	2	4	1,54
Corretor	26	96	39	76	33	18	98	37,69
Atravessador/comp. avulso	1	4	12	24	145	80	158	60,77

Fonte: DUTRA NETO (UESB, 2008).

Organização: Venozina de Oliveira Soares

Conforme se observa, há uma grande predominância da comercialização do café por parte dos “atravessadores”, principalmente quando se refere aos pequenos produtores, que são inseridos de forma subordinada no processo de comercialização do café. Isto porque essa é uma prática um tanto complexa, porque o cafeicultor deve ter maior acesso e conhecimento das melhores corretoras, aquelas que são credenciadas na BM&F. Estas geralmente não estão instaladas no contexto do Sudoeste da Bahia. Ainda segundo o autor, o percentual dos produtores que realizam negócios com tais corretoras, ainda é muito insignificante, ou seja, apenas 1,54%. Dentre eles, 11% somam a parcela dos grandes empreendedores e apenas 2% dos médios produtores (DUTRA NETO 2008).

Conforme já enfatizado, esses grandes e médios empreendedores do café, seja produtor ou comprador direto e indireto, são moradores de Vitória da Conquista, onde investem os lucros como os negócios oriundos do café, que, conseqüentemente, promovem outros empreendimentos. Assim, atualmente o município detém maiores índices de desenvolvimento e crescimento econômico, com comércio forte e serviços de maior e melhor qualidade, liderando os setores de saúde e educação, além do constante investimento na construção civil, em função do crescimento da cidade.

Porém, nos pequenos municípios do entorno da área produtora, bem como naqueles que são produtores, é notável o aumento da pobreza e da miséria, por conta do aumento populacional e a disseminação das mazelas produzidas nas periferias dessas cidades, as quais são desprovidas das condições mínimas necessárias para conviver com essa nova realidade, vez que recebe um grande contingente da população expulsa do campo, como também de outras cidades menores, em função desse mesmo processo.

Em todos os municípios produtores estudados, o café é o carro-chefe no rol da produção agrícola, se destacando com um percentual 57,2% do valor da produção. Assim, a estrutura da produção é basicamente fundamentada na monocultura cafeeira, pois desde o período da sua implantação tem demandado atenção especial, com garantias creditícias e estruturas das políticas públicas voltadas para a sua atenção, pois, sendo um produto de grande destaque na pauta de exportação do Brasil, e desde muito tempo com a sua chegada no país, carrega consigo as marcas de uma estrutura agrária concentradora, sempre voltada para atender à economia de mercado que sempre teve privilégio nesse país.

Com exceção de Barra do Choça que situa-se entre a mata atlântica e o agreste, com predominância de floresta estacional decidual e semidecidual e com maior umidade climática, todos os outros municípios dividem suas áreas entre as regiões de Mata e Caatinga. Esta é uma característica que os diferencia, levando a compreender a situação específica de cada um

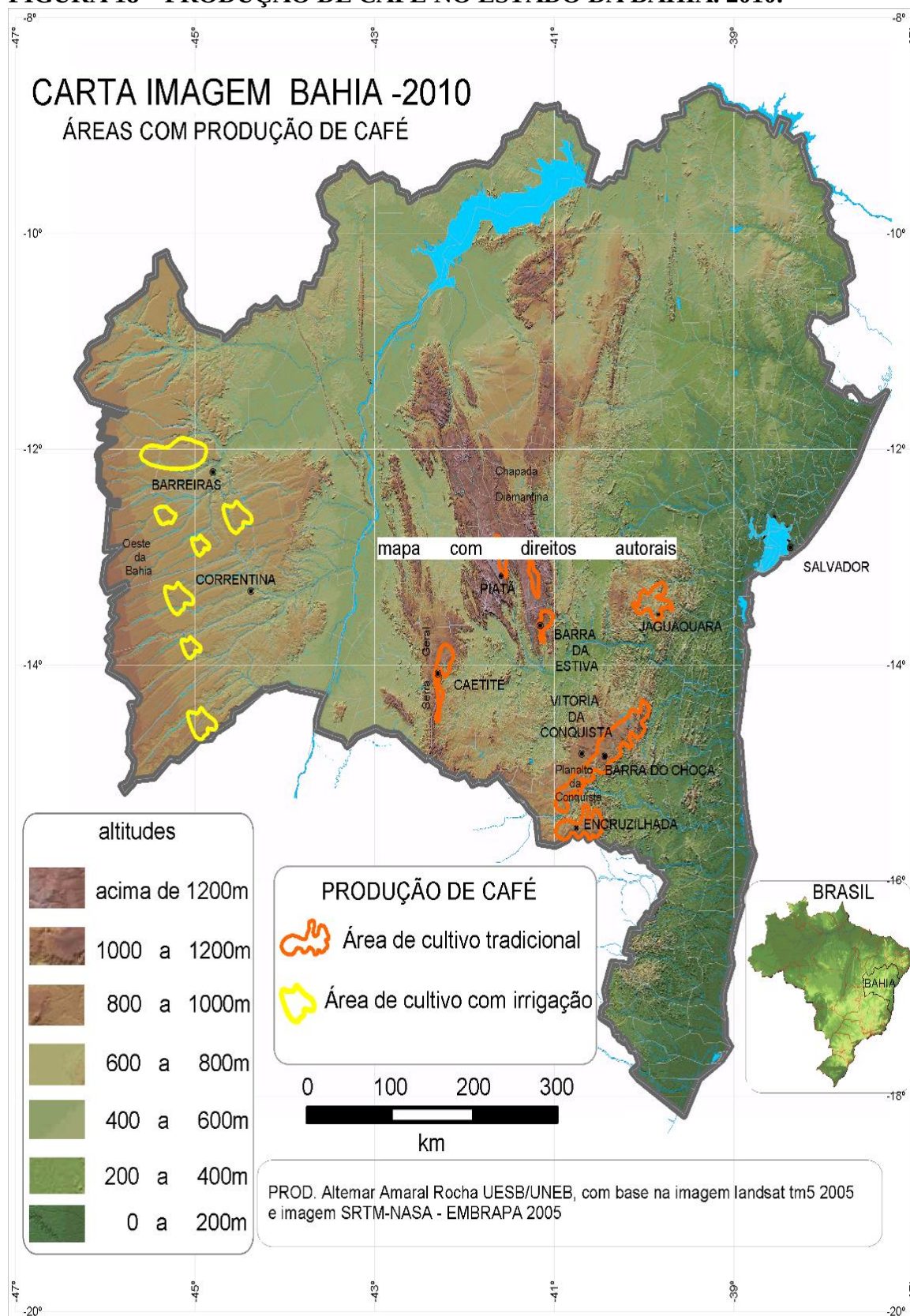
(Figura 18). Todavia, as questões relacionadas às políticas públicas para a agricultura, bem como aquelas atreladas ao modo de organização socioeconômica, ambiental e estrutural, não se diferem em nenhum desses municípios.

Os grandes e médios produtores, que em sua maioria residem em Vitória da Conquista, não dependem diretamente da organização pública no que se refere aos projetos de crédito para angariarem recursos creditícios. Geralmente eles recorrem aos profissionais liberais, bem como às empresas prestadoras de serviços. No que se refere à assistência técnica, os grandes e médios produtores contratam profissionais particulares, em função da diferença no tratamento dos cafezais. Os pequenos cafeicultores geralmente disponibilizam de assistência técnica dos órgãos governamentais (EBDA, SEAGRI e outras Secretarias locais), visto que já é inclusa nos pacotes do PRONAF.

Todavia, é interessante destacar que alguns pequenos produtores também se preocupam em produzir cafés de qualidade, pois aplicam pequenas e importantes tecnologias no sentido de agregar maior valor ao produto. É claro que nem todos disponibilizam dessas pequenas tecnologias, a maioria pela falta de recursos financeiros, outros porque não se articulam no sentido de buscar as melhorias implantadas para o setor. Sem sombras de dúvidas, esse fato ocorre em função da desqualificação do pequeno proprietário, como também pelo descaso com que é tratado. Assim, grandes, médios e pequenos sobrevivem com o negócio do café, cada um buscando a sobrevivência de acordo com as suas condições que lhes são impostas, trilhando a lógica do modo de produção vigente, numa intrínseca relação de “subordinação ao capital”.

Convém destacar, no entanto, que a classificação de pequenas, médias e grandes lavouras é relativa, pois deve sempre levar em consideração o contexto a que se refere. No caso desse estudo, trabalha-se com a realidade da média de áreas plantadas, bem como no que se referem ao resultado da produção, tecnologias instaladas, utilização de insumos, máquinas e equipamentos, como também em relação ao nível de informação e preparo do produtor.

FIGURA 18 – PRODUÇÃO DE CAFÉ NO ESTADO DA BAHIA. 2010.



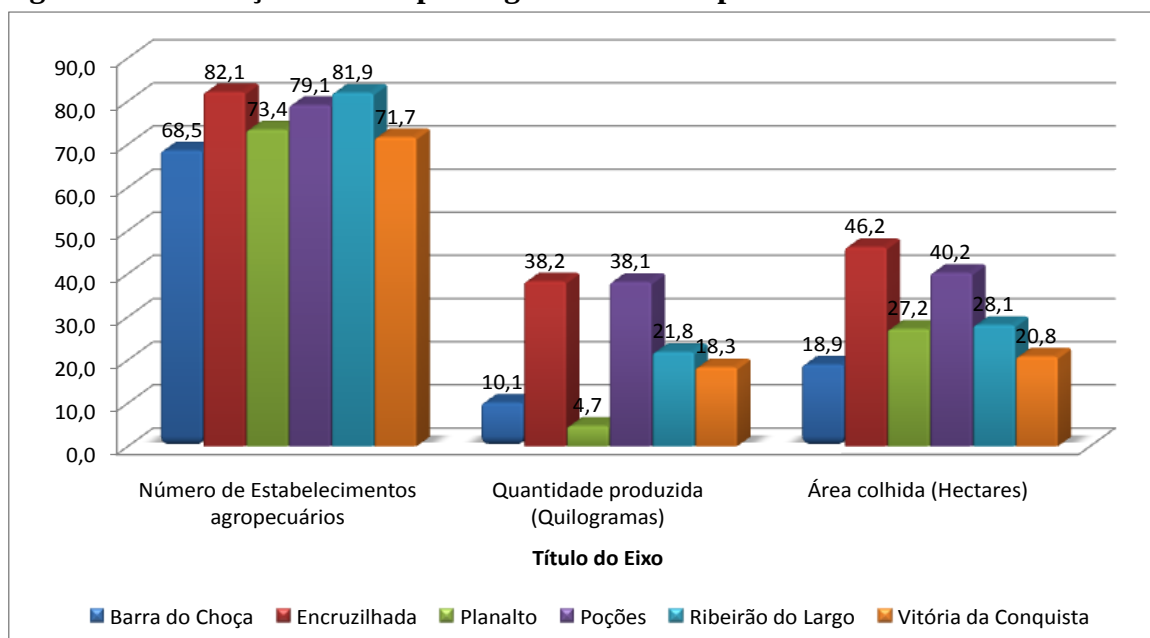
Fonte: (EMBRAPA 2005). Prod. Altemar Amaral Rocha, 2010.

3.5 A Oposição Agronegócio X Campesinato no Planalto da Conquista/BA

Esta pesquisa permitiu que se conhecesse um pouco mais sobre a estrutura agrária dos municípios do Planalto da Conquista, os quais se destacam na produção de café. Assim, evidencia-se a participação efetiva de pequenos agricultores na produção cafeeira, seja enquanto pequeno produtor seja enquanto trabalhador que se desdobra entre a sua propriedade e nas propriedades de médio e grande porte do seu entorno. Portanto, está aí a razão pela qual se optou em refletir sobre o agronegócio cafeeiro e as relações com o campesinato no espaço em estudo.

Todos os municípios abordados neste estudo se destacam com expressiva participação de pequenos produtores de café, isto é, de camponeses, os quais somam a maioria no que se refere ao número de unidades produtoras, conforme evidenciado na Figura 19.

Figura 19 – Produção de Café pela Agricultura Camponesa – 2006



Fonte: IBGE: Censo Agropecuário, 2006.
Organização: Venozina de Oliveira Soares

A partir dos dados elucidados no gráfico, podem-se constatar as argumentações que vêm sendo feitas ao longo desse estudo, pois a cafeicultura familiar é bastante expressiva, mesmo considerado o resultado da baixa produtividade, em função da falta de investimentos em insumos agrícolas. Esse fato faz com que as unidades familiares não concorram com a

produção dos médios e grandes produtores, muito menos com a qualidade do café produzido, visto a disponibilidade de recursos investidos por esses últimos.

Todavia, em função dos concursos de cafés de qualidade que são realizados anualmente no Sudoeste da Bahia, alguns produtores de pequeno porte muitas vezes concorrem com uma pequena produção de cafés de qualidade, inclusive, alguns já se classificaram numa situação melhor que os grandes e médios, mas isso é muito pouco representativo, se considerar o universo como um todo.

Quando se trata das grandes lavouras, existe uma quantidade menor de propriedades, porém, com maiores áreas de terras, concentrando, evidentemente, as melhores fazendas de café, ou seja, as que garantem sempre uma boa produção e melhor qualidade do produto. Isso porque, na atual conjuntura, o território deve ser pensado considerando a conflitualidade e as disputas de territórios que existem entre o campesinato e o agronegócio, os quais formam modelos diferentes de desenvolvimento e, conseqüentemente, divergência de territórios, espacialidades organizacionais e paisagens geográficas inteiramente distintas (FERNANDES, 2008).

Nesta condição temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem, caracterizada [...] pela monocultura e pelo produtivismo para exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado [...] pela produção diversificada de alimento [...]; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das commodities que se utilizam dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008, p. 296).

Essa é a estratégica de sobrevivência em que convivem o campesinato e o agronegócio, de um lado favorecendo aos interesses econômicos e políticos da lógica de expansão do capitalismo, de outro lado, trilhando a lógica da sobrevivência e alienados pelo *fetichismo do capital*⁸. Assim, os camponeses são levados também a participarem desse processo, haja vista a insistência em sobreviver no campo, mesmo enfrentando as dificuldades e adversidades frente aos grandes desafios que têm apresentado, tentando considerar e preservar o seu modo de vida, que tanto tem sido colocado em evidência.

⁸ Postulado por Karl Marx, em o Capital, o fetiche da mercadoria vai de encontro à idéia de “valor de uso”. Assim, o “fetiche da mercadoria” está relacionado à fantasia, ao imaginário humano que paira sobre o objeto, que projeta neste objeto uma relação social.

Muitos desses camponeses, no entanto, se desdobram para dar conta do trabalho nas suas pequenas roças e nas médias e grandes lavouras de café no seu entorno, principalmente durante o período de colheita. Sobre esse aspecto uma camponesa que foi entrevistada enquanto colhia café numa lavoura vizinha da sua propriedade afirmou:

Enquanto eu tô aqui, ganhando um dinheirinho para o nosso sustento, meu marido tá na nossa roça, trabalhando na nossa lavoura, é uma rocinha pequena, poucos pé de café, um pouco de feijão, quando chove... mas ajuda no sustento da família. Eu e meus dois filho mais vei sai pra trabalhar nas roças aqui mais perto da nossa e os dois mais novo fica ajudando o pai. Assim nois vai tocando. A vida é uma luta, mas ai de nois se não fosse o café. Desde quando tem roça aqui, nois tudo trabalha, nunca saimo pra lugar mais longe⁹.

Conforme é evidenciado, as famílias se desdobram no trabalho do café, ora cuidando da sua própria lavoura, ora trabalhando em lavouras maiores, no sentido de garantir a sobrevivência. Assim, as pequenas propriedades em torno das grandes acabam por atuar numa via de mão dupla, complementando-se (KAUSTKY, 1986).

Portanto, a participação dos camponeses nesse processo acaba sendo um resultado da produção de café. Para elucidar melhor essa participação, basta lembrar o uso dos produtos industrializados (insumos agrícolas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, maquinários e outros), haja vista que o processo de reestruturação nas áreas de monocultura inclui todos aqueles que fazem parte da cadeia produtiva, desde o grande agricultor até os pequenos produtores, que optam pelas políticas creditícias, mediante os financiamentos garantidos pelas instituições financeiras. Assim, “o capital tem o nome de agronegócio, que procura [...] subalternizar o campesinato através da terceirização da produção [...], ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe” (FERNANDES, 2008, p. 296).

Nessa dialética contraditória, pequenos, médios e grandes produtores passam a conviver sob novas relações de produção, pautadas sob a lógica do capital, numa dinâmica cada vez mais voltada para dar sustentáculo ao processo de comercialização agrícola internacional, com é o caso da cultura do café. Nessa lógica, cabe uma ressalva muito cuidadosa quando se trata de compreender cada classe de produtores e atores envolvidos nesse

⁹ Entrevista cedida por uma camponesa que colhia café em uma das fazendas visitadas – Município de Planalto/BA, maio de 2010.

processo produtivo e de sobrevivência. Isso, para não correr o risco de considerar num mesmo patamar todos aqueles que se dedicam à produção de café na área em estudo. Assim, no intuito de compreender melhor a inserção dos camponeses na cafeicultura local, convém destacar a seguinte reflexão:

[...] a aceitação paradoxal por parte do capital do como-ser camponês está dimensionada pelos regramentos do padrão hegemônico de desenvolvimento rural que determina a adoção de formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da preponderância da organização familiar do trabalho. Essa base material de sustentação do edifício social no campo impõe aos camponeses o impasse de classe: negar o modo camponês/familiar de reprodução social, e adotar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 282-283).

Evidencia-se, dessa maneira, o reflexo das transformações no campo, demonstrando as frações do poder político das classes dominantes representadas pelos interesses dos empresários capitalistas, que vêm ganhando força e redefinindo as opções das políticas agrícolas, conservando, sobremaneira, a exclusão e/ou a dominação dos pequenos produtores e trabalhadores assalariados desse país (MOREIRA, 1999).

Nessa pesquisa, de todos os trabalhadores entrevistados, apenas 12,5% possuem terra, e destes, nem todos produzem café, e mesmo aqueles que produzem não dispõem de suficiência para garantir a subsistência, obrigando-os a complementar o orçamento como trabalhadores temporários nos cafezais. Neste contexto, é necessário ressaltar que:

[...], a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, poder etc. Ao contrário, o capital, ao realizar a sua reprodução ampliada por meio da mais valia, supera os limites de tempo e espaço, o que lhe possibilita o crescimento e a possibilidade da concentração para continuar crescendo. Esta distinção é essencial para compreendermos as diferenças entre os produtores camponeses e os produtores capitalistas (FERNANDES e WELCH, 2008, p. 167).

Mediante essa ótica, percebem-se as dificuldades de compreender a real situação do camponês, ou mais precisamente, do campesinato. No caso do território em estudo, essa

situação é perfeitamente perceptível, pois o percentual de pés de café plantada por município, expresso na Tabela 08, demonstra que a maioria dos municípios concentra a maior quantidade com menos de 10 mil pés, ou seja, as pequenas áreas comandam o plantio de cafezais do Planalto Baiano.

Porém, conforme enfatizado, as maiores propriedades somam a minoria em quantidade, mas determinam as relações de produção, de comercialização, bem como da qualidade do produto, visto que emana o poder através da concentração do capital a partir da grande produção, inclusive da própria terra que passa a ser considerada como “mercadoria”. Assim, “a raiz desse processo está sediada nos rearranjos do metabolismo do capital em escala mundial [...] é por meio das contradições imanentes ao metabolismo do capital que devemos entender a existência camponesa” (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p.278-279).

Por conseguinte, aos camponeses cabe o papel de conviver com essa situação, ora participando do trabalho nas maiores propriedades do seu entorno, ora cuidando da sua pequena produção, que vai além da produção de café, no caso da área em estudo, visto que também produzem feijão, milho, mandioca, banana e outros, tanto para o abastecimento das suas famílias, como também para comercializar o excedente nas feiras livres da região.

Assim, a economia dos camponeses pode ser entendida como mercantil, isto é, o camponês vende para comprar. Assim, o objetivo seria a satisfação das necessidades, que viria pela negociação da simples circulação de mercadorias. Portanto, “[...] A circulação simples de mercadorias – o processo de vender para comprar – serve de meio para a consecução de um fim último situado fora da circulação: a assimilação de valores de uso”. (MARX, 1956, p.125).

Nesse entendimento, prioritariamente, o trabalho do camponês tem como objetivo, a satisfação de suas necessidades, considerando que:

As únicas realidades econômicas gerais no sistema de exploração familiar são: 1) o montante bruto da exploração; 2) somas extraídas deste montante para investir em renovação de capital; 3) o orçamento pessoal da família e 4) as poupanças não investidas na própria exploração (CHAYANOV, 1966, p. 228).

Certamente, há controvérsias nas posições desses dois últimos teóricos, vez que para Chayanov, o grau de exploração da força de trabalho dos camponeses não tende a ultrapassar um limite fixo por algumas necessidades do qual dependem; se existe um excedente, o

equilíbrio tende a se restabelecer perante uma diminuição do desgaste de energia, no ano que se segue (CHAYANOV, 1966).

Na argumentação de Marx, quanto mais imerso estiver o camponês nas relações de mercado, necessidades novas surgirão seguidamente. Assim, qualquer excedente em forma de dinheiro poderá ser utilizado de maneiras diferentes (MARX 1956).

Neste entendimento, Marx e Chayanov explicam a economia camponesa por ângulos diferentes. Marx argumenta que a simples produção mercantil jamais irá se constituir num modo de produção dominante, e, tal como se desenvolve poderá estar presente sob diferentes modos de produção. Enquanto que para Chayanov, o modo de produção da economia dos camponeses está no mesmo nível que os modos de produção escravista ou capitalista (PONTES, 2005).

Marx e Chayanov conseguem trazer uma abordagem compreensiva no que se refere ao problema da falta de acumulação de capital a partir dos mecanismos específicos no funcionamento da economia dos camponeses. Todavia, tanto Chayanov como Marx argumentam que é possível sim falar de um modo de produção camponês ou mesmo de uma economia camponesa, isto, quando o campesinato é apropriado na íntegra do produto da terra em que trabalha (PONTES 2005).

Portanto, essa é a lógica contraditória de interpretação que o modo de vida dos camponeses, que tem apresentado muitas controvérsias no âmbito de sua existência, principalmente no que se refere ao modo de produzir, de viver e de ser dessa *classe*, que tem sido tema de diversas discussões, dada a importância relevante no bojo das questões agrárias, visto que é parte integrante desse processo, e, como não poderia deixar de ser, é parte desse cotidiano de contradições no que tange à economia desse país.

Sendo assim, cabe reafirmar a importância dos camponeses produtores de café do Planalto da Conquista, como também da sua participação no desenvolvimento do agronegócio, pois além de produzir os produtos para a sobrevivência, ainda ajudam a abastecer o mercado com a pequena e constante produção de café, que se torna grande quando somada a totalidade de maioria de camponeses. Além do mais, contribuem de maneira decisiva fornecendo mão-de-obra barata e abundante.

Assim, corroboram direta e indiretamente para a “territorialização do capital” na produção agrícola, ora fornecendo o excedente do seu trabalho contido na mercadoria agrícola (café) produzida nas suas terras com o trabalho familiar, ora com o trabalho nas lavouras de médio e grande porte do seu entorno. Portanto, contribui direta e indiretamente para a monopolização do território pelo capital, que acaba por controlar a circulação da mercadoria.

3.6 As Políticas Públicas de Incentivo para a Agricultura do Planalto de Conquista

Conforme enfatizado, políticas públicas constituem, sobretudo, na elaboração e implantação de ações e princípios norteadores, mediante algumas diretrizes do poder público, no sentido de fazer valer o exercício político, envolvendo, nesse processo, a distribuição e redistribuição dos papéis, para legitimar as relações entre o poder público e a sociedade. Para tanto, é necessário que os acordos sejam formulados e sistematizados com programas e linhas de financiamentos que orientam as ações, pois geralmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nesse entendimento,

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. É preciso entender composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade (TEIXEIRA, 2002, p. 05).

Além do mais, essas políticas podem ser estruturais, conjunturais ou emergenciais, a depender do grau de vulnerabilidade de população envolvida, bem como das necessidades e interesses apresentados num determinado território e em momentos históricos distintos.

No Planalto da Conquista, essa questão não foge à realidade do país, visto que a partir da década de 1970, ocorrem maior abertura e expansão das fronteiras agrícolas, no sentido de aumentar a produção frente às necessidades do mercado externo. Assim, o território baiano também se insere no processo de modernização implantado pelo governo, que passa a se valer de vários programas de “desenvolvimento” com o objetivo cada vez maior de concentrar a ocupação do espaço agrário, como também de garantir territórios para o incremento do agronegócio.

Neste sentido, a região passa a receber vários programas de incentivo para a agricultura, vez que se destaca com aptidão para o desenvolvimento da cafeicultura. Assim, abrem as possibilidades para ampliação de linhas de crédito, inicialmente do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e mais recentemente do FNE e do PRONAF, e outros programas creditícios, mediante a política do Banco Mundial. Além disso, a partir da década

de 1990, outros “pacotes” de políticas assistencialistas do governo federal, entre eles, PETI, Bolsa Família, Bolsa Renda entre outros, que também são destinados ao homem do campo.

Assim, no sentido de promover a “sustentabilidade” da monocultura cafeeira, outras políticas governamentais também são implantadas no contexto da região, a exemplo da criação de Secretarias de Agricultura, postos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA e da Agencia de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB, abertura de bancos e cooperativas de crédito, além do fortalecimento e da criação de novos conselhos a nível regional e local, sempre priorizando as decisões que venham nortear a política agrícola fomentada para dar suporte à cadeia produtiva do café.

Na área em estudo, ocorre um longo processo de “re-organização” dos produtores em função das políticas de “desenvolvimento” aplicadas com recursos do Banco Mundial, viabilizadas pelos programas do Banco do Nordeste, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (que fora criado a priori, para dar sustentabilidade ao Programa de Reforma Agrária - Procerá), mas que tem se desdobrado em várias categorias, no sentido de “fomentar” o “crescimento econômico” nos moldes propostos pelo governo.

Neste contexto, o “Pronaf logo incorporou o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procerá). Numa postura muito criticada, o governo considerou praticantes da “agricultura familiar” tanto os trabalhadores assentados quanto os empresários agrícolas modernos” (DOMINGOS NETO, 2004, p. 30).

Segundo informações concedidas pelos representantes das secretarias Municipais de Agricultura, a partir do ano de 2004 os produtores começaram a desmembrar suas pequenas áreas entre os membros da família, com o objetivo de angariar somas cada vez maiores dos financiamentos do PRONAF. Essa é uma realidade que expressa uma característica bastante específica da cafeicultura local, pois, os camponeses consideram que realizaram uma verdadeira “reforma agrária”, sem necessidade da força ou intervenção direta do governo.

A partir desse período também foram criados vários conselhos regionais e locais, seja mediante o controle do governo municipal e/ou estadual, mas desde quando o interesse principal fosse a “organização” da classe em torno da produção, no sentido de atender às exigências do mercado. Também foram criadas algumas ONGs, principalmente de associações agrícolas e cooperativas, todas com o objetivo de fortalecer a organização produtiva.

Todos os municípios em estudo adotaram essa prática, inclusive com os mesmos objetivos, ou seja, se organizar em função do fortalecimento do crédito agrícola, como

também da assistência técnica, que aqui é entendida como “gratuita”, mas que na verdade faz parte dos pacotes estruturados pelo processo de “modernização” da agricultura, que foi instituído para sustentar as políticas de interesse das elites agroindustriais que comandam os mercados. Neste contexto,

A adoção do Pronaf baseou-se na idéia segundo a qual o enfrentamento da tendência universal de redução das margens de lucros da agricultura e a emergência do *agrobusiness* deveriam ocorrer por uma combinação entre a eficiência produtiva e a produção em escala. [...] Quanto aos pequenos produtores, suas perspectivas estariam condicionadas à integração a empresas especializadas no atendimento a mercados consumidores cada vez mais sofisticados. Em outras palavras, o pequeno empreendimento deveria dedicar-se à chamada “agricultura de grife”. Nesse domínio, a competitividade dos pequenos produtores dependeria de sua capacidade de absorver tecnologias produtivas e organizacionais (DOMINGOS NETO, p.30-31).

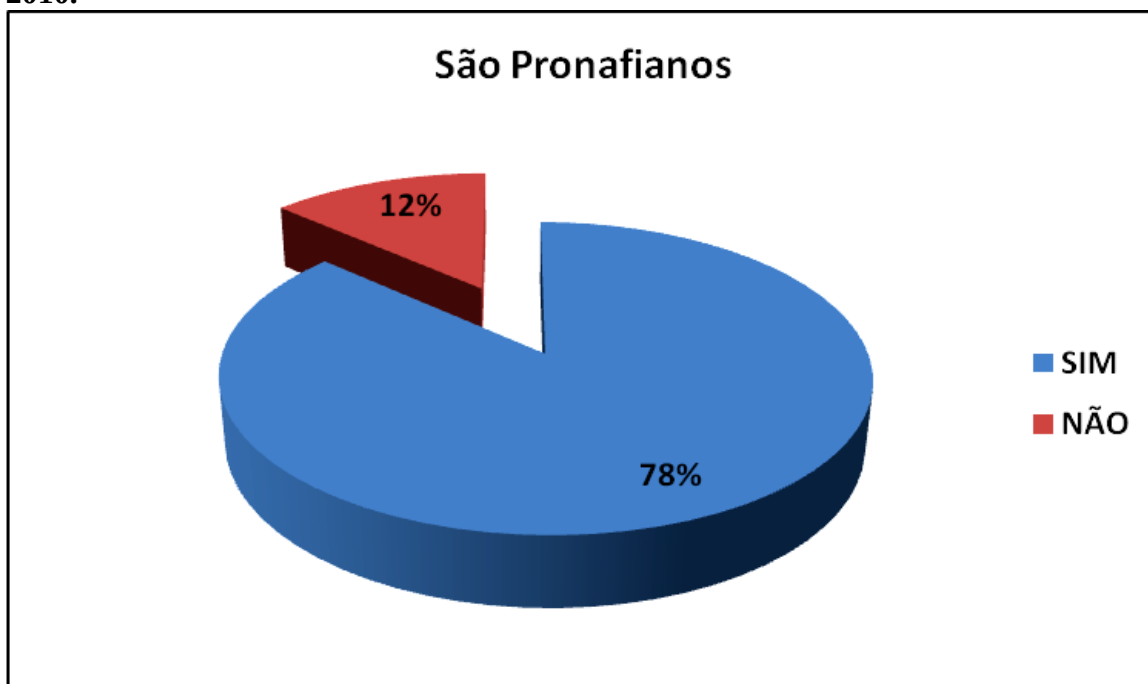
Como se vê, as políticas de governo sempre estão para favorecer a produção em larga escala, obedecendo à lógica das estruturas montadas pelas instituições de comando, como é o caso supracitado. Assim, tais práticas vêm garantir as políticas de ajustes estruturais, que são criadas no sentido de estimular e garantir cada vez mais a privatização das terras, que tem sido uma prática dos governos brasileiros.

Essa prática torna-se possível, porque o PRONAF se direciona para o estímulo à produção, ignorando e deixando de levar em consideração os graves problemas de comercialização no contexto de depressão econômica. Desse modo, com a ascensão dos custos de produção e o movimento contrário dos preços de comercialização, esse programa acaba por levar um número considerável de famílias a abandonar o campo. Pois mesmo sendo duramente contestado, ainda insiste como instrumento privilegiado do governo do Brasil na construção do “Novo Mundo Rural” (DOMINGOS NETO, 2004).

No caso da área em estudo, é importante destacar que todos dispõem de órgãos ligados à agricultura, como os escritórios da EBDA, ADAB, Secretarias, Sindicatos Rurais, Conselho de Desenvolvimento com apoio efetivo da Companhia de Desenvolvimento Regional - CAR e outros, que estão para atender à agropecuária e dar suporte, principalmente, aos negócios ligados ao café. Os bancos geralmente se instalam em Vitória da Conquista, mas existem agências itinerantes que visitam regularmente os municípios da região. Os pequenos cafeicultores em sua maioria têm acesso ao crédito do PRONAF, conforme pode ser observado na Figura 05.

Para a realização dessa pesquisa foram entrevistados 170 produtores de café, entre grandes, médios e pequenos. Desse total, 90 se enquadram na categoria de pequenos produtores, dos quais a maioria é de Barra do Choça, isto é, 60 produtores. De Vitória da Conquista foram entrevistados 30 produtores, dos demais municípios foram 20 produtores de cada um. Do total, apenas 12 disseram que não disponibilizam de crédito agrícola ligados ao PRONAF ou qualquer outro programa.

FIGURA 20 –Agricultores que declararam recorrer ao crédito do PRONAF, 2010.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.
Organização; Venozina de Oliveira Soares.

Atualmente, quase todos se organizam em associações agrícolas (Figura 06), entretanto, a maioria delas não se sustenta do ponto de vista da organização, ou seja, todas dependem do setor público, seja no que se refere ao crédito vinculado aos bancos, seja no que se refere à organização interna das mesmas. Segundo levantamento estatístico, apenas 4% dos pequenos cafeicultores é filiado à cooperativas agrícolas, nenhum é filiado em cooperativa de crédito, 2% em sindicato rural. No total, apenas 45% dos pequenos produtores são filiados a algum tipo de organização. Esta realidade é evidente em todos os municípios envolvidos nessa pesquisa.

Tabela 10 – Representatividade das Associações Agrícolas dos Municípios

Municípios	Quantidade
Barra do Choça	26
Encruzilhada	56
Planalto	50
Ribeirão do Largo	15
Vitória da Conquista	12
Poções	03
Total	162

Fonte: Pesquisa de campo – outubro de 2009 a julho de 2010

Organização; Venozina de Oliveira Soares

Muitos camponeses produtores de café responderam que disponibilizam de assistência técnica dos órgãos governamentais, embora, alguns ressaltaram que os técnicos não têm dado assistência com a frequência que deveriam. Esse é o fator que faz com que não seja a mesma proporção daqueles que têm crédito do PRONAF, pois todos os pronafianos disponibilizam de técnicos que lhes prestam visitas regularmente.

Todavia, é importante esclarecer que não basta que os técnicos visitem as propriedades e observem as lavouras. O mais interessante seria se os camponeses seguissem à risca o receituário e as recomendações técnicas. No entanto, segundo relatam os agrônomos da EBDA e das secretarias locais, raramente isso acontece, pois a maior parte dos camponeses não disponibiliza de recursos suficientes para custear todos os tratos culturais necessários para uma produção de qualidade e quantidade satisfatória, mesmo aqueles que disponibilizam de recursos do PRONAF.

Na verdade, essa realidade aumenta a disparidade existente entre a agricultura moderna e a agricultura tradicional, tendo em vista a falta de investimentos em tecnologias, por parte dos cafeicultores camponeses (DOMINGOS NETO, 2004).

Portanto, no que se refere às políticas públicas instituídas nesse país, sejam para a agricultura ou para o setor agroindustrial, elas se afirmam com tendências cada vez mais especializadas, numa intrínseca dependência do capital externo, articulada mediante as estratégias do estado, combinando para a concentração da renda da economia brasileira.

Ademais, há de se convir que mediante essas práticas, o capital se faz compensar constantemente, garantindo, ao mesmo tempo, a sua reprodução e legitimação, visto que mantêm o regime regulador mediante as relações sócio econômicas e as estratégias instituídas pela política do “Bem Estar Social”, sistematizando alguns direitos, que se fazem valer de forma aleatória, burocrática e controlada politicamente.

IV CAPÍTULO

O TRABALHO NA CAFEICULTURA NO PLANALTO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/ BAHIA

4. O TRABALHO NA CAFEICULTURA NO PLANALTO DA CONQUISTA/BA

Neste capítulo são abordadas algumas questões relacionadas ao trabalho no campo, de modo especial, em relação ao trabalho na cafeicultura brasileira, levando em consideração a análise de alguns autores clássicos e outros trabalhos a nível regional e local, priorizando também os dados secundários e alguns referentes à pesquisa de campo dessa dissertação. Para isso, concentrou-se basicamente em questões relacionadas à precarização do trabalho nas lavouras de café no Brasil e sobre a situação e o tratamento dado aos “bóias-frias” na cafeicultura do Planalto baiano.

Além disso, o texto também faz uma pequena abordagem sobre a produção camponesa e o vínculo com o capital, sobre as políticas públicas criadas para a agricultura brasileira e aquelas aplicadas para a agricultura do Planalto de Conquista, de modo especial as que são destinadas para o “desenvolvimento” da cultura do café.

4.1. A Precarização do Trabalho nas Lavouras Cafeeiras

A agricultura é uma das mais antigas formas de organização do espaço pelas sociedades humanas e um dos mais eficientes instrumentos de transformação e apropriação do espaço. Surgiu entre 10 e 15 mil anos atrás, e nos últimos 2 ou 3 mil anos, evoluiu e contribuiu para estruturar as culturas camponesas, localmente adaptadas em muitas regiões do mundo, especialmente na Europa, Ásia, México, América Central, Andes, e em algumas regiões na África, reafirmando a existência e a sobrevivência dos homens. Como vemos, o trabalho é imprescindível na vida dos homens, pois promove a existência social do mesmo e resulta na sua sobrevivência (LUTZENBERG, 2001).

Desse modo, no decorrer da trajetória histórica e mediante as relações mais contraditórias e injustas, os homens construíram impérios, impuseram poder e riqueza que impressionam a humanidade e, muitas vezes deixam dúvidas sobre a sua própria capacidade. Tudo isso, graças ao trabalho, isto é, graças à atividade e criatividade desenvolvida pela capacidade humana, como também, e principalmente, pela força e energia de muitos seres humanos, afinal, “é a partir do trabalho, em sua realização cotidiana, que o ser social se distingue de todas as formas pré-humanas” (ANTUNES, 2004, p. 7).

Porém, muita dessa riqueza é construída à custa do trabalho precário, de uso de mecanismos que subordina, degrada e escraviza o outro, numa relação camuflada pela divisão social e territorial do trabalho, mediante os interesses do capital, que desde a sua criação, estabelece e conduz tais relações. Assim, “A historização da sociedade civil constitui uma exposição no tempo da dinâmica da sua estrutura, com seus avanços e ameaças de retrocesso” (MENEGAT, 2006, p. 226).

No que se refere à atividade rural no Brasil, as relações de trabalho sempre foram muito contraditórias. Como exemplo, pode se destacar a estruturação da produção colonial, que foi pautada pelo trabalho escravo, passando mais tarde por um processo de mudança, com a substituição destes pelos colonos imigrantes, que vieram da Europa.

Porém, até o momento em que a atividade cafeeira torna-se o centro da economia brasileira, o regime de trabalho predominante ainda era a escravidão. Assim, “A formação da fazenda compreendia a derrubada da mata virgem, a limpa e preparação do terreno, o plantio do café e a formação dos arbustos”. No regime de trabalho escravo, quando da derrubada da mata, os fazendeiros davam preferência ao trabalho dos “caboclos ou caipiras”, mantidos como trabalhadores livres, conhecidos como “camaradas”, os quais recebiam salários e comida. Alguns estudiosos afirmam que esse fato ocorria em função do risco envolvido, porque poderia comprometer o capital imobilizado no escravo. As razões podem ter sido outras, haja vista que a formação do cafezal demandava um longo período e exigia grandes imobilizações de capital. Se o trabalho tivesse que ser inteiramente executado por escravos, que naquela condição, era parte do capital do fazendeiro, poderia trazer grandes prejuízos a ele. (MARTINS, 1981, p 70).

Como se vê, tanto o trabalho escravo, como o trabalho “livre”, ao serem colocados em evidência, vêm requerer uma análise muito cuidadosa por parte do estudioso, pois ambos estão calcados numa relação um tanto contraditória, engendrados de interesses e conflitos entre os atores envolvidos no processo e no momento histórico em que essas relações acontecem.

Nesse sentido, as relações de produção entre o senhor e o escravo produziam, de um lado, um capitalista muito específico, para quem a sujeição do trabalho ao capital não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurando em renda capitalizada. De outro lado, essas relações, sendo desiguais, não sendo fator, mas condição do capital produzia um trabalhador igualmente específico, cuja gênese não era mediada por uma relação de troca de equivalentes [...], mas era mediada pela desigualdade que derivava diretamente da sua condição de renda capitalizada, de uma sujeição previamente produzida pelo comércio (era mediada, pois, pelo fazendeiro-rentista). (MARTINS, 1981, p. 15-16).

Conforme demonstra, as relações promovidas durante esse período já estavam intrinsecamente relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo e, como não poderia deixar de ser, na “hegemonia do comércio”, que regulava as forças de trabalho no processo de formação da economia.

Dessa forma, tais relações subjuguam a existência da mão-de-obra escrava como trabalho humano, de homens e mulheres que ajudaram a construir a história, mas como seres dominados por um processo subumano, que colocam acima de tudo, os interesses de uma economia baseada na exploração da força de trabalho, ora mantida como parte do capital do fazendeiro de café, que por muito tempo, lhe rendeu grandes resultados.

Com a “libertação” dos escravos, no final de século XIX, a mão-de-obra utilizada nos cafezais passa a ser a dos imigrantes europeus, considerados como “colonos”, mudando as relações sociais de trabalho que até então eram promovidas entre os escravos e os seus senhores, os fazendeiros de café. Nessa nova situação, ao colono era dado o direito de ser trabalhador “livre”, que venderia a sua força de trabalho ao patrão, numa intrínseca relação legitimada pela exploração do trabalho pelo capital, mediante as novas regras estabelecidas e organizadas pelo Estado brasileiro. “É nessas condições que tem lugar a vinculação entre a transformação das relações de trabalho na cafeicultura e a imigração de trabalhadores estrangeiros que ocorreu, sobretudo entre 1886 e 1914” (MARTINS, 1981, p. 18).

Baseada na monocultura, na mão-de-obra farta e em grandes latifúndios, a agricultura permaneceria basicamente restrita à exportação, com alguns cultivos diferentes para a sobrevivência da população da região, porém, de pouca expressividade. Na formação do cafezal – nas fazendas novas, ou ampliação daquelas antigas, ao imigrante colono era destinado um determinado número de pés de café, que tinha a permissão para plantar feijão e milho entre as ruas da lavoura, para a alimentação da família e, muitas vezes, ainda dividir a produção com o dono da propriedade (OTANI, et al, 1990).

No regime do colonato da cafeicultura paulista, a remuneração dos trabalhadores estava diretamente atrelada ao estágio de desenvolvimento do cafeeiro, estando mais aptos para os contratos aqueles trabalhadores que se dedicavam a formação das lavouras nas áreas de fronteira. Isto, pelo maior acesso às culturas intercalares, ou seja, lavouras de outros produtos plantadas entre as ruas de café, como feijão, milho e outras.

O autor argumenta ainda, a desigualdade marcante nas relações de trabalho, haja vista as práticas de exploração da força de trabalho exercidas pelos cafeicultores (tanto para o imigrante, como para o trabalhador brasileiro). Tal prática incluía a redução dos custos monetários da produção, como também o controle de grande parte da produção excedente comercializada pelos colonos, que de maneira desfavorável, fazia transações de sua produção cafeeira e alimentícia com os fazendeiros e comerciantes no período das colheitas (FALEIROS 2000).

Além disso, os colonos tinham por obrigação efetuar o pagamento de taxas pela utilização do maquinário para o beneficiamento do café, pelo uso dos terreiros de secagem dos grãos, pela utilização das tulhas que armazenavam a produção, como também dos transportes utilizados para levar as cargas. “[...] houve a modernização da estrutura de produção da cafeicultura no final do século XIX, e, tal processo intensificou o grau de exploração do trabalho “livre”, determinando uma ordem um tanto excludente no cenário rural do Brasil” (FALEIROS, 2000, p. 1).

Para a riqueza produzida com o trabalho nas lavouras do cafezal, proporcionou o aumento da renda dos donos de terras, visto que os trabalhadores se desdobravam frente às condições que lhes eram impostas, numa lógica de “liberdade” e “igualdade”, permitindo que o resultado do seu trabalho fosse visto como produto do capital. Essa relação não permitia que o trabalhador se visse num processo de subordinação, pois a riqueza que ele mesmo produzia não era evidenciada, muito pelo contrário, o que se deixava claro, é que a riqueza crescia graças ao capital aplicado pelos seus proprietários (MARTINS 1986).

Partindo desse pressuposto, entende-se que:

A riqueza, no sentido do capital acumulado, torna-se aceitável e legítima porque é produto do trabalho e porque o trabalho é concebido como uma “virtude” universal. A capacidade de criar riqueza através do trabalho é concebida como uma virtude *socializada*, sem distinção de classes, que abre acesso ao capital e ao capitalismo a todo homem que trabalha. [...], este é o ponto crucial do problema, *o capital (a riqueza) não é visto nem concebido como produto do trabalho de outros [...]*. (MARTINS, 1998, p. 133).

Portanto, constituem fatores indispensáveis para a produção social os meios de produção e o trabalho humano, que no contexto do capitalismo tornam-se capital de propriedade dos capitalistas. Da mesma maneira, o trabalho humano assume a forma de trabalho assalariado, que é marca registrada do mesmo sistema. Nesse sentido, “[...], o padrão de acumulação do Brasil estruturou-se através de um processo de superexploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e de fortíssima intensidade em seus ritmos” (ANTUNES, 2004 p.15).

Nessa trajetória, a função que historicamente sempre destinou à massa trabalhadora do campo no Brasil, com algumas exceções, foi o de ceder mão-de-obra à minoria privilegiada que representa a agropecuária brasileira. Esse êxito deve-se principalmente, à grande disponibilidade de força de trabalho da massa da população rural que se direciona fundamentalmente para esse objetivo, isto é, destina o trabalho nas fazendas de grandes proprietários. Isso, considerando primeiramente a incorporação dos indígenas, depois dos negros trazidos da África e, posteriormente, pelo fluxo oriundo da migração europeus da segunda metade do século XIX e início do século XX, assim como asiática no período pré-guerra (PRADO JÚNIOR, 1987).

Assim, o segmento rural tem suas raízes na própria formação histórica e econômica do Brasil, com predominância na produção baseada na exploração da mão-de-obra escrava, com práticas ainda seculares, produzindo um conteúdo autoritário, que resulta numa cultura patronal com fortes relações com os trabalhadores, chegando a influenciar um longo período da história e ainda se fazendo presente nos dias de hoje (SOUSA 1995).

Conseqüentemente,

[...]. O que determina e fixa a remuneração do trabalho, nas condições atuais da nossa economia rural, é o equilíbrio do mercado de mão-de-obra, a saber, a relação da oferta e da procura que nele se verifica. Oferta e procura essas que não se modificarão enquanto permanecerem as condições vigentes em que a massa de trabalhadores rurais não encontram outra alternativa de ocupação que na cessão de sua força de trabalho a uma reduzida classe de grandes proprietários e fazendeiros que monopolizam de fato a maior e melhor parte das terras disponíveis (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 29).

Considerando essa argumentação, entende-se, portanto, que ao trabalhador cabe apenas a possibilidade de reproduzir-se num dia exatamente como era no dia anterior, ou seja, com o salário que recebe pelo seu trabalho, só essa condição lhe é possível, visto que aparentemente patrão e trabalhador travam uma relação de iguais, como homens livres, que

trocam coisas opostas entre si, isto é, o trabalho e o salário (capital e força de trabalho). Porém, essa transação trás resultados muito diferentes, pois ao capitalista é permitida a possibilidade de reproduzir-se como dono de uma riqueza maior no dia seguinte, com o lucro resultante da produção do trabalhador, que resulta na capacidade de produzir mais valor do que aquele que está contido nela, o valor a mais, criado pelo trabalhador, ou seja, a chamada “mais-valia” (MARTINS, 1986).

Ainda parafraseando o autor, é relevante salientar que a renda da terra produzida pelo trabalhador rural, de modo especial o camponês, pressupõe a sujeição da mesma. Assim, é importante considerar essa troca de relação compreendida aqui não como sujeição do trabalho pelo capital, mas por uma relação diferenciada do trabalho ao capital (MARTINS 1995). Ademais,

[...] A noção de sujeição formal do trabalho ao capital está originalmente relacionada à expropriação dos trabalhadores. [...], na sujeição real do trabalho ao capital, o conhecimento se restringe a um pequeno aspecto da produção [...]. Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital [...] estamos diante da sujeição da renda da terra pelo capital (MARTINS, 1995, p. 173-175).

No modo de produção capitalista, a relação entre o burguês e o proletariado é estabelecida numa situação de “igualdade” escondendo, evidentemente, a “desigualdade”, isto porque a ocultação dessa desigualdade se dá exatamente no processo de trabalho. Quando se considera o regime de colonato a igualdade formal não acontece no processo de trabalho, porém, fora dele. Assim, a “mais-valia” no regime do colonato aparece sob a forma de lucro comercial, que acaba por expressar todo o trabalho não pago desde a implantação da cultura cafeeira, mas volta a surgir na transação do fazendeiro com o intermediário (MARTINS, 1995).

Todavia, nas lavouras dos cafezais o colono trabalhava com toda a sua família, e jamais de forma individual. Assim, a produção direta dos meios de vida baseado no trabalho familiar impede que tais relações sejam definidas como relações capitalistas de produção. “Nessa ótica, o capitalismo ao se expandir não só redefine relações antigas, subordinando-as à reprodução do capital, como também engendra relações não capitalistas iguais e contraditórias a essa reprodução” (MARTINS, 1981, p. 19).

Contudo, o passar dos anos não foi suficiente para mudar essa realidade. Atualmente, as relações de contradição vivenciadas entre trabalhadores e empregadores continuam exatamente como eram no passado, talvez com outra roupagem, em função da globalização e das práticas neoliberais desse novo tempo. Como se vê,

Na realidade só pode haver uma maneira de alargar as *margens que se encolhem de acumulação do capital*: à custa do *trabalho*. Essa é uma estratégia promovida ativamente pelo Estado – com efeito, por causa dessa necessidade, *o papel intervencionista do Estado nunca foi tão grande* quanto no nosso tempo, apesar de toda a mitologia neoliberal do contrário – e a estratégia é objetivamente sustentada em nosso tempo pela tendência à equalização por baixo da taxa diferencial de exploração (MÉSZÁROS, 2007, p. 153-154).

Não obstante, por conta da “crise estrutural do capital”, como também da redução da possibilidade produtiva do sistema, na atualidade torna-se absolutamente necessário, “reordenar o bolo econômico da nação”, a favor do capital, de maneira a assegurar uma “retomada do arrocho do trabalho”, em função da renúncia e da falta de participação da força de trabalho, com uma passividade sem igual (MÉSZÁROS, 2007).

Todavia, o trabalho do agricultor e seus familiares ainda é bastante comum nas lavouras de café, com predominância do trabalho masculino (79%) sobre o feminino (21%). Também é significativa a parcela de proprietários que residem nos imóveis agrícolas, estratégia relevante para reforçar e viabilizar a sua reprodução social (OTANI, et al, 1990).

Mesmo com um menor percentual de representatividade, há de se considerar a importância da mulher no trabalho agrícola, de modo especial nas áreas produtoras de café, onde assume papel de relevância, haja vista a sensibilidade e a dinamicidade no trabalho, principalmente durante o período da colheita. Assim, “[...] a mulher assume dupla jornada de trabalho, redefine estratégias de administração familiar e mina alguns hábitos patriarcais. [...], ao mesmo tempo em que é submetida à exploração” (FISCHER, 1995, p.1).

Na pesquisa intitulada Desenvolvimento Tecnológico e Relações de Trabalho na Agricultura: O Caso de São José do Belmonte-Pe, os estudiosos analisaram a interdependência entre mudanças nas relações de trabalho e desenvolvimento tecnológico (por meio do uso de irrigação), no setor agrícola, demonstrando que a tecnificação da agricultura vem diversificando o mercado de trabalho e as relações tradicionais subsistem ao lado de

relações de trabalho assalariadas, para determinados cultivos e tecnologias, buscando a racionalidade no emprego da mão-de-obra rural, na tentativa de viabilizar a acumulação.

Na realidade, ao ser atingido pelo processo de inserção do capital, o campo logo altera as suas relações, elas passam a obedecer à lógica do modo de produção que engendra os novos processos, numa engenhosa e estratégica divisão social e territorial do trabalho, que passa então a comandar as novas relações. Neste sentido, campo e cidade passam a conviver as mesmas facetas engendradas e estabelecidas nessa conjuntura, que ora promovem as mazelas vividas simultaneamente no modo de produção capitalista.

Assim, o trabalho do homem está também para o outro homem, para o “homem-mundo”, “sujeito” e “objeto”, intrinsecamente relacionados, obedecendo à lógica perversa da sobrevivência, numa conjuntura estabelecida geograficamente pelo processo de mundialização do capital¹⁰, que elege o trabalho como valor universal (CHESNAIS, 1996).

Diante do exposto, percebe-se a importância de estudar as relações de trabalho na agricultura, principalmente, se levar em consideração o contexto do momento histórico, mesmo sendo relativa ao mesmo processo, é sempre relevante considerar as especificidades de cada conjuntura, de cada espaço geográfico, visto as características distintas, as leis trabalhistas vigentes, bem como bem como as relações aí estabelecidas

Sendo assim, discutir as relações de trabalho na agricultura brasileira é uma tarefa um tanto complexa, pois o processo é intrigante e traz no seu bojo questões relevantes que possibilitam compreender a dinâmica do capital e da estrutura social no país. Tais questões devem ser analisadas sob a ótica daqueles teóricos mais preocupados com as contradições vivenciadas nessa conjuntura, afinal, constitui fato inegável, a maneira contraditória como está des/organizada a estrutura agrária nesse país.

Portanto, é necessário frisar não só a recriação (manutenção) de relações de trabalho não-capitalistas (não-assalariadas) na cafeicultura do Planalto da Conquista, mas também ressaltar a criação de novas formas de trabalho, como o assalariamento temporário (surgimento do bóia-fria), em especial a partir da década de 1970, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, que se caracteriza como uma das formas mais degradantes de relação de trabalho.

¹⁰ Ver CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

4.2 O Trabalho do “Bóia-fria” na Cafeicultura do Planalto da Conquista/BA

Desde o surgimento do homem na terra, em sua longa caminhada no fazer da história, o trabalho e a luta pela sobrevivência são uma constante, pois muitos foram os modos de produção, as formas de organização entre os homens, bem como o processo das relações sociais e econômicas, vez que “é a partir do trabalho, em sua realização cotidiana, que o ser social se distingue de todas as formas pré-humanas” (ANTUNES, 2004, p. 7).

Considerado necessário na vida do homem, o trabalho ajuda a promover a sua existência social e resulta na sobrevivência. Começou exatamente no campo, quando do início do processo agrícola, precisando ressaltar, portanto, que é uma das mais antigas formas de organização do espaço pelas sociedades humanas e um dos mais eficientes instrumentos de transformação e apropriação do espaço (LUTZENBERG, 2001).

Desse modo, no processo de produção, além das relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza, existem também as relações entre os indivíduos, criando uma realidade dinâmica na medida em que a produção é realizada coletivamente. Assim, a maneira como isto é feito é o pressuposto básico de toda história humana (MORAES, 1984).

Neste entendimento, a organização do espaço no capitalismo vai obedecer à lógica do capital e refletir o caráter classista da produção e do consumo, bem como o controle sobre a classe trabalhadora, pois a organização espacial além de ser um reflexo da sociedade, é também uma condição para a realidade futura dessa sociedade, no que se refere à reprodução social (CORRÊA (1987).

De fato, não existe espaço exterior à lógica do capital, pois os arranjos existentes no mundo de hoje são a materialização das necessidades do sistema, visando assegurar o funcionamento da produção capitalista. Assim, o “bóia-fria” representa a face viva da contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada de sua apropriação (D’INCÃO, 1981).

Tecnicamente, o “bóia-fria” é uma espécie de trabalhador volante que, na maioria das vezes mora nas cidades e oferece sua força de trabalho aos proprietários rurais, em troca de uma remuneração baseada na produtividade. Ele não tem trabalho fixo e é contratado para desenvolver atividades braçais em pequenos intervalos de tempo, mais precisamente nas épocas de plantio, limpas e colheitas.

Esta forma de trabalho que se constitui numa relação de produção, não é de origem recente. Na Inglaterra, durante o século XIX, o sistema de trabalho por tarefa já era conhecido

como “sistema do suadouro” (sweating system), onde os trabalhadores também tinham péssimas condições de vida (GONZALES; BASTOS, 1979).

O termo “bóia-fria” deve-se ao fato desse trabalhador levar sua refeição para o campo, onde esta é ingerida sem aquecimento. Entretanto, nem sempre o volante é transportado diariamente para o local de trabalho. Isso depende da conveniência com o empregador: quando há necessidade de poucos trabalhadores ou a distância do local de trabalho é muito grande em relação à cidade, os proprietários preferem alojar o pessoal em suas propriedades, vez que seria dispendioso o transporte diário. Dessa forma, a característica principal dessa categoria não é a refeição ingerida fria, mas a maneira pela qual se efetua a contratação realizada para desempenhar determinada tarefa, num curto espaço de tempo e sem nenhum vínculo de natureza trabalhista (D’INCÃO, 1981).

No Planalto da Conquista, em todos os municípios produtores de café, essa é uma prática constante, pois o acelerado crescimento demográfico, notadamente no período de implantação da lavoura cafeeira teve como resultado o inchamento urbano e o conseqüente aumento dos problemas sociais, devido à falta de infra-estrutura para receber tanta gente em tão pouco espaço de tempo, notadamente de “bóias frias” que passaram a habitar as áreas periféricas das sedes dos municípios produtores de café.

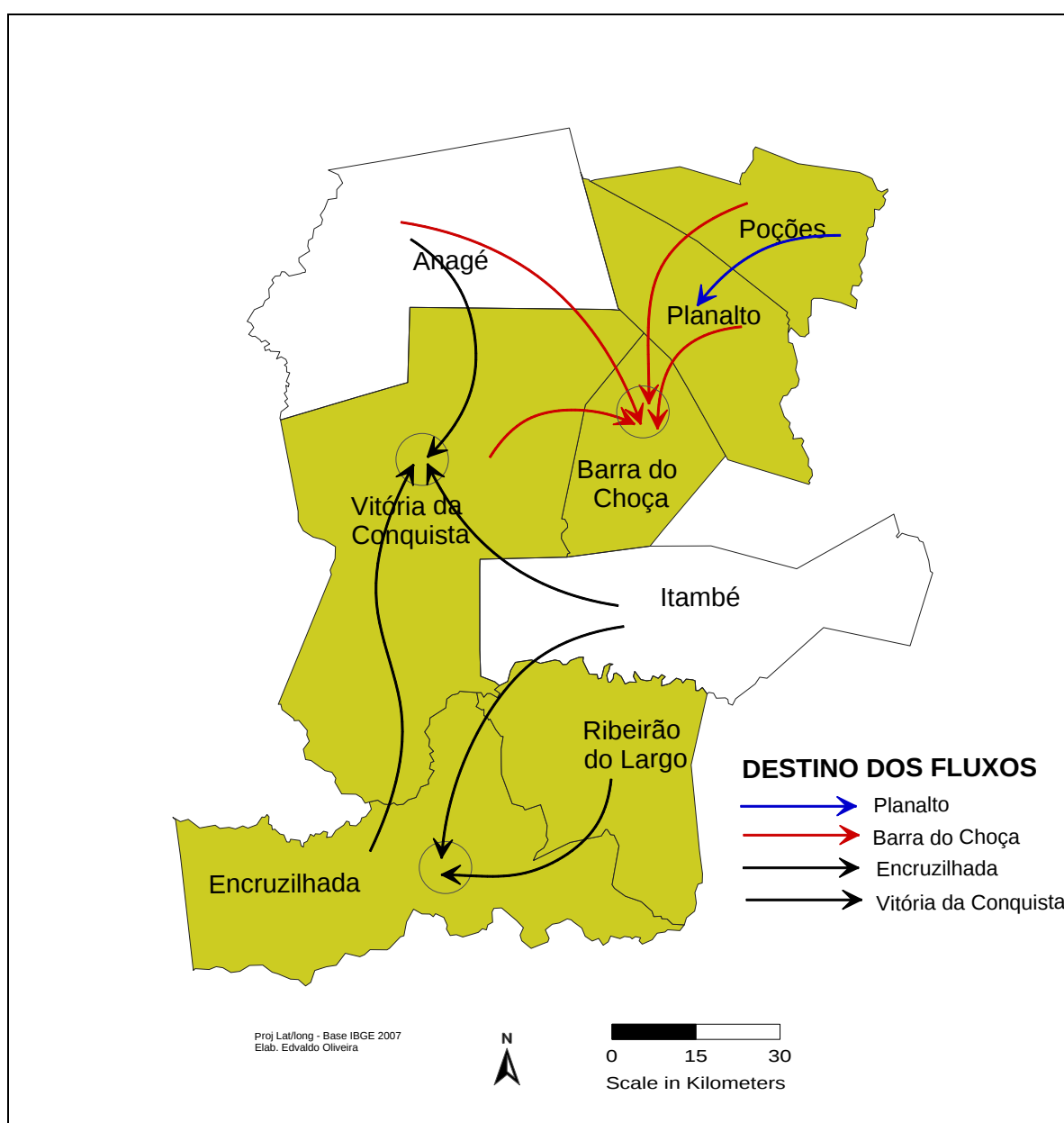
Esse processo tem como resultado uma grande massa de trabalhadores rurais despojados dos meios de produção que para sobreviver precisam trabalhar como “bóias-frias”, sem carteira assinada, situação esta estimulada pela incipiência da fiscalização (OLIVEIRA, 2006).

Após a verificação das condições de vida dos trabalhadores do café nos municípios estudados, observou-se que entre os 390 “bóias-frias” entrevistados, a jornada de trabalho varia de 10 a 12 horas por dia, com um intervalo de aproximadamente uma hora para o almoço. Esse intervalo é formal porque na maioria das vezes o trabalhador não utiliza esse tempo para descansar, na tentativa de aumentar o rendimento; sacrifica seu intervalo para colher uma quantidade maior de café.

Também foi constatado, que 64,1% desses trabalhadores procedem de outros municípios. Isto é, os trabalhadores migram de um município a outro durante o período da colheita, raramente eles fixam num desses municípios por muito tempo, pois vão à busca daquelas propriedades que oferecem condições de melhoria salarial, ou seja, nas áreas onde a produção de café é maior. Além disso, existe uma logística entre os municípios produtores de café e alguns municípios vizinhos, como é o caso dos municípios de Itambé e Anagé, que se destacam como fornecedores de braços para a colheita do café (Figura 20).

Itambé, além de produzir uma pequena quantidade de café, exerce uma influência considerável na região, não apenas pelo fato de fazer fronteira com vários destes municípios, mas, principalmente, porque é cortada por uma rodovia estadual de grande importância no contexto regional, por onde é escoada boa parte do café comercializado e também por onde trafega grande fluxo de trabalhadores do café.

Figura 21 - Destino dos Fluxos de Trabalhadores da Cafeicultura no Planalto da Conquista, 2010.



Fonte: Pesquisa de campo outubro de 2009 a julho de 2010
Produção de Edvaldo Oliveira – UESB, 2011

O município de Anagé exerce influência de igual importância, pois além de ceder mão-de-obra no período da colheita, também cede território para a secagem do café, visto que o Planalto da Conquista apresenta temperaturas bastante amenas no período da colheita, com neblina intensa e muito fria, fatores que contribuem para a redução da qualidade do café. Como Anagé se localiza na Caatinga - Região Sertaneja, os grandes proprietários constroem terreiros para a secagem do café nesse município. Esse processo de secagem agrega maior valor comercial ao produto (Figura 21). Além disso, contribui para o aumento da oferta do trabalho na região, destacando-se com grande relevância no contexto da cafeicultura regional.

Figura 22 – Terreirão de secagem do café, Anagé/BA



Foto: Venozina Oliveira, maio de 2010.

Dentre os municípios estudados, somente Barra do Choça, Planalto e Encruzilhada, concentram uma maior quantidade de trabalhadores que moram no próprio município. Este fator se dá em função desses municípios concentrarem maior quantidade de pequenos produtores, visto que cabe à família, a função principal do trabalho nas suas lavouras. O outro motivo é pelo fato de Barra do Choça ser o maior produtor de café entre os demais, assim concentra a maioria do trabalho durante o ano agrícola, além de receber um maior contingente de pessoas no período da safra, pois a colheita exige um número maior de trabalhadores.

Nos demais municípios essa realidade se difere um pouco. O município de Poções é um grande fornecedor de mão-de-obra para a cafeicultura de Planalto e Barra do Choça, isto porque sua produção de café é a menor entre os demais. Ribeirão do Largo que se destaca com pouca produção, praticamente não necessita de mão-de-obra volante durante o ano agrícola. Vitória da Conquista, no entanto, recebe um bom contingente de trabalhadores de Itambé, Anagé e Encruzilhada. Nesse caso, ocorre uma migração pendular, haja vista que o período da colheita geralmente se dá em períodos um pouco diferenciados, pois a região apresenta micro climas diferenciados.

Este trabalho permitiu também que se verificasse a qualidade de vida dos trabalhadores do café no Planalto da Conquista. Assim, do total de pessoas entrevistadas, 81% possuem casa própria. No entanto, observando as condições de moradia durante algumas visitas, detectou-se que a maioria delas é precária, no que tange a infra-estrutura, espaço físico e higiene. Vale ressaltar, entretanto, que muitos trabalhadores foram entrevistados na propriedade, durante a lida no trabalho.

Pelo fato da pouca escolarização de que dispõem, haja vista que 70% têm o primário incompleto, 18% são analfabetos e apenas 2% têm o 2º grau, esses trabalhadores, na sua grande maioria, não têm conhecimento dos seus direitos, portanto não reivindicam por melhoria nas condições de trabalho e de salário. Muitos responderam que o trabalho está bom assim e que em nada deveria modificar.

A maior parte dos entrevistados justifica a baixa escolaridade à necessidade de trabalhar desde cedo no meio rural, para complementar a renda familiar, bem como pela dificuldade de acesso, na época em que deveriam ter estudado, uma vez que as unidades escolares eram insuficientes e os interesses eram outros.

Atualmente, apesar da existência de vagas nas escolas e dos vários programas de educação de jovens e adultos, o número de analfabetos continua alarmante. Isto ocorre porque os trabalhadores só freqüentam a escola até o mês de maio, no máximo, mesmo estudando à noite. Na época da colheita do café, eles participam de uma dura jornada de trabalho, saindo às cinco horas da manhã e retornando no início da noite, cansados e sem condições físicas para ir à escola.

Com relação à capacidade de lutar pelos direitos trabalhistas da categoria, verificou-se uma situação de incipiência: apenas 8,7% são filiados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de seus municípios. Muitos nunca ouviram falar, outros dizem não se interessar pelo assunto. Dos entrevistados, somente 6,5% possui carteira assinada, o que configura uma

situação de ilegalidade e permite que os patrões apresentem aos fiscais apenas os trabalhadores contratados legalmente, para fugir das penalidades.

Ao falar sobre a carteira assinada, muitos trabalhadores argumentaram que é difícil para o patrão assinar as suas carteiras, pois eles não permanecem por um longo período numa só fazenda. Quando o café fica “fraco” (áreas da lavoura menos produtivas), segundo eles, abandonam aquela propriedade e vão a busca de outra que ouvirem falar que está melhor (maior produtividade das lavouras), com maior rendimento de colheita e preço mais elevado por lata¹¹ colhida.

Durante as entrevistas cedidas pelos cafeicultores, eles falam das dificuldades em cumprir as leis vigentes no que tange à legalização do trabalho. Segundo relatam, é muito difícil assinar as carteiras dos trabalhadores volantes, isso porque geralmente o café amadurece quase ao mesmo tempo em todas as fazendas da região, sendo assim, os trabalhadores ficam muito pouco tempo em cada fazenda e dão preferência àquelas que dão maior rendimento e/ou pagam um preço maior pela lata colhida. De acordo com o relato abaixo,

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje é o cumprimento da Legislação trabalhista, isto é, em assinar as carteiras dos catadores de café, pois alguns trabalhadores não chegam a ficar uma semana em cada fazenda, outros ficam apenas dois a três dias, chegando a migrar para outra fazenda um dia após o outro, em busca de outras lavouras que proporcione maior produção e melhores rendimentos salariais. Isso dificulta muito e impede que a gente assine as carteiras de trabalho, pois não podemos ficar assinando e dando baixa em carteiras o tempo todo, eles próprios não aprovam tal prática, dizem que vão sujar as carteiras deles. Esse fato nos fez optar pela máquina colheitadeira, a qual dispensa uma quantidade enorme de trabalhadores e ainda reduz muita dor de cabeça¹².

Em função da informalidade do contrato, o proprietário fica desobrigado do cumprimento das leis trabalhistas que determinam o pagamento do salário-mínimo, das férias, do descanso semanal remunerado, etc. Além disso, o patrão não se vê obrigado a pagar os dias em que o trabalhador não pode ir ao serviço por motivo de doença. Assim, o “bóia-fria”, que mal ganha para se alimentar, precisa gastar parte da sua renda com remédios, justamente no

¹¹ Recipiente de 20 litros utilizado como unidade de medida para se estabelecer o valor pago por trabalho realizado.

¹² Entrevista cedida pelo gerente de uma das grandes propriedades de café de Barra do Choça, em 10/09/2009.

período em que não está trabalhando. De fato, das 390 pessoas entrevistadas, apenas 7,9% são assistidas pela empresa (fazenda) que trabalham, (esta assistência se refere a levar ao posto de saúde e pagar os dias não trabalhados. Assim,

as vias de comunicação entre as diferentes formas de expressão do trabalho, de alguma maneira não revelam a organicidade pretendida enquanto pretensão emancipatória da classe trabalhadora, pois presas às demarcações da divisão social e técnica do trabalho, tem-se, na prática, a subversão do que se espera; [...]. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 283).

Quanto à forma de contratação, observou-se que a totalidade é contratada pelo proprietário de forma direta ou através de seu gerente, não existindo a atuação do “gato”, que, em outras regiões onde o trabalho volante é importante, faz a intermediação entre o patrão e os “bóias-frias”. A ausência do “gato” nas lavouras de café no Planalto da Conquista se deve ao fato dos próprios “bóias-frias” se dirigirem a pontos estratégicos da cidade, onde os caminhões e tratores estão à espera para transportá-los aos locais de trabalho.

Essas novas relações de produção, que são respaldadas no “trabalho livre”, dependem de outros mecanismos de coerção, de maneira que essa exploração da força de trabalho seja legitimada, não mais considerada somente pelo fazendeiro, como também pelo trabalhador, que não tem condições de se ver na condição de subordinação (MARTINS 1998).

Desse modo,

A reestruturação produtiva do capital produz, então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas. Apesar de sua forma clássica se expressar no assalariamento (puro/combinado), a situação atual da classe trabalhadora reflete, seja nos campos, seja nas cidades, as combinações entre formas de remuneração e de sujeição da renda da terra, no caso dos camponeses que vivem dupla relação com o capital (a sujeição pura, a sujeição do trabalho em sentido amplo e genérico) e as formas autônomas, em suas mais complexas formulações (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 344).

Notadamente, essa produção com o trabalho dos “bóias-frias” nas lavouras de café proporciona o aumento da renda dos donos de terras, visto que os trabalhadores se desdobram

frente às condições que lhes são impostas, numa relação de “liberdade” e “igualdade”, como se o resultado do seu trabalho fosse compreendido como produto do capital, pois a riqueza que ele mesmo produz não é evidenciada, muito pelo contrário, o que se deixa claro é que a riqueza cresce graças ao capital aplicado pelo proprietário da terra. Nessas condições, “o capitalismo ao se expandir não só redefine relações antigas, subordinando-as à reprodução do capital, como também engendra relações não capitalistas iguais e contraditórias a essa reprodução” (MARTINS, 1981, p. 19).

Não obstante,

Esse processo fortalece ainda mais a instabilidade do assalariamento rural temporário em condições precárias (bóias-frias ou diaristas não residentes), bem como a informalidade, ampliando sobremaneira a exploração dos trabalhadores, fortalecendo sistemas de controle político e trabalhista, favorecendo a prática da perseguição à filiação e luta sindical; todavia estimula o alargamento das hordas de ocupantes de terra, que se somam a outros milhares de trabalhadores excluídos e precarizados, os quais, juntamente com as suas famílias, apostam na alternativa do confronto com o capital, latifundiários, que, além de promoverem todas as mazelas sociais, monopolizam igualmente as terras (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 350).

Durante as observações de campo, verificou-se também que a fiscalização acontece no final da jornada de trabalho diária, quando o gerente ou o “medidor” observa a qualidade do trabalho do catador de café, que não pode deixar galhos, folhas, cascalho, terra ou qualquer outro produto juntamente com o café colhido. Neste caso, para compensar, o “medidor” acrescenta maior quantidade de grãos de cafés, sem levar em conta que a própria medição normal da lata apresenta um excesso de grãos. Essa situação lesa diretamente o trabalhador, desestimulando-o ainda mais. A Figura 22 retrata esse momento de medição e a quantidade de café colhida pelo trabalhador.

Figuras 23 – Medição de café – Propriedade do município de Planalto/BA

Foto: Venozina Oliveira, maio de 2010.

Além dessas vantagens desfrutadas pelo proprietário, esse sistema possibilita ainda, a intensificação do trabalho, pois o “bóia-fria” amplia sua jornada de trabalho, pela necessidade que tem de aumentar a sua renda familiar, sacrifica, inclusive, seu horário de almoço e, ainda recorre à força de trabalho da mulher e dos filhos adolescentes (Figuras 23 e 24). Assim, movimentando-se entre as áreas produtoras de café da região, os trabalhadores seguem a vida, tentando driblar a situação, numa luta constante, num ciclo que não se fecha muito menos se completa, como evidencia as imagens abaixo:

Figura 24 – Uso da força de trabalho feminina e infantil na colheita de café Poções/BA, 2010.



Foto: Venozina Oliveira, maio de 2010.

Figuras 25 – Trabalho na colheita de café / município de Poções/BA, 2010.

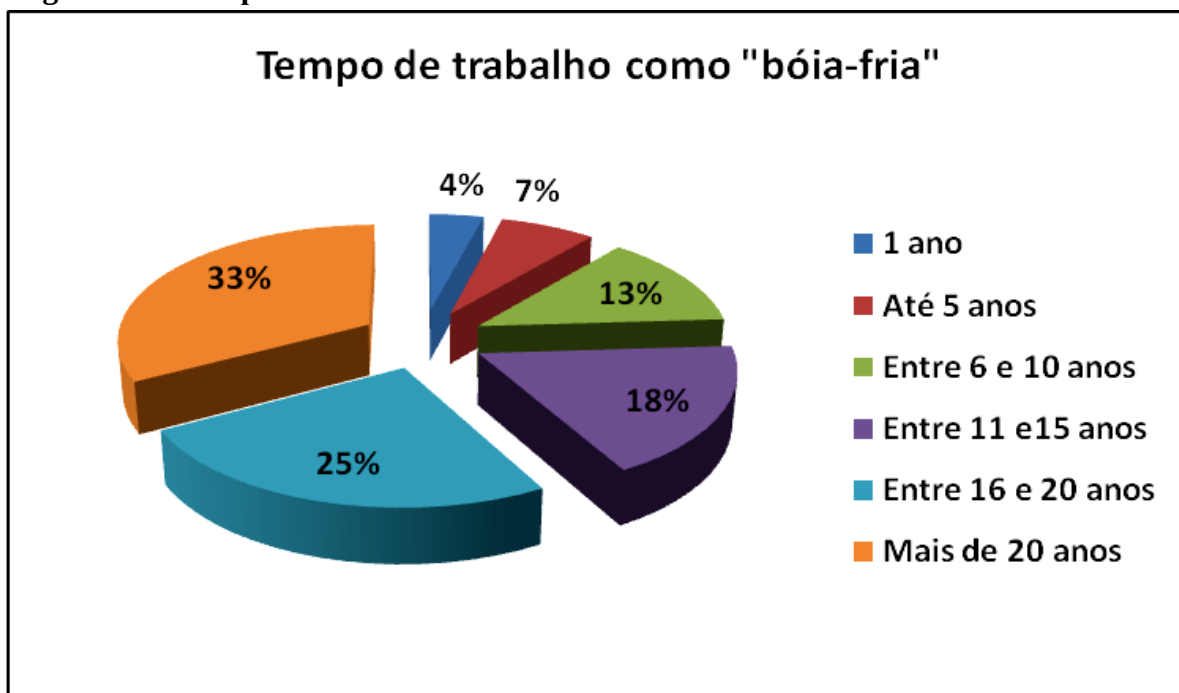


Foto: Venozina Oliveira, maio de 2010.

Por conseguinte, essa dinâmica geográfica do trabalho no Brasil, bem como o seu movimento de “territorialização, desterritorialização e reterritorialização” é que permite a compreensão acerca da realidade das famílias trabalhadoras camponesas, como também do grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras, os quais se destacam nesta conjuntura, por conta da forma contraditória que tem marcado as suas vidas, seja na área rural, seja na área urbana (THOMAZ JÚNIOR, 2008).

De acordo com os dados representados na Figura 25, constata-se que 64% dos informantes desempenham o trabalho como “bóia-fria” há mais de 10 anos. Isso comprova a escassez da oferta de trabalho no meio urbano, uma vez que grande parte desse contingente reside na cidade, mas tem sua sobrevivência ligada ao trabalho volante no campo. Assim, percebe-se que a questão reside também nas práticas que os trabalhadores não conseguiram deixar para trás, isto é, os trabalhadores do campo que hoje vivem nas cidades geralmente são camponeses que deixaram o campo há algum tempo e carregam as raízes de uma história de vida marcada pelas práticas do campo.

Figura 26 – Tempo de trabalho como “bóia-fria”.

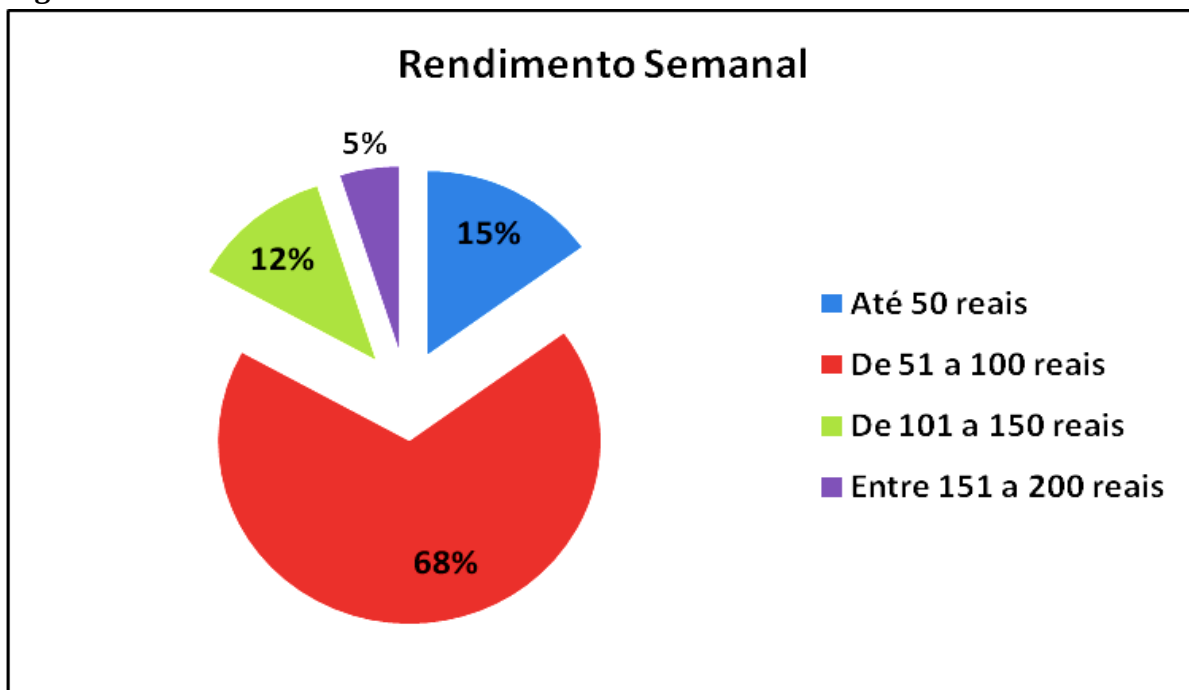


Fonte: Pesquisa de campo realizada entre outubro de 2009 a julho de 2010.

Organização: Venozina de Oliveira Soares

Com relação aos rendimentos salariais dos trabalhadores, mesmo na época da colheita, que vai de maio a outubro, 90% dos trabalhadores diz ganhar até R\$ 100,00 (cem reais) por semana, que somado ao mês, chega a um valor inferior ao salário-mínimo vigente que é de R\$ 545,00 (Figura 26).

Figura 27– Rendimento Semanal dos “bóias-frias”.



Fonte: Pesquisa de campo realizada entre outubro de 2009 a julho de 2010.

Organização: Venozina de Oliveira Soares

Todavia, alguns trabalhadores se destacam mais colhendo café, sendo que um adulto pode ganhar até dois salários-mínimos por mês. Na entressafra esse valor é inferior a um salário-mínimo. Por esse motivo, os “bóias-frias” dizem gostar mais de colher café, porque, além do serviço ser mais leve, recebe melhores salários pela atividade desenvolvida e o trabalho se estende por um período prolongado.

Veja o depoimento de uma das trabalhadoras rurais que reside no município de Barra do Choça, ao responder sobre a sua participação como trabalhadora na colheita do café, ela fala da importância do trabalho para a sua vida e de toda a sua família:

Pra mim e pra nois tudo aqui, o café é muito importante, é muito bom catar café. Com o dinheiro que ganhamo, já arrumei muita coisa. Todo ano troco uma coisinha: num ano compro um sofá, no outro pinto a casa, compro fogão, geladeira, televisão... e até celular. Tá vendo essas coisas aqui, tudo é comprado com dinheiro do café. Tem mês que sozinha, chego a ganhar até 700 reais, mas é muito trabalho, tem que dormir cedo, acordar cedo para pegar na lida. Na roça nois não perde tempo, é comida fria, banana com farinha e muita água que a gente já leva de casa. Também é preciso guardar um pouco de dinheiro para a parte do ano que não tem trabalho, senão nós passa até fome.¹³

Na entressafra, uma pequena parte dos trabalhadores continua desenvolvendo atividades braçais de natureza rural. Nesse período, trabalham com atividades diversas, notadamente limpando e “desbrotando” os cafezais, plantando e colhendo feijão, milho, mandioca e outras. Uma parcela significativa de trabalhadores do sexo feminino, na faixa de 16 a 24 anos, trabalha sempre como empregada doméstica nos municípios do entorno, mais precisamente em Vitória da Conquista visto que a oferta de trabalho é maior.

Em relação aos meios de transporte utilizados para chegar às propriedades cafeicultoras, constatou-se que a maioria vai de caminhão e trator. Geralmente as pessoas se apóiam em determinados pontos das ruas das cidades esperando o transporte. Os caminhões utilizados para essa prática não têm bancos ou algo parecido para que os trabalhadores se acomodem, nem cobertura para se protegerem da chuva, ou seja, são transportes completamente inadequados para pessoas, pois não oferecem nenhuma segurança. (Figuras 28, 29, 30 e 31).

¹³ Entrevista cedida por uma trabalhadora residente no município de Barrado Choça/BA, durante a pesquisa de campo, maio de 2010.

Figura 28 – Ponto estratégico de espera do transporte para as lavouras de café – município de Barra do Choça, 2010



Figuras 29 – Ponto estratégico de espera do transporte para as lavouras de café – município de Planalto, 2010



Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho-agosto de 2010. Fotos: Venozina Oliveira.

Figura 30 – Meio de transporte dos “bóias-frias” município de Barra do Choça, 2010.



Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho-agosto de 2010. Fotos: Venozina Oliveira.

Figura 31 – Meio de transporte dos “bóias-frias” município de Planalto, 2010.



Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho-agosto de 2010. Fotos: Venozina Oliveira.

Os trabalhadores que vão a pé ou de bicicleta para as lavouras, moram nas cidades e/ou povoados mais próximo das fazendas. Os que vão de ônibus geralmente trabalham nas propriedades que tem as maiores lavouras, e apenas no período de colheita, quando a fiscalização é mais intensa. Assim, os “bóias-frias” são transportados em caminhões paus-de-arara, sem qualquer cobertura para proteção, mesmo em período de chuvas, chegam a transportar até 140 trabalhadores de uma só vez (COSTA 1991).

Quando se perguntou sobre o sonho e as perspectivas de futuro a esses trabalhadores, 74,1% disseram que o grande sonho é ter um emprego fixo com carteira assinada para não ficarem à mercê do trabalho volante. Outros não têm respostas, não vislumbram perspectivas, falam que a eles só resta trabalhar. Muitos afirmam, porém, que o café veio como redenção, pois antes não tinham como trabalhar para comprar suas coisas. Algumas donas de casa mostram os móveis e os eletro-eletrônicos que compraram com o dinheiro que ganharam colhendo café. A maioria destaca a importância do café para a sobrevivência da família. Isso demonstra o nível extremo de alienação a que estão submetidos esses trabalhadores.

É importante lembrar que dentre os seis municípios pesquisados, há diferentes formas de compreender o trabalho. No que se referem aos “bóias-frias”, as condições são sempre as mesmas aqui evidenciadas. Porém, a cafeicultura entre um município e outro apresenta algumas diferenças, principalmente no que se refere às relações que a classe trabalhadora mantém com a cultura, isto é, com a lida do dia-a-dia, ou mesmo durante o ano agrícola.

Em Barra do Choça, por exemplo, os moradores têm uma relação muito direta com a cafeicultura local, pois trabalham o ano inteiro com o café, seja no plantio, na limpa, na adubação e na colheita. Mesmo que a maior parte deste trabalho seja apenas durante a colheita, mas eles estão sempre por perto, vez que a maioria reside no próprio município, seja no perímetro urbano, seja nas áreas rurais (lugarejos, povoados ou distritos). No município de Planalto essa realidade também se apresenta com as mesmas características, visto que o café também é bastante representativo na economia do município, pois representa a principal atividade.

No município de Poções esse mesmo processo não acontece, pois dos municípios estudados, esse é o que tem as menores quantidades de áreas de cafezais. Por isso, a maioria da população não mantém uma relação muito direta e dependente da cafeicultura. Isso, porque a localização geográfica fica mais aproximada da “Caatinga”, inserida no “Polígono das Secas”, com condições climáticas diferenciadas. Assim, os moradores se envolvem com atividades das mais diferenciadas, sejam agropecuárias ou comerciais.

No período da colheita, muitos trabalhadores desses municípios se deslocam para Barra do Choça, por apresentar uma oportunidade maior de trabalho, também pelo fato de fazerem uma migração pendular, isto é, vão ao trabalho pela manhã cedinho e retornam no final da tarde, pois muitas fazendas de café estão no limite entre esses municípios.

Em Vitória da Conquista a população em geral não têm uma relação direta com a cafeicultura, somente aqueles que exercem atividades braçais, isto é, os lavradores que moram nas periferias e que vivem migrando o ano inteiro em busca de trabalho, seja no café no período da colheita, seja na colheita do algodão na região Oeste da Bahia ou nas áreas de produção de hortaliças.

No município de Encruzilhada observou-se também que a população demonstra uma afinidade maior com a cultura cafeeira, visto que representa a principal atividade econômica. Os trabalhadores geralmente moram no entorno da cidade, de modo especial na Vila do Café, de onde sai a maioria para a lida do dia-a-dia.

Em Ribeirão do Largo essa realidade é um pouco diferente. Durante as observações de campo, ficou constatado que a população demonstra pouca afinidade com a cafeicultura, pois as fazendas produtoras de café ficam muito afastadas do sítio urbano e a maioria da população praticamente não lida com as atividades dessa cadeia produtiva. Geralmente, quem lida com o café é a população do município vizinho de Itambé e também grande parte da população de Divisópolis e Mata Verde, ambos são municípios do Estado de Minas Gerais, que fazem fronteira com as propriedades cafeicultoras de Ribeirão.

Também é relevante destacar que a maioria dos proprietários das fazendas de café de Ribeirão do Largo reside em Vitória da Conquista, cujas famílias lidam apenas com o dinheiro oriundo do café, isto é, de seus rendimentos, do lucro que é parte do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores. Dessa maneira, é importante ressaltar:

[...] só o trabalho produz valor, produz riqueza, e o trabalho pertence originalmente ao trabalhador; no entanto, a riqueza, o capital, aparece não como produto do trabalho, mas como produto do próprio capital. Um ponto, portanto, essencial para o entendimento do que é uma relação capitalista está no fato de que essa relação é uma relação de exploração baseada numa ilusão – a ilusão de que não há exploração alguma. Exatamente por isso é que os trabalhadores são livres no capitalismo: eles não precisam do chicote do senhor de escravos para se submeterem [...], basta a ilusão de que a troca de salário por força de trabalho é uma troca de equivalentes, entre iguais, por isso justa e legítima. (MARTINS, 1986, p. 156).

Assim, no campo ou na cidade, o trabalhador sobrevive frente às facetas engendradas e estabelecidas nessa contraditória realidade, que simultaneamente tem promovido as mazelas próprias do modo de produção capitalista, as quais subjugam a classe trabalhadora, relegando à própria sorte, pois direta ou indiretamente sempre é atingida em função da precarização e desvalorização do trabalho que tem sido uma constante, explicitando a fragilização toda a classe de trabalhadores desse país.

No caso da área em estudo, é importante lembrar que em 1980, com apenas uma década de implantação da cafeicultura, os trabalhadores de Vitória da Conquista e Barra do Choça deflagraram uma greve, marcando a história da agricultura local. Entre as reivindicações, os trabalhadores lutavam por salários mais justos; equiparação salarial para as mulheres; pagamento de hora extra; cumprimento das leis trabalhistas; criação de escolas nas fazendas; proteção ao trabalho do menor; auxílio doença; ônibus para transportar os trabalhadores; fornecimento de água potável e assinatura das carteiras de trabalho.

Na oportunidade, os trabalhadores rurais entregaram um abaixo assinado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista e à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, contendo mais de duas mil assinaturas. Após uma pauta de reuniões com representantes de vários segmentos trabalhistas, governamentais e outras instituições, os trabalhadores entraram em greve no dia 12 de maio de 1980, que teve duração de apenas dez dias.

Conforme participaram da greve mais de três mil trabalhadores, que tiveram apoio efetivo da Igreja Católica, através das suas entidades eclesiais, particularmente os seus movimentos de base, como a Comissão de Justiça e Paz e a Comissão Pastoral da Terra, conjuntamente com a FETAG e a Comissão Salarial (SANTOS 1987).

Segundo Andrade,

A greve foi reprimida com o uso da polícia para impedir a formação de piquetes, com uma forte propaganda pela imprensa acusando os grevistas de comunistas e agitadores, e a mobilização de “fura-greves” em outros municípios. Os trabalhadores só suportaram dez dias de greve, mas, a 16 de setembro o TRT deu-lhes ganho de causa e estes compreenderam a grande importância da organização para exigir que as leis sejam cumpridas pelos proprietários (ANDRADE, 2000, p. 54).

Apesar da represália vivenciada pelos trabalhadores, como também das arbitrariedades promovidas pela polícia e demais órgãos estaduais, o movimento grevista

mobilizou vários segmentos da sociedade, demonstrando certo poder de organização, união e luta da classe trabalhadora.

Percebe-se, portanto, que não é de agora que os trabalhadores rurais lutam por melhoria na lida com a cafeicultura, visto que são de extrema relevância nesse processo, pois mesmo com o incremento de máquinas e equipamentos tecnologicamente modernos, a mão-de-obra ainda é imprescindível para muitos procedimentos dessa cadeia produtiva. Para tanto, é preciso fazer garantir o cumprimento das leis vigentes, no sentido da equidade e justiça social. Isto, porque o trabalhador, especialmente o rural, tem sido “o elo mais vulnerável na cadeia do sistema produtivo [...]”. Ele parece ser o vértice de uma pirâmide invertida, no sentido em que o produto do seu trabalho é dividido entre muitos, porém, sobrando-lhe pouco”. (IANNI, 2005, p.139).

Nesse cenário de super exploração da força de trabalho, como já foi ressaltado, insere-se também o camponês dono de terra, que além da sujeição da renda da terra ao capital, ainda, através do trabalho acessório, também tem seu sobre-trabalho expropriado diretamente pelo capital, quando este deixa suas terras para trabalhar na colheita de café nas fazendas da região.

4.3 A Produção Camponesa e o Vínculo com o Capital

Para compreender a produção camponesa, é necessário, em primeiro lugar, avaliar o modo de vida camponês, bem como as relações que estão intrinsecamente atreladas a essa *classe*. Assim, vários autores tentam conceituar e entender a real condição e o modo de vida dos camponeses, ora situando-os como produtores familiares, pelo fato de incluírem a família na “labuta” da produção, ora como “unidade camponesa” dada pela condição específica para a produção de sua própria existência, e/ou por muitas outras denominações, pelo fato de se envolverem não somente com a produção de alimentos para o sustento da família, mas também com a produção excedente para a comercialização, como é o caso dos camponeses do Planalto da Conquista que se envolvem com a produção de café para o mercado.

Sob esse ponto de vista,

Compreender o campesinato como um sistema subalterno não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura e identidade, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital (WELCH E FERNANDES, 2008. p. 166).

Shanin, ao refletir sobre a definição dos camponeses, problematiza a questão, apontando a *mistificação* camponesa como ponto relevante para a sustentação da *conceituação e desconceituação*. Enfatiza que “um camponês não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico”. Ressalta que o uso da *generalização* como conceito não implica a *homogeneidade* dos camponeses, tampouco supõe uma *separação clara das categorias reais do gênero*. A partir de uma vasta argumentação, conclui que os camponeses são uma *classe, uma economia*, e, além disso, outras coisas que a sociedade ainda não conceituou, *pois a realidade não é pura*; tampouco pode ser *a análise relevante da realidade* (SHANIN (1980).

Partindo desse pressuposto, é importante considerar também que a agricultura camponesa não existe em estado puro, continua marcada constantemente pelas contradições e enfrentamentos, na tentativa cotidiana de considerar e fazer valer sua própria afirmação, mesmo sofrendo as pressões constantes, no sentido do seu desaparecimento (GORGEN 2005).

Assim,

Vive um processo continuado de afirmação e de tentativas de varrê-la do mapa. Sua existência é sua resistência e sua luta permanente. No momento histórico em que vivemos, ela está sob pressão do mercado capitalista que a força às migrações constantes, a inserir-se no mercado internacional, a produzir monoculturas, a fornecer mão-de-obra para as empresas capitalistas, a endividar-se no sistema financeiro, a integrar-se com agroindústrias, a ser complementar à produção dos latifúndios, a consumir o pacote tecnológico das multinacionais (GORGEN, 2005. p. 02).

Ao avaliar a inserção do modo capitalista de produção na agricultura, em “A Questão Agrária”, Kautsky afirma que a burguesia leva o camponês à subordinação citadina, haja vista que a agricultura começa a depender cada vez mais de produtos adquiridos na cidade (adubos, sementes, rações, entre outros insumos), também do crédito hipotecário, que possibilita a exploração do mesmo pelo capitalista financeiro. Desse modo, o autor explica como se torna desfavorável a relação campo-cidade, pois esse processo tem contribuído para a dependência

e submissão dos camponeses aos industriais, comerciantes e banqueiros, os quais se mantêm na cidade (KAUTSKY 1986).

Contudo, o autor questiona que não quer dizer que a pequena propriedade chegara ao fim, isto é, ela não desaparece. Ao contrário, a exploração das propriedades de grande porte passa a necessitar cada vez mais de uma quantidade dessas pequenas propriedades, no sentido de aumentar a exploração industrial para o fornecimento de matéria prima. Desse modo, essa mesma mercadoria (matéria prima) que é vendida para a indústria, volta a ser comercializada, inclusive para os próprios camponeses. Além do mais, essa reprodução permite que os camponeses continuem como mão-de-obra de reserva para ser explorada a depender da necessidade de trabalhadores assalariado (KAUTSKY 1986).

Assim, a interação do capital sobre as velhas formas de propriedade leva-as a se transformarem em renda, em dinheiro, o que induz a agricultura a tornar-se um ramo da indústria e as antigas relações de produção a se transformarem em relações de trabalho assalariado, com a desvinculação dos laços que prendem o homem à terra (SMITH, 1990, p. 132).

Como se vê, o controle sobre o território se manifesta pelas relações de poder a partir da construção e delimitação do espaço geográfico, que deve ser compreendido considerando a importância das relações entre a sociedade e o meio, como também entre os agentes sociais envolvidos nessa relação. Paradoxalmente, sob condições divergentes, a terra é ocupada tanto pelos empresários do agronegócio, que agora incrementam novas relações de produção, com as conseqüentes mudanças na divisão social e territorial do trabalho, como também passam a conviver com a emergência dos movimentos sociais pela terra, que se fazem através de lutas constantes, como é verificado nas últimas décadas no território brasileiro (FERNANDES, 2008).

Para Oliveira,

[...] esse processo está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar e apropriar a renda da terra produzida pelos camponeses. Nesse caso, o capital não tem necessariamente se territorializado, mas sim monopolizado o território quando este está ocupado pelos camponeses (OLIVEIRA, (1995, p. 468).

Neste sentido, é importante considerar a importância da agricultura camponesa, pois mesmo tendo o seu território monopolizado pelo capital, como bem argumenta o autor, ela se destaca com peso significativo e relevância constante, haja vista que contribui de diferentes maneiras e em diferentes escalas, seja enquanto pequeno produtor de alimentos para a sua subsistência e do seu entorno, seja enquanto produtor para o agronegócio, como é o caso da participação na produção de café, na área de estudo.

É evidente que em primeira instância, a unidade camponesa preserva parte da sua produção para o abastecimento da família, porém, não se pode negar que na atualidade, e em todos os lugares desse país, o excedente da sua produção é comercializado de diferentes formas, no sentido de garantir a sobrevivência e, ao mesmo tempo se sustentar enquanto *classe*, mesmo considerando que em várias regiões os camponeses são envolvidos no processo produtivo de algumas commodities, isto, porque conforme enunciado anteriormente, “vai além da necessidade de sobrevivência, ou seja, vai na contramão da [...] contradição enquanto classe social no modo de produção capitalista”(ALMEIDA, 2008, p.308-309).

Nessa visão, ao predominar a utilização do trabalho da família, o campesinato está imediatamente valorizando a relação social não capitalista, que considera as formas de poder de maneiras diferentes das formas de poder das relações capitalistas. Conseqüentemente, essa diferença de relações consubstancia com o uso do território. “Esta limitação determina a área de produção e, [...] todas as relações que lhe são resultantes, [...] tempo de trabalho, renda, quantidade produzida, além dos seguintes objetivos: acumulação sem limites ou reprodução da condição de ser camponês” (WELCH E FERNANDES, 2008, p. 167).

Entretanto, não se pode negar a capacidade que o campesinato encontra ao se adequar às diferentes situações vivenciadas na agricultura, muitas vezes impostas pelo desenvolvimento do capitalismo, isto, porque o cerne da sua base também se encontra nessa relação, ao mesmo tempo em que permite certo equilíbrio intermediado entre as reais necessidades dos camponeses e as do mercado (MARQUES, 2008).

Não obstante, é dentro da ordem metabólica do capitalismo e das contradições que direcionam os elementos principais da produção e, geralmente, através do processo da reprodução ampliada do capital, bem como dos impactos para o mundo do trabalho, (que geralmente reproduzem relações não capitalistas de produção), é que se pode compreender a real situação do campesinato, “imerso no metabolismo social do capital, e, conseqüentemente, no ambiente da organização, das disputas e das alianças políticas” (THOMÁS JÚNIOR, 2008, p. 281).

Em linhas gerais, essa é a realidade em que convivem os camponeses, lado a lado da grande produção, tendo que driblar sob a lógica da organização produtiva capitalista. Assim, ao mesmo tempo em que se re-arranja no sentido de sobressair diante da situação, também deve incrementar e se integrar a muitas dessas características, haja vista a necessidade de sobreviver perante o dinamismo do modo de produção capitalista, que tanto tem contribuído para determinar essas relações. Desse modo “O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais” entre os quais se encontra essa classe. (HARVEY, 2005, p. 171).

Como já foi destacado no capítulo anterior, os camponeses dos seis municípios estudados são responsáveis diretos por, aproximadamente, 21% do café produzido nessa área. Tal produção é monopolizada pelo capital, extraindo-o sobre-trabalho e a renda da terra contida nessa mercadoria, o que se converterá no lucro das empresas capitalistas. Além dessa vantagem para o capital, a força de trabalho camponesa (proprietários de terras, assentados, arrendatários e parceiros) corresponde a 27% do trabalho empregado na colheita do café, de acordo com dados do trabalho de campo (Figura 09). Assim, o campesinato se sujeita duplamente à lógica de reprodução ampliada do capital na dinâmica do agronegócio do café, no Planalto da Conquista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização deste trabalho, não foram poucas as horas de estudos, dedicação e entusiasmo. Ao mesmo tempo, tiveram também as horas de desânimo, cansaço e medo de não dar conta dele por inteiro. As dificuldades enfrentadas ao longo do caminho foram muitas, as incertezas foram constantes. Porém, essas barreiras e os limites não impediram obviamente, que se cumprissem os objetivos propostos, isto, porque as transformações e contradições promovidas no espaço agrário do Planalto da Conquista foi o combustível principal que motivou para a realização deste estudo.

Entre as dificuldades enfrentadas durante a pesquisa destaca-se o acesso aos trabalhadores no momento de partida para as fazendas, porque saem muito cedo de suas cidades e também porque alguns motoristas não permitem que os meios de transportes sejam fotografados. Outra dificuldade diz respeito ao acesso do pesquisador aos fiscais do ministério do trabalho, pois eles nunca avisam quando vão fazer as fiscalizações nas fazendas e também evitam as entrevistas no setor de trabalho.

É válido destacar também, que não foi fácil visitar os seis municípios, pois alguns ficam um pouco distantes, e, por algumas vezes as pessoas responsáveis pelos setores não cumpriram com dia e horários marcados para as entrevistas. Assim, foi necessário repetir as visitas por mais de duas vezes em quase todos os municípios. No mais, tudo se deu de forma tranquila e pacífica, afinal, este tema trouxe algumas polêmicas anteriormente provocadas, que poderiam desencadear alguns conflitos.

Desse modo, é interessante salientar a importância desse estudo, pois decorre da diferenciação de atores envolvidos num mesmo processo, como também de questões ligadas à terra, numa intrínseca relação de complexas transformações e contradições, que foram construídas ao longo da história, merecendo, portanto, uma reflexão bem respaldada nos principais teóricos que tratam dessa questão.

No sentido de compreender melhor o objeto de estudo focado, foi necessário, em primeiro lugar, estudar um pouco sobre as contradições e transformações do/no espaço agrário. Assim, ficou compreendido que a submissão da agricultura ao capital contribuiu para muitas transformações e contradições no campo ao longo do processo histórico, com destaque para o processo de “modernização da agricultura”, que vem contribuindo gradativamente para a exclusão da população do mundo inteiro, especialmente das áreas mais pobres, que vêm cedendo espaços cada vez maiores para as atividades ligadas ao agronegócio.

Constatou-se, assim, que essa prática vem contribuindo de maneira decisiva para as condições de subordinação e pobreza dos povos, de modo especial com o “acirramento das idéias de modernidade”, quando ocorre a expansão do modo de produção capitalista, que aliena as pessoas num processo cada vez mais ilusório e contraditório, levando à fragilização da classe camponesa.

Ficou entendido que a trajetória da cafeicultura tem peso relevante no contexto histórico e econômico de vários continentes e de vários países do mundo, de modo especial do Brasil, haja vista que a partir do século XIX, o país começa a comandar o mercado, assumindo a liderança como principal produtor mundial de café, contribuindo, portanto, para o processo de “crescimento” e “desenvolvimento” socioeconômico do país.

Com características próprias e tipicamente brasileiras, a cafeicultura definiu a economia durante um longo período da história brasileira. Durante muitos anos, contribuiu para várias mudanças no campo e ao mesmo tempo na construção de muitas cidades, de modo especial, no Sudeste do país, fenômeno definido como “sementeira de cidades”. Atravessou várias fases da história, resistiu a muitas crises, mas continua como uma das principais commodities na pauta de exportações do Brasil, que se destaca também como principal produtor mundial (MONBEIG 1984).

Atualmente o café está presente em planaltos e regiões montanhosas do Sul do país até a Amazônia, em cultivos adensados ou convencionais, resiste ao frio e com o incremento da irrigação suporta o clima seco e é cultivado em pequenas, médias e grandes propriedades. Além disso, o Brasil sai na frente no quesito diversidade, sendo que tem relação direta com espécies e variedades¹⁴, cujas pesquisas têm sido acentuadas e garantidas pelos setores de pesquisas de qualidades do café, do todo o país.

O Estado da Bahia já registrou uma produção considerável de cafés no decorrer do século XVIII, quando se adentrou por vários municípios do extremo sul. Atualmente é produzido com primazia em outros municípios, destacando as regiões da Chapada Diamantina, do Oeste Baiano e do Sudoeste da Bahia, cuja região se destaca frente às demais, haja vista que no Planalto da Conquista, Barra do Choça é o maior produtor do Norte/Nordeste do Brasil.

Localizada numa área de transição, com microclimas bastante diferenciados, entre o Agreste, a Zona da Mata e a Caatinga, a área tem se destacado com o agronegócio cafeeiro das grandes empresas e a participação efetiva dos camponeses, com expressiva produção de

¹⁴ Adaptação a partir de informações do site Coffee Break: O Portal do Agronegócio Café. Acesso em 24/10/2008.

café, cuja especificidade merece ressalva e estudo detalhado por parte dos centros acadêmicos.

Assim, a cafeicultura do Planalto da Conquista apresenta características bastante diferenciadas das demais regiões do Brasil, com significativo destaque da produção de café pelos camponeses, visto que a categoria se organiza também, e, principalmente, em função da nucleação da área cafeeira.

É evidente que a cafeicultura do Espírito Santo também apresenta essa característica de pequenas unidades produtoras de café, porém, a diferença básica encontra-se na cultura das pessoas, bem como no processo de diversificação da agricultura e da produção artesanal, que é muito presente neste Estado. Aliada a isso, ainda tem a escolarização da população do campo, que contribui para a melhoria da qualidade de vida dos capixabas, fator que faz a grande diferença na economia local.

No caso específico do Planalto da Conquista, foi possível verificar que não tem sido prioridade dos governos a preocupação para com a melhoria da qualidade de vida dos camponeses e/ou dos trabalhadores rurais, pois as políticas públicas implantadas na região foram voltadas prioritariamente para a sustentação da cadeia produtiva do café, com linhas de crédito específicas para os empresários rurais (crédito agrícola e financiamentos para compra de equipamentos e para a agro industrialização, através do FNE e outros programas creditícios) e o micro-crédito do PRONAF, para os camponeses, mediante a política do Banco mundial.

Assim, no sentido de promover a “sustentabilidade” da monocultura cafeeira, os governos implantaram na região, setores e órgãos diversificados, com estruturas estratégicas e profissionais capacitados para garantir com eficácia o sucesso da cadeia produtiva do agronegócio, a exemplo da criação de secretarias de agricultura, postos da EBDA, da DAB, abertura de bancos e cooperativas de crédito, além do fortalecimento e da criação de novos Conselhos a nível regional e local, sempre priorizando as decisões que venham nortear a política agrícola fomentada para dar suporte à cadeia produtiva do café.

Além disso, foram criados outros “pacotes” de políticas assistencialistas dos governos, a nível federal, estadual e municipal. Entre eles, PETI, Bolsa Família, Bolsa Renda entre outros, que são destinados tanto para os cidadãos, como também para o homem do campo, mas que não deram conta de resolver os problemas socioeconômicos da população.

Cumprе destacar, portanto, que a cafeicultura do Planalto da Conquista concentra uma maioria de produtores camponeses, que detêm poucas áreas de terras e sobrevive entre os grandes e médios produtores de café, ora vendendo sua força de trabalho na cafeicultura

regional, ora desenvolvendo as atividades na sua propriedade, cumprindo os dois papéis, no sentido de manter a sobrevivência. Esse dado vem ressaltar a importância que se deve atribuir aos camponeses, que mesmo não ficando imune aos efeitos do processo de “modernização” da agricultura, continuam na luta, insistindo em desenvolver suas atividades e tentando reafirmar o seu papel enquanto “classe” lado a lado dos médios e grandes empreendimentos agroindustriais.

Assim, a estrutura da produção é basicamente fundamentada na monocultura cafeeira, pois desde o período da sua implantação tem demandado atenção especial por conta da estrutura necessária, visto que é um produto de grande destaque na pauta de exportação do Brasil e desde muito cedo, quando da sua chegada no país, carrega consigo as marcas de uma estrutura agrária concentradora e voltada para atender à economia de mercado.

Na década de 1970, a implantação/expansão da cultura cafeeira, via participação do Estado, intensificou o processo de concentração da terra em várias regiões da Bahia, contribuindo com mudanças significativas para a configuração da estrutura fundiária. Como resultado, o Planalto da Conquista apresenta uma estrutura fundiária bastante concentrada, isto é, poucas propriedades com vastas áreas, e muitas propriedades com áreas bastante reduzidas. Diante disso, na agricultura regional ganha destaque a cafeicultura, cuja produção é resultante do grande número de camponeses produtores de café, que convivem com os grandes empreendimentos do agronegócio cafeeiro.

Dessa estrutura resulta uma grande massa de trabalhadores rurais, pois mesmo aqueles que possuem roças de café, se deslocam para trabalhar nas maiores propriedades num determinado período do ano agrícola, pois não conseguem sobreviver apenas dessa atividade nas suas terras. Assim, contribui para aumentar o número de “bóias-frias”. Além do mais, esse número de trabalhadores é ampliado pela incorporação de migrantes atraídos pelo trabalho nas lavouras no período da safra. Essa contradição é resultante das mudanças locais nas relações de produção.

Essa realidade permite concluir, portanto, que as condições de vida dos “bóias-frias”, são representadas por baixo rendimento, insalubridade no transporte, baixa escolaridade e rendimentos salariais insuficientes, que não são compatíveis com o relevante papel que esta categoria desempenha. Isso ocorre, principalmente, porque esta relação de trabalho não tem proteção legal específica.

Assim, o trabalhador fica à mercê das mais variadas formas de exploração, pois o proprietário não se vê obrigado a cumprir uma série de encargos legais universalmente

reconhecidos. Por outro lado, a baixa escolaridade explica o incipiente nível de organização política que caracteriza essa categoria.

Constatou-se também na pesquisa que um dos fatores que contribui para baratear o preço da mão-de-obra volante é a existência de um grande contingente populacional que tem sua reprodução diretamente ligada ao trabalho volante, mesmo considerando que boa parte mora na cidade. Assim, os trabalhadores volantes participam de uma dura jornada de trabalho, tanto pela intensificação do ritmo da produção, quanto pelas condições precárias e penosas do transporte.

Dessa maneira, os trabalhadores têm que subsistir durante o ano com uma renda média mensal inferior ao salário-mínimo e, embora existam leis que protejam o trabalhador, na prática, ainda subsiste com uma situação de ilegalidade e incompatibilidade com o relevante papel que desempenha na cafeicultura local.

Além do mais, as condições objetivas em que se encontram neste momento histórico não decorrem simplesmente do não cumprimento das leis trabalhistas, mas do processo de valorização do capital, que deixou, por um lado, uma crescente concentração fundiária e, por outro, um grande contingente de trabalhadores divorciados dos meios de produção. Assim, “[...] o modelo permite a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e, portanto do nível de vida da massa trabalhadora rural” (OLIVEIRA, 2003, p. 45).

Há de se convir, entretanto, que não é de agora que esses problemas assolam a classe trabalhadora rural. No país como um todo, esse processo é histórico. Todavia, a partir da década de 1960, essas mudanças têm se acentuado e vêm alterando as relações agrárias travadas nesta conjuntura, pois decorre do processo de “modernização” agrícola inserido nesse período, quando o Brasil abriu de vez as portas para o capital agroindustrial, fazendo com que os camponeses e trabalhadores do campo fossem atingidos pelo processo de inserção do capital no campo. Assim, o campo também altera as suas relações, que passam a obedecer à lógica do modo de produção hegemônico (lógica do mercado) que engendra os novos processos, numa engenhosa e estratégica divisão social e territorial do trabalho.

Portanto, nota-se a complexidade da questão agrária, que não somente na área em estudo, mas no país como um todo, exprime tanto pela organização do espaço agrícola, como também, e principalmente, em função da organização da produção industrial, que doravante se articulam numa interdependência sem igual, redefinindo a estrutura da divisão social e territorial do trabalho, numa conjuntura cada vez mais globalizada, que contribui para trucidar os ideais e sonhos de uma classe tão importante e necessária nesse processo.

Em face dessa realidade, conclui-se que o ritmo e a intensidade das mudanças nas relações de trabalho foram alterados em função da cadeia produtiva do café, destruindo relações anteriormente construídas. Assim, passam a vigorar outros mecanismos relacionados ao trabalho, como o aumento da circulação e mobilidade horizontal da força de trabalho, a ampliação dos fluxos migratórios, e emersão dos aglomerados urbanos, bem como a mobilidade do capital financeiro.

Conclui-se também, que na cafeicultura do Planalto da Conquista, os camponeses se destacam com importância relevante, haja vista que contribuem com uma produção expressiva de café, ao mesmo tempo em que representam importante mão-de-obra no período da safra, além de desempenhar um papel de destaque no contexto da região, em função da organização em torno do agronegócio cafeeiro.

Em linhas gerais, essa é a realidade da territorialização da cafeicultura no Planalto a Conquista, que se exprime pela contradição entre as grandes, médias e uma quantidade bastante expressiva de pequenas unidades produtoras de café, numa relação com forte dependência do crédito rural, sustentada pelas políticas agrícolas do governo brasileiro, que, em sua maioria, são voltadas para garantir a reprodução do capital internacional e da elite autocrática, oligárquica, para não dizer coronelista desse país.

6. REFERÊNCIAS

- ABRINI, João Edmilson. **Movimentos Sociais no Campo e Outras Resistências Camponesas**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e Territórios em Disputa*. UNESP - São Paulo. Expressão Popular, 2008.
- ACSELRAD, Henri e MELLO, Cecília Campello do A. **Território e Poder – a política das escalas**. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro 2000.
- ALMEIDA, Rômulo. **Traços da História Econômica no Último Século e Meio**. In: Revista do Instituto de Economia e Finanças da Bahia. Vol. 2, julho de 1951.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *A Geografia da Prática de Ariovaldo e o Campesinato: uma abordagem*. In. *Geografia Agrária: Teoria e Poder*. 1ª edição, São Paulo, Expressão Popular, 2007.
- AMIN. Samir, VERGAPOULOS. Kostas, **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correa de. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo, Ciencias Humanas, 1979.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA, 1960/1980.
- ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho** – 1. ed. São Paulo; Expressão Popular, 2004. 199 p.
- ANTUNES, Ricardo. SILVA, Maria A. Moraes. **O Averso do Trabalho** -1. edição. São Paulo; Expressão Popular, 2004. 416 p.
- BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB(I), **Economia Baiana - Subsídios para um plano de Governo**. Salvador-Bahia, Brasil, 1978.
- _____, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB (II), **Economia Baiana (diagnóstico do Setor Agropecuário)**. Salvador-Ba, Brasil, 1978.
- BARRETO, Vanda Sampaio de Sá. **O Impacto Social da Cafeicultura na Bahia**. SUDENE, 1981
- BRAGA, L.C. **O processo da subordinação do produtor de fumo e a indústria fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro-PR**. Monografia. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2007.
- BRESSAN, Ana Laura. **As políticas públicas no atual contexto brasileiro: universalidade versus focalidade**. In. Revista Universidade e Sociedade, ano XIV, nº 33. Distrito Federal, junho de 2004

CARVALHO, Cynthia X, de. MOREIRA, Ivan Targino. **Desenvolvimento Tecnológico e Relações de Trabalho na Agricultura: O Caso de São José do Belmonte-Pe.** Fortaleza, v. 31, n. Especial p. 660-675, novembro 2000.

CARVALHO, Natalya Dayrell de. **TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: As Políticas Públicas Para o Campo na Mesorregião Do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG - 4º ENGRUP**, São Paulo, 2008.

CALAZANS, Camilo. **Mercado Estável do Café.** In: Receita Brasil, Editora Abril, São Paulo, 1975.

CAMARGO, M.R.P. de. **Geadas severas na cafeicultura paulista.** In: “O Portal do Agronegócio Café” Disponível em:
<<http://www.coffebreak.com.br/ocafezal.asp?=8&ID=149>>. Acesso em: 25 /03/2009.

CEI, Estudos Sócio Econômico – **Estrutura Fundiária e de Produção.** Salvador, 1985 – Governo da Bahia.

CEI. **Anuário Estatístico da Bahia.** Salvador: Centro de Estatísticas e Informações, 1985. v. 8.

CEPLAB. **A penetração do café na Bahia.** Salvador: Centro de Planejamento da Bahia, 1979. 126p.

CEPLAB. **A penetração do café na Bahia.** Salvador: Centro de Planejamento da Bahia, 1979a. 126p.

CHAYANOV, A. V. **On the theory of non-capitalist economic systems.** In: D. Thorner (compil.). The theory of peasant economy, Kerblay y Smith. Illinois, 1966.

CHAYANOV, A. V. **The theory of peasant economy**, Kerblay y Smith. Illinois, 1966.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

COFFEE BUSINESS. **Anuário Estatístico do Café.** Rio de Janeiro, v. 6, 2001.

CONCEIÇÃO. Alexandrina Luz, **Jovens Andarilhos no Curto Circuito do Capital.** REVISTA OKARA: Geografia em Debate, v. 1, nº 1, p. 77-100. 2007.

CORRÊA, **Espaço, um conceito chave da geografia**, In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE.** São Paulo, 1972, mimeo.

COSTA, Elinêdia Arruda Spósito. et al. **Condições de vida dos “bóias-frias” na região de Barra do Choça – BA.**1991. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista,1991.

DGE. **Anuário Estatístico da Bahia.** Salvador: Departamento de Geografia e Estatística, v. 1, 1972.

D’INCÃO, Maria Conceição. **O Bóia-fria – acumulação e miséria.** 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

D’AGOSTINI, s. & M.M. Rebouças, N. Vitiello. **Café - O sucesso de uma cultura: Sua história consolidada.** Disponível em http://www.biologico.sp.gov.br/docs/pag/v4_1/reboucas.htm. Acesso em 25/05/2009

DELGADO, Guilherme C. - **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra:** um estudo da reflexão agrária: ensaio sobre pensamento econômico, economia e sociedade agrária no Brasil. Est. vol.15 nº. 43, São Paulo Sept./Dec. 2001.

_____, **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil.** UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1985.

DOLLFUS Olivier, **O espaço geográfico** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DOMINGOS NETO, Manuel. Org. Mônica Dias Martins. **O “Novo Mundo Rural”.** O Banco Mundial e a Terra: Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

DOWBOR, Ladislau . **A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil.** Brasiliense São Paulo, 1982.

FALEIROS, Rogério Nanques. **Colonos e Fazendeiros nas Fronteiras de Expansão da Cafeicultura Brasileira.** UNICAMP. Campinas, São Paulo, 2008.

FERNANDES, Bernardo M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Revista Cultura Vozes, São Paulo, n. 2, p.11-31, mar./abr. 1999.

_____, Movimento social como categoria geográfica. Terra Livre, São Paulo, n. 15, p.59-85, 2000.

_____, Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. Revista Currículo sem Fronteiras, v.3, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2003.

_____, Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRANK, Andre Gunder. **A Agricultura Brasileira: Capitalismo e Mito do Feudalismo –** 1964. In: A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980 / João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam -1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 320 p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 30 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001 (Biblioteca Universitária. Série 2, Ciências sociais, v. 23). Primeira edição: 1959.

_____, **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE- Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 05/12/2005.

GORGEN, Sergio Antonio. **Agricultura Camponesa**. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorio2005/011.htm>>. Acesso em: 20/12-2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

GONZALES, Elbio N. e BASTOS, Maria Ines. **O trabalho volante na agricultura brasileira**. In. Capital e Trabalho no Campo. Org. por Jaime Pinsky. São Paulo, HUCITEC, 1977.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Fundamentos da formação do território moderno**. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, n. 23, 1998.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. / David Harvey. – São Paulo: Annablume, 2005. (coleção geografia e adjacências) 252p.

_____. **Condição Pós-Moderna** : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE – **Censos Agropecuários**, 1920/60/80/91/96/

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE - **Anuário Estatístico do Brasil**, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Agropecuário da Bahia**, 1970, 1980, 1985, 1995-96. 2008 -09.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Produção Agrícola Municipal**, 2008-09.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE – **Censos Agropecuários**. Cálculos: NSE/CEI. 1960/70/80

IANNI, Octavio. **A Formação do Proletariado no Brasil** – 1971. In: A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980 / João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam -1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 320 p.

INCRA – **Sistema Nacional de Cadastro Rural**, 1989.

IVO, Anete B.L. **Tendências Gerais do processo de acumulação do capital na agricultura baiana** (versão preliminar) mimeo. CRH/UFBa, 1983, 42p.

LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

_____, **The Production of Space**. Tradução (translated): Donald N. Smith. Blackwell Publishing (USA), 1991. p. 454 p.

_____, **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____, **Lógica Formal/Lógica Dialética**. 5ª Edição. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LOCATEL, Celso y AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **Desenvolvimento rural, Política Nacional de Biocombustíveis e o mito da inclusão social no campo brasileiro**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (73).

LUTZENBERG, José A., **O absurdo da Agricultura Moderna**, Porto Alegre: Brasil, setembro de 2001.

LISBOA, Josefa Bispo. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: Políticas Públicas na (Dis)simulação da Esperança**. NPGeo/UFS, Tese de Doutorado, 258 p. 2007.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

MARQUES, Marta Ines Medeiros. **Agriculturae Campesinato no Mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica**. In: Campesinato e Territórios em Disputa. São Paulo, Expressão Popular: UNESP, São Paulo, 2008.

MARX, Karl. **O Capital, livro 1, capítulo VI**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____, **O CAPITAL**, edição resumida dos três volumes. Julian Borchardt. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro, ZAHAR EDITORES, 1967.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST** - São Paulo: Expressão Popular, 2001, 256 p.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo, Hucitec, 1995.

_____, **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo**. 1ª ed. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____, **O Cativo da Terra**. 7ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____, **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1981.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação**. São Paulo ed. Cortez, 2002.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e Outros Ensaio**s: Estudos Rurais. São Paulo, HUCITEC, 1941.

MOREIRA, Ruy. **Movimento Operário e a Questão Cidade-campo no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____, Ruy. **O Tempo e a Forma** (A sociedade e suas formas de espaço no tempo) in: *Ciência Geográfica – Bauru – IV*, Janeiro/Abril, 1998.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: MAUAD, UFRRJ, 1999.

MORAES, ANTONIO C. R., COSTA, Wanderley M. – **A Valorização do Espaço**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984.

MAPA. Agronegócio Brasileiro: **Uma oportunidade de investimentos**. Brasília, 2006. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso, 12 de agosto de 2010.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. – **A Formação do Estado Regulador** – Revista NOVOS ESTUDOS, vol 76 – São Paulo, Novembro, 2006

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

_____, **A Trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia**. In: *Fases e Faces da Modernização Agrícola*. Revista de Planejamento e Políticas Públicas, nº 03, Brasília: IPEA, 1990.

MARTINS, Ana Luiza. **A Grande Lavoura no Brasil, 1850 a 1890**. São Paulo: Atual, 1990.

MENEGAT, Marildo. **O Olho da Barbárie**. 1ª ed. São Paulo Expressão Popular, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI** – São Paulo: Boitempo, 2007.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornintorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil. Caminhos da Geografia.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997a.

_____, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** 1ª ed. FFLCH / Labur Edições. São Paulo 2007.

_____, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas no Campo.** São Paulo, Contexto 1989.

_____, Ariovaldo Umbelino. **Barbáre e Modernidade: O Agronegócio e as Transformações no Campo.** Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2003.

_____, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro.** In. Campesinato e Territórios em Disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

OLIVEIRA, Jacson Tavares de. **Evolução do Uso da Terra e dos Solos na Bacia de Captação da Barragem Água Fria I e II em Barra do Choça/BA.** 2006. 112 p, il. Dissertação de (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

OLIVEIRA, Edvaldo. **Localização Geográfica dos principais municípios produtores de café do Planalto da Conquista/BA.** Vitória da Conquista, UESB, 2011.

OLIVEIRA, Edvaldo. **Destino dos Fluxos de Trabalhadores da Cafeicultura no Planalto da Conquista/BA.** Vitória da Conquista, UESB, 2011.

PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa. Territórios em disputa e agricultura.** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

PANAGIDES, Staphis. **Erradicação do Café e Diversificação da Agricultura Brasileira.** Revista Brasileira de Economia, vol. 23, n. 1, jan - março, 1969.

PETRAS, James. VELTMEYER, Henry. **Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento.** In. Campesinato e territórios em disputa. Territórios em disputa e agricultura. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

PEIXOTO, Alexandre e GARCIA, Maria Franco. **As Novas Territorialidades da Reforma Agrária na Paraíba: O Assentamento Rural de Dona Helena.** Pegada _ vol. 7 _ n. 2 Novembro, João Pessoa, 2006.

PEREIRA, Diamantino Alves Correia. Douglas Santos, Marcos Bernardino de carvalho - **Geografia Ciência do Espaço: O Espaço Brasileiro** / 2ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A Organização da Unidade Econômica Camponesa: Alguns Aspectos do Pensamento de Chayanov e de Marx.** In: Revista NERA Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 35-47 Jul./Dez. 2005

PRADO JR., Caio. **Contribuição para análise da questão agrária no Brasil.** In: José Eli da Veiga (org.). *A questão agrária.* São Paulo, Brasiliense, 2000, p. 15-85.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROSSET, Peter. Org. Mônica Dias Martins. **O Bom, o Mau e o Feio: A Política Fundiária do Banco Mundial.** O Banco Mundial e a Terra: Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia / São Paulo: Viramundo, 2004.

SAHR, Wolf-Dietrich. **O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** Uma palavra e as coisas IN R RA'E GA. Curitiba: UFPR, 1998. pgs. 64-84.

SAES, Maria Sylvia M.& FARINA, Elizabeth M.M.Q. **O Agribusiness do Café no Brasil.** Pensa/Editora Milkbizz, São Paulo, 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2003.

_____. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Antonio Luiz. **Produção de Riqueza e Miséria na Cafeicultura:** As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória a Conquista e Barra do Choça/BA – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1987.

SEPLANTEC - **Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia.** Disponível em <http://www.estantevirtual.com.br/qau/seplanteq-bahia>. Acesso em 23 de agosto de 2010.

SEI. **Anuário estatístico da Bahia.** Salvador: Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia, 1996-2003. 6 v.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - Balanço hídrico do estado da Bahia, 1997.

SEI. **Anuário estatístico da Bahia.** Salvador: Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia, 2000. 4 v.

SEAGRI. **Diagnóstico da cafeicultura baiana.** Salvador: Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, 2000.

SHANIN, Teodor. **A Definição de Camponês:** Conceituações e Desconceituações, O Velho e o Novo em uma Discussão Marxista, Cadernos Cebrap, São Paulo, 1980.

SILVA, A. F. da. **A relação cidade-campo:** como analisá-la? Natal: Imagem, 1998

SILVA, Sergio. **Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo**. In: Capital e Trabalho no Campo. Org. por Jaime Pinsky. São Paulo, HUCITEC, 1977.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996. SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. **O “bóia-fria”: entre aspas e com os pingos nos is**. In: UNESP. Departamento de Economia Rural. A mão-de-obra volante na agricultura. São Paulo: Polis, P. 137-176, 1982.

_____, **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.

SILVA FILHO, José Amorim da, Genilda Amorim Leite, Venozina de Oliveira Soares. **O Crescimento Demográfico de Barra do Choça/BA**. Vitória da Conquista: UESB – 1996/97.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual** – natureza, capital e a produção do espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Roberto. **Propriedade privada e transição**; estudo da formação da terra e transição para o capitalismo no Brasil (São Paulo: Brasiliense). 1990.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa; Côrrea, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUSA, Marleide B. de **Relação Capital/Trabalho no Assalariamento Rural**, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG - Outubro de 2005, Brasília/DF.

SOUZA, Suzane Tosta. **Luta Pela Terra e Reprodução Camponesa no Sudoeste da Bahia**. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009.

SOUSA, Maria Aparecida Silva. **A Conquista do Sertão da Ressaca**. Vitória da Conquista, UESB, 2001.

SOARES, Venozina de Oliveira. **A Estrutura Fundiária do Município de Barra do Choça/BA**. UESB, Vitória da Conquista, 1997.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária e Reforma Agrária: uma discussão política**. In: **A Questão Agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

_____, João Pedro. ESTEVAM, Douglas. **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2005.

SUZUKI, Júlio César. **Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial.** En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

TAVARES, M. C. (1996). **A questão agrária e as relações de poder no país.** *Folha de São Paulo*. São Paulo, p.5.

TAUNAY, Affonso de E. **História do Café no Brasil.** Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1935.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** In: Políticas Públicas. AATR/BA. Salvador, 2002

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI :** (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos) / Antonio Thomaz Júnior. – São Paulo, 2009

TOLEDO, Francisco Sodero de. **Café e independência.** Lorena, 2002.

VEIGA, José Eduardo Rodrigues, et. al. **Relações de Trabalho na Cafeicultura Paulista.** *Maria Carlota Meloni Vicente; Celma da Silva Lago Baptistella; Malimíria Norico Otani.* - Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, coordenado pela EMBRAPA em convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola (FUNDAG). São Paulo, 2001.

VIANA, Anibal Lopes. **A História de Vitória da Conquista.** Revista Histórica de Conquista, Vol 1. Vitória da Conquista, 1982.

YEROS, Paris. **A Geopolítica da Reforma Agrária.** In: Geografia Agrária: teoria e poder / Bernardo Mançano Fernandes, Marta Inez Medeiros Marques, Julio Cesar Suzuky (orgs) – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007, 384p.

KAUSTKY, Karl. **A questão Agrária.** São Paulo: nova Cultural, 1986.

KAGEYAMA, Ângela (org.) **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agro-industriais.** Campinas: S/N, 1987.

SITES PESQUISADOS

<http://www.encruzilhada.ba.gov.br>, Estatística, IBGE. Acesso: 14/09/2010

<http://www.ferias.tur.br> > Ribeirão do Largo. Acesso: 22/09/2010.

<http://www.barradochoça.ba.gov.br>. Acesso: 11/08/2010

<http://www.vitoriadaconquista.ba.gov.br>. Acesso: 28/10/2010

<http://www.planalto.ba.gov.br>. Acesso: 18/11/2010

<http://www.poco.es.ba.gov.br>. Acesso: 12/11/2010

<http://www.ibge.gov.br/municipiosbrasil>. Acesso em 07/08/2009

<http://www.conab.gov.br/>. Acesso em 12/03/2010

[http:// www.seagri.ba.gov.br](http://www.seagri.ba.gov.br)

ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DOS ESPAÇOS AGRÁRIOS E REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ NPGeo - UFS.
MESTRANDA – VENOZINA DE OLIVEIRA SOARES
ORIENTADOR – PROFESSOR DR. CELSO DONIZETE LOCATEL**

FORMULÁRIO DE PESQUISA

1. DATA DO PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO:___/___/___

1.1. SEXO:

() Masculino () Feminino Idade:_____é aposentado () SIM () NÃO

2. RESIDE EM QUAL MUNICÍPIO?

2.1. () NA ZONA RURAL () NA ZONA URBANA

2.2. () RESIDENCIA PRÓPRIA () RESIDENCIA ALUGADA

2.3. É PROPRIETÁRIO DE ALGUMA ÁREA DE TERRA?

() SIM () NÃO

2.4. QUAL A ÁREA DE SUA PROPRIEDADE:_____

2.5. LOCALIZA-SE EM QUAL MUNICÍPIO?_____

PARA QUEM É PROPRIETÁRIO:

2.6. PORQUE O SENHOR (A) TRABALHA EM OUTRA PROPRIEDADE SE TEM A SUA PRÓPRIA?

2.7. COMO O SENHOR (A) SE DESDOBRA ENTRE O TRABALHO NA SUA PRPRIEDADE E NAS PROPRIEDADES VIZINHAS?

3. ESCOLARIDADE:

- ☐ Não Alfabetizado
☐ 1º Grau incompleto
☐ 1º Grau
☐ 2º Grau incompleto
☐ 2º Grau completo
☐ Nível superior incompleto
☐ Nível superior completo

3.1 PROFISSÃO:

- ☐ Trabalhador Rural ☐ Lavrador ☐ Pedreiro ☐ Carpinteiro ☐ Dona de Casa ☐ Estudante ☐ Comerciante ☐ Comercário ☐ Outro QUAL_____

4. HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ TRABALHA NA CAFEICULTURA?

- ☐ até 6 meses
☐ de 6 meses a 1 ano
☐ 2 a 4 anos
☐ de 4 a 6 anos
☐ de 6 a 8 anos
☐ de 8 a 10 anos
☐ há mais de 10 anos

4.1. DURANTE A COLHEITA DO CAFÉ, QUAL É A MÉDIA DO PERÍODO DE TRABALHO?

- ☐ 02 meses ☐ 03 meses ☐ 04 meses ☐ 05 meses ☐ mais de 05 meses

4.2. VOCE TRABALHA COM A FAMÍLIA

- ☐ SIM ☐ NÃO
POR QUÊ?

4.3. QUAL A FAIXA DA RENDA MENSAL ADQUIRIDA NO TRABALHO COM O CAFÉ DURANTE A COLHEITA?

- ☐ Menos de 1 salário mínimo
☐ Até 01 salário mínimo
☐ Até 02 salários mínimos
☐ Até 03 salários mínimos
☐ Mais de três salários mínimos

4.4. NO PERÍODO DA SAFRA, QUANTAS HORAS VOCÊ TRABALHA DURANTE O DIA?_____

4.5. DURANTE A ENTRESSAFRA ENCONTRA TRABALHO REGULARMENTE NAS FAZENDAS DE CAFÉ?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ REGULARMENTE

SE REGULARMENTE:

4.6. QUAL O PERÍODO?

☐ 01 mês ☐ 02 meses ☐ 3 meses ☐ mais de 03 meses

4.7. QUAL A RENDA ADQUIRIDA COM O TRABALHO NO CAFÉ NO PERÍODO DA ENTRESSAFRA:

☐ Menos de 1 salário mínimo

☐ Até 01 salário mínimo

☐ Até 02 salários mínimos

☐ Até 03 salários mínimos

☐ Mais de três salários mínimos

SE NÃO:

5. ONDE TRABALHA NO PERÍODO DA ENTRESSAFRA, QUE TIPO DE TRABALHO VOCE ENCONTRA?

6. VOCE CONSIDERA IMPORTANTE A CAFEICULTURA NA REGIÃO?

☐ SIM ☐ NÃO

POR QUÊ?

7. A RENDA ADQUIRIDA NO TRABALHO COM A CAFEICULTURA É IMPORTANTE PARA O ORÇAMENTO DA FAMÍLIA?

☐ SIM ☐ NÃO

POR QUÊ?

8. CONDIÇÃO DO TRABALHADOR ENTREVISTADO:

☐ Proprietário da terra

☐ Parceiro

☐ Assalariado com carteira

☐ Arrendatário

☐ Diarista

☐ Meeiro

☐ **Outros**

9. VOCÊ É FILIADO AO SINDICATO RURAL?

☐ SIM ☐ NÃO

SE FOR FILIADO:

10. VOCÊ PARTICIPA DE ATIVIDADES LIGADAS A ELE?

☐ SIM ☐ NÃO

QUAIS?_____

OBRIGADA PELA ATENÇÃO DISPONIBILIZADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NPGeo
ORIENTADOR – PROFESSOR CELSO DONIZETE LOCATEL
ORIENTANDA – VENOZINA DE OLIVEIRA SOARES
ARACAJU - SERGIPE

TEMA DA DISSERTAÇÃO: A Territorialidade da Cafeicultura no Planalto da Conquista/BA – Transformações e Contradições no Espaço Agrário

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS SETORES AGRÍCOLAS MUNICIPAIS (secretarias, EBDA, outros).

1. Qual a importância da cafeicultura para o Planalto da Conquista?
2. Atualmente a cafeicultura local vivencia um momento de crise. Em sua opinião, quais são os fatores que contribuem?
3. Para você, quais são as perspectivas da cafeicultura do Planalto da Conquista?
4. Do ponto de vista da economia local, como você explica a contribuição da cafeicultura?
5. Nos municípios do Planalto, com exceção de Vit. da Conquista, existe uma grande quantidade de pequenos produtores de café. Como você analisa a participação desses produtores na cadeia produtiva?
6. No que se refere às políticas públicas para a cafeicultura. Como você explica a participação do governo?
7. Qual é a contribuição do café do Planalto para o mercado internacional?
8. Qual a função da cooperativa para a cadeia produtiva do café do Planalto?
9. Qual é a contribuição da UESB para a cafeicultura do Planalto?

10. Quanto ao número de propriedades que plantam café nesse município, vc conhece ou dispõe desse dado? Lembrar o período de 1979/80
11. No município, qual é a média de área (em há) das propriedades cafeicultoras? Lembrar o período de 1979/80.
12. Existem associações agrícolas no município? Quantas?
13. Quantas associações existem hoje em pleno funcionamento?
14. Os produtores dispõem de assistência técnica gratuita?
15. A assistência técnica atende apenas aos produtores que dispõem de financiamentos?
16. Você tem conhecimento do montante dos recursos do PRONAF que foram investidos na cafeicultura desse município?
17. Além do PRONAF, existem outros programas de assistência creditícia destinada à cafeicultura?
18. Existem assentamentos de reforma agrária no município?
19. Quantos ?
20. Em relação às leis trabalhistas vigentes. É comum a queixa dos produtores no que se refere ao cumprimento das mesmas?
21. Quais são as queixas mais freqüentes?
22. Quanto aos trabalhadores, você tem conhecimento de reclamações em relação ao tratamento dado a eles no trabalho com o café?
23. No período da entressafra, qual são as outras atividades trabalhistas desenvolvidas pela população local?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NPGeo
ORIENTADOR – PROFESSOR CELSO DONIZETE LOCATEL
ORIENTANDA – VENOZINA DE OLIVEIRA SOARES
ARACAJU - SERGIPE

TEMA DA DISSERTAÇÃO: A Territorialidade da Cafeicultura no Planalto da Conquista/BA – Transformações e Contradições no Espaço Agrário

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS PROPRIETÁRIOS RURAIS

1. Qual é a área da propriedade?
2. Produz café? () SIM () NÃO
3. Há quanto tempo
 - A. () ATÉ 5 ANOS
 - B. () ENTRE 5 A 10 ANOS
 - C. () ENTRE 10 A 15 ANOS
 - D. () HÁ MAIS DE 15 ANOS
 - E. () ENTRE 15 E 20 ANOS
4. O café é consorciado com outra cultura? () SIM () NÃO
Qual ? _____
5. Qual é a área plantada de café?
 - () até 4 hectares
 - () de 5 10 hectares
 - () de 11 a 20 hectares

- () de 21 a 30 hectares
- () de 3 a 50 hectares
- () Entre 50 a 100 hectares
- () Mais de 100 hectares

6. Além do café, quais são os outros produtos que o senhor cultiva em seu estabelecimento?

PRODUTOS	QUANTIDADE (Hectares)

7. Sua produção é vendida em grupo ou individual? _____
8. Onde vende a sua produção? _____
9. Como é feita a compra dos insumos?
- () Individualmente () através da cooperativa () através da associação
10. A compra é feita diretamente das empresas ou em lojas do ramo? _____
11. Tem trator? () SIM () NÃO
12. Como é feito o beneficiamento do café
- () Na beneficiadora da propriedade () Na Cooperativa
- () Na beneficiadora da associação () Aluga beneficiadora
13. O Café é despulpado? () SIM () NÃO
14. Onde é secado o café?
- () No terreiro da propriedade () na Caatinga
15. () No terreiro suspenso () no terreiro comum

16. Recebe algum tipo de financiamento para a cafeicultura? () SIM () NÃO

Qual? _____

17. Recebe algum tipo de assistência técnica? () SIM () NÃO

18. A assistência é: () Gratuita () Particular

19. Você é filiado ao Sindicato Rural? () SIM () NÃO

20. Se for filiado, participa de atividades ligadas ao sindicato? () SIM () NÃO

Quais? _____

21. Você está satisfeito com os resultados da sua lavoura? () SIM () NÃO

Por quê? _____

22. Na sua opinião, o que falta para que melhore os resultados da produção de café na região?

23. O senhor (a) participa das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Regional?

24. Sua associação já foi contemplada com algum projeto? () SIM () NÃO

Qual? _____

25. Contrata empregados? () SIM () NÃO

26. Qual a média de empregados contratados no período da safra? _____

E no período da entressafra? _____

27. Se não contrata, trabalha apenas com membros da família () SIM () NÃO

28. O Senhor(a) Trabalha apenas na sua propriedade? () SIM () NÃO

29. Porque tem que trabalhar na propriedade do vizinho?

30. Como faz para se desdobrar no trabalho no período de colheita, entre a sua lavoura e a lavouras dos maiores produtores?